

ATA DEGRAVADA DA 190ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1

2

3 Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às nove horas, no plenário da
4 Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima nonagésima
5 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente Maria Albanita Roberta de Lima -
6 SEDESE, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Geisiane Lima Soares
7 – Caritas Brasileiras; Shirley Aparecida Moreira da Silva – CMAS/Sarzedo ;Ronaldo
8 Gonçalves de Oliveira – CMAS/JF; Rodrigo dos Santos França – ASSPROM; Anália Maria
9 Ferreira- COGEMAS; Luiza Costa Silva ;– SEDESE; Daniel Fioravante Barbosa –
10 Fed.APAEs; Hermellis Messias Tirado de Campos - CMAS de São Francisco de Paula ; Júlio
11 Cesar de Oliveira Brum – IMSNS; Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; Mila Magalhães
12 Ribeiro – SEPLAG; Adriana Rocha – SEAPA; Denise Cunha – CRESS/MG Conselheiras
13 Suplentes: Fernanda R. Maia Mendes – SES e Isabela de Vasconcelos Teixeira – SEDESE e
14 Angélica de Moura Pires -SEE Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da
15 Conceição, Rosalice Tassar, Maria de Paula, Adelmira ; Nilce Heloisa Campos Vera Lúcia e
16 Maria Luiza de Carvalho, Rosangela Maria da Silva .A presidente inicia a Centésima
17 nonagésima plenária: ROBERTA: Vamos iniciar nossa Plenária pra ver se a gente consegue
18 vencer a pauta com tranquilidade. Queria cumprimentar nossos visitantes, Lisiane
19 Vasconcelos Lima, do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério
20 Público – CAO-IJ/MP; Gabriel Campos da Sustenta Projeto; Rosane de Fátima Santos da
21 PCH/Sta. Helena. RBO; Ricardo R. Alves .PCH/Sta. Helena e Maurik Jehee da PCH/Sta.
22 Helena. Bom vamos para as justificativas de ausência: nós temos a ausência da Conselheira
23 Maria Geralda da SEE por motivo da vinda de sua suplente Angélica para tomar posse;
24 Adriane Rosa da CRED, e a Clodoália da SEPLAG por motivo trabalho. Hoje nós vamos dar
25 posse a Daniel Fioravante Barbosa, Daniel Barbosa, filho de nosso amigo querido Deputado
26 Eduardo Barbosa, da Federação das APAEs não é isso? Seja bem-vindo Daniel e com
27 certeza com a experiência de seu pai você também vai ter uma grande bagagem para
28 contribuir aqui no conselho. Você está compondo a vaga qual o Sérgio estava como
29 conselheiro. DANIEL: é isso, o Sérgio teve que assumir uma APAE no interior como
30 presidente então a Federação me designou para representa-la no conselho e, prazer em
31 conhece-los e vou aprender bastante aqui e vou poder contribuir com certeza. ROBERTA:
32 Seja muito bem-vindo tá? e na medida que a gente vai trabalhando, no decorrer do dia você
33 vai compreendendo a dinâmica com certeza. A secretaria executiva vai passar as orientações
34 do fluxo dos conselheiros aqui e qualquer dúvida também a secretaria executiva está aí.
35 DANIEL: Muito obrigado. ROBERTA: Alguém quer dirigir algumas palavras ao nobre
36 conselheiro? Então seja bem-vindo e se sinta empossado ok? Nesta Plenária nós não vamos
37 ter a apreciação da Ata da plenária anterior uma vez que nós estamos com problemas na
38 questão da degravação e a menina que fazia que era a Erika, ela é da MGS teve que retornar
39 porque o governo está retornando com todos os servidores da MGS para dar lugar aos
40 concursados, porque está chamando os concursados e nós ficamos sem alguém para fazer a
41 degravação. Nós já vamos ajustar isso no conselho pra não ter problema. Então na próxima
42 plenária a gente manda as duas atas, a ata desta e a que ficou pendente anteriormente ok?
43 Pergunto se já temos quórum suficiente para deliberação; está faltando um? ROBERTA: Um
44 da sociedade civil, do governo ou isso não interfere? Tanto faz. E tem confirmação de quem
45 está para chegar porque até pra saber se a gente começa. ROBERTA: vou anotar aqui
46 porque qualquer um que chegar a gente puxa os pontos de deliberação até pra gente não
47 ficar fragilizados na parte da tarde. Então nós temos o Júlio, Denise Angélica a Mila todos
48 confirmaram? Ok. Então até que a gente componha o quórum para deliberação, nós vamos
49 passar para os informes e queria perguntar se tem alguém com inclusão de pauta? Hermellis,
50 né? ok. Então o primeiro ponto de informe é da Anália do COGEMAS. ANÁLIA: Bom dia a
51 todos, conselheiro empossado seja bem-vindo é sempre importante essa acolhida aqui pra
52 você para que você se sinta bastante à vontade mesmo, e que a cada dia aqui é uma escola
53 linda. Sabe, a gente aprende muito aqui nesse colegiado. O COGEMAS realizou reunião, com
54 os secretários municipais de Minas Gerais, no teatro Maçonaria, no dia dezesseis de maio, o
55 tema foi o financiamento do SUAS construindo melhores práticas, foi uma palestra feita pela
56 Dulcilene, do Fundo Nacional de Assistência Social, tivemos a presença de 130 (cento e
57 vinte) pessoas, mas municípios representados foram 54(cinquenta e quatro). O COGEMAS

58 esta passando por uma fase de reestruturação e nós estamos propondo plano de Ação; o
59 Hermellis, eu e outros gestores estamos propondo plano de ação para que ele se restabeleça
60 porque a gente viu no mês passado, nós tivemos oitenta e três municípios presentes, que
61 não chega a dez por cento dos municípios de Minas e esse mês nós tivemos cinquenta e
62 quatro ou seja, está reduzindo, e ainda sentimos a necessidade de outras ações, então nós
63 estamos nos mobilizando para que o COGEMAS se fortaleça. De informe é só isso.
64 ROBERTA: Eu vou só dar uma quebrada nos informes aqui para a gente dar posse a
65 Angélica para a gente compor o quórum do Conselho, que com a presença da Angélica nós já
66 teremos condições para deliberação. A Angélica está representando a titular da secretaria de
67 Educação. Seja bem vinda Angélica e dizer que tanto você como a outra da secretaria de
68 Educação, a titular, é muito importante que a secretaria de Educação esteja conosco aqui no
69 conselho; então é muito importante que vocês duas se ajustem nesse processo quando uma
70 não puder vir que a suplente venha para poder dar sequência aos trabalhos porque a gente,
71 por exemplo, já ia começar as questões do conselho para deliberação e nós estávamos
72 aguardando quórum, claro que estamos esperando outros conselheiros chegar também.
73 Então é muito importante inclusive os conselheiros da área governamental cheguem junto
74 com a gente no conselho para a gente poder dar continuidade, inclusive hoje a nossa pauta tá
75 muito cheia então nós temos que ser bastante objetivos para a gente conseguir chegar à 6
76 (seis) horas com a pauta cumprida, ok? Se sinta empossada e queria lhe dar boas vindas tá?
77 ANGÉLICA: muito obrigada, é um prazer conhecer a todos e um prazer grande também estar
78 participando desse momento aqui tá bom? ROBERTA: aí no decorrer dos trabalhos hoje você
79 vai entender um pouco o fluxo, depois a secretaria executiva tem a responsabilidade de
80 passar todas as orientações de como funciona, qual o fluxo do conselho e qualquer coisa
81 também a secretaria está aí à disposição ok? ROBERTA: Então nós vamos continuar rápido
82 aqui com os informes e aí eu queria pedir aos conselheiros para serem objetivos para a gente
83 começar com os pontos de deliberação, Volney. VOLNEY: Bom, eu estive aqui na reunião da
84 CIB e teve os informes da CIT para a CIB, então foi aprovada a Resolução para os Critérios
85 de Partilha para as medidas socioeducativas; foram criadas uma câmara técnicas com nove
86 membros, sendo três do MDS, três dos estados e três dos municípios, houve informe de que
87 a ministra Tereza Campelo destacou a importância da secretaria de esporte, saúde e
88 educação e a necessidade pactuação para expandir os serviços. Como a Roberta participou
89 da CIT, algum complemento dessas informações Roberta? ROBERTA: Só para os
90 conselheiros ficarem atentos, inclusive para orientações para a comissão de conselho né,
91 porque com essa questão da resolução que criteriou para medidas socioeducativas, é tudo
92 que os municípios precisam do ponto de vista do cofinanciamento e nós fizemos uma
93 discussão com relação a isso e daí a necessidade de criar uma câmara técnica na CIT, não
94 na CIB e com esses nove membros, onde a gente vai debruçar um pouco mais na discussão
95 da questão das medidas socioeducativas em relação a discussão com os estados e
96 principalmente o estado de Minas. A gente já começou a pautar uma discussão com a defesa
97 social porque tem alguns gargalos em relação ao repasse de recursos nos estados e no
98 próprio governo federal e com ações específicas para que os CRES acompanhem toda essa
99 questão das medidas socioeducativas. Então isso é de suma importância e assim que a
100 resolução estiver publicada é importante que a própria SEDESE, a gente vai publicizar isso
101 para vocês, né, os municípios aqui presentes também tem que acompanhar porque a hora
102 que soltar essa resolução, já vai soltar com a lista dos municípios que serão cofinanciados,
103 ok? VOLNEY: houve também uma resolução do trabalho; uma resolução aprovada para
104 repasse de recursos, os valores são variados, o plano de ação, ele foi prorrogado para 31/07/
105 2014 e houve também informe de que doze municípios tiveram os recursos suspenso.
106 ROBERTA: E aí eu vou repetir, novamente e queria que a Consolação anotasse isso, porque
107 todas essas informações que o Volney passou aqui rápido, por exemplo, é importante que o
108 conselho tenha acesso as informações dos doze municípios que tiveram recurso suspenso do
109 governo federal por causa da questão de prestação de contas, Demonstrativo, a informação
110 dessa resolução também do acesso SUAS porque é uma resolução que criteria recurso, quais
111 os municípios eu vão ter acesso a esse recurso pra trabalhar o acesso SUAS em relação ao
112 PRONATEC, porque do ponto de vista da assistência social nós estamos trabalhando com o
113 ACESSUAS pra que os usuários da política de assistência tenham acesso ao PRONATEC
114 encaminhado pelo CRAS, então é muito importante também a informação dessa resolução
115 pra saber quais são os critérios, quais são os valores que vão ser repassados, quais são os

116 municípios que foram contemplados . VOLNEY: bem com relação ao CNAS, haverá o
117 processo eleitoral, foi publicada uma resolução que regulamenta o acompanhamento das
118 deliberações da Conferência Nacional que é a resolução nº 6(seis) de 20(vinte) março de dois
119 mil e quatorze, ela inclui o inciso 6º no artigo 8º onde altera a redação das sessões 4 (quatro)
120 do capítulo 2º artigo 41(quarenta e um) e 42(quarenta e dois) e 44(quarenta e quatro)
121 resolução 6 (seis) de nove de fevereiro de dois mil e onze do CNAS que aprova o regimento
122 interno criando a comissão de monitoramento das deliberações das conferências nacionais de
123 assistência social. Houve a aprovação da resolução 16(dezesseis) que é sobre os
124 profissionais da área de ensino médio e a resolução 10(dez) que altera a 8(oito) sobre os
125 critérios de financiamento . Depois tivemos também informe da AMM- Associação Mineira dos
126 Municípios, esse informe foi feito através da Maíra, onde ela informou a presença de doze mil
127 participantes no congresso nos dias seis sete e oito em Belo Horizonte e que saiu uma carta
128 do Pacto Federativo. Com relação ao regimento interno da CIB ele é omissivo com relação ao
129 quórum para aprovação, então houve a sugestão né, são oito menos quatro governamentais
130 e quatro do COGEMAS então foi sugerido que tenha um quórum mínimo de cinco para
131 aprovação. ROBERTA: Na verdade nós alteramos o regimento né? Na verdade no regimento
132 não constava então nessa CIB agora a gente pactuou esse quórum mínimo porque no
133 regimento não constava quórum mínimo. VOLNEY: bom teve informe também que temos
134 122(cento e vinte dois) municípios devendo o demonstrativo físico e financeiro e o mesmo foi
135 prorrogado para trinta do seis de dois mil e quatorze, este demonstrativo é de dois mil e doze,
136 eu já passei também essa relação para a comissão de acompanhamento aos conselhos, né
137 Consolidação. ROBERTA: isso veio para cá? VOLNEY: Veio, a Rose me passou a relação.
138 Bom com relação a proposta de resolução dos Critérios de Partilha de dois mil e quatorze não
139 houve a pactuação em função do COGEMAS não ter discutido, então o estado, a Roberta
140 como coordenadora, propôs o envio de um ofício para a comissão de participação popular da
141 Assembleia e ao CEAS e aos oitocentos e cinquenta e três municípios, então eu vou ler o
142 ofício da SEDESE. Da SEDESE encaminhando para o CEAS: *“ A secretaria de Estado de*
143 *Trabalho e Desenvolvimento Social –SEDESE, cumprindo suas funções apresentou na*
144 *Reunião Ordinária da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, ocorrida em onze do quatro de*
145 *dois mil e quatorze, proposta de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento*
146 *estadual do ano de dois mil e quatorze para os Serviços Socioassistenciais de Proteção*
147 *Social Especial para discussão e pactuação, após leitura e discussão da proposta, o*
148 *Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS, alegou necessidade*
149 *de discussões interna antes da pactuação da mesma, solicitando que a proposta retornasse*
150 *na pauta da próxima reunião de maio de 2014, conforme solicitado a proposta foi*
151 *reapresentada na reunião de seis do cinco quando novamente o colegiado não se sentiu a*
152 *vontade para pactuação alegando novamente a necessidade de mais discussões internas .*
153 *Como Gestora Estadual e coordenadora da CIB, informei que a SEDESE respeitava a*
154 *posição do COGEMAS mas que, comunicaria aos pares essa posição e demais atores do*
155 *SUAS. Diante do exposto a SEDESE enviou ofício a todos os municípios do Estado*
156 *solicitando apoio para os que participam do COGEMAS para que possamos pactuar a*
157 *proposta de forma republicana e transparente. Após a discussão e pactuação a proposta será*
158 *enviada ao CEAS para deliberação e repasse aos municípios ainda no primeiro semestre de*
159 *dois mil e quatorze. Colocamo-nos a disposição para os esclarecimento que se fizerem*
160 *necessários. Atenciosamente, Maria Albanita Roberta de Lima, Coordenadora da CIB,*
161 *Subsecretária de Estado de Assistência Social.”* Você quer complementar alguma coisa
162 Roberta? ROBERTA: Eu só queria primeiro perguntar se os conselheiros compreenderam a
163 dimensão do que foi colocado nesse ofício. Pelo segundo mês consecutivo estou levando
164 uma proposta de Critério de Partilha de Proteção Social Especial que é inclusive a grande
165 demanda dos municípios né, os municípios demandam o cofinanciamento do estado,
166 demanda dentro do SUAS, que a gente acha alternativas para proteção especial de
167 preferência no próprio município para que a gente evite a questão da regionalização , toda
168 discussão no Ministério Público tem sido feito nessa questão e do ponto de vista da discussão
169 lá na CIB, eu fiz questão de publicizar o que estava acontecendo, o processo lá, porque , toda
170 vez na CIB a gente nunca teve esse tipo de problema assim , a gente discute debate as
171 divergências chegam num consenso pactuam e manda aqui para o conselho deliberar, aqui
172 no conselho discute e delibera as vezes em conformidade com o que foi pactuado na CIB e
173 as vezes questões que o conselho aqui acha que não ele tem por prerrogativa deliberar de

174 forma diferenciada. Então, a CIB, já aconteceu dois casos muito distintos, são fatos assim, no
175 processo democrático que eu acho que isso é bastante natural, por exemplo; quando nós
176 criamos o Piso em dois mil e dez, em dezembro, novembro de dois mil e dez, recebi um
177 telefonema do senhor governador Antônio Augusto Anastásia, ele dizia pra mim o seguinte: -
178 Roberta: estou sabendo que você tem uma ideia de criar uma identidade financeira de
179 recursos na área da assistência, eu falei: - é verdade governador .Ele falou: - Se você me
180 entregar isso em uma semana eu consigo encaminhar para que a gente coloque isso no
181 orçamento ainda do ano que vem , eu consigo encaminhar isso para a Assembleia Legislativa
182 e faço uma emenda no orçamento. Eu falei mais que depressa. Ficamos com a minha equipe
183 as vezes na SEDESE até dez horas da noite pra fazer cálculo de piso levantar dados porque
184 não era um documento trivial não era um ofício nós tínhamos que fazer justificativa, juntamos
185 com a equipe da SEPLAG, a equipe da SEPLAG ajudou e, é obvio que nessa confusão eu
186 optei porque não tinha tempo de passar na CIB e muito menos nesse conselho, optei pela
187 decisão de encaminhar a proposta para que a gente tivesse ganho em relação ao
188 financiamento da assistência nos municípios não só optei como assumi todas as
189 consequências em relação a isso, eu tive dias difíceis na CIB em função disso, depois logo
190 em dezembro, janeiro em fevereiro, nesse conselho eu tive dias difíceis também porque aqui,
191 eu fui chamada eu fui julgada foram polêmicas as discussões que teve aqui, Geraldo
192 Gonçalves era Presidente do conselho, é recebemos um ofício desse conselho onde a
193 plenária discutiu a plenária chamou a atenção do órgão gestor mas foram coisas que nós
194 assumimos com muita dignidade porque entendíamos que tínhamos que assumir, era fazia ou
195 não fazia, porque eu não tinha tempo de discutir aqui, e não tinha tempo de discutir no
196 conselho, ou a gente ganhava do ponto de vista da assistência ou não ganhava, então eu
197 assumi esse risco e hoje com certeza não tenho dúvida nenhuma do ganho que nós tivemos
198 em relação ao Piso Mineiro, podemos estar atrasado pode ser pouco mas hoje nós temos
199 inclusive a identidade pra discutir pra brigar e para lutar em cima disso e agora eu estou na
200 CIB com essa situação porque o que está nos dificultando porque o colegiado não diz o que
201 ele quer, foi o que eu disse para o representante do COGEMAS, o senhor James :olha, me
202 digam o que vocês não querem na resolução, eu mandei...o Volney estava presente, nós
203 lemos em abriu essa resolução, discutimos artigo por artigo como a gente sempre faz,
204 devolvi, aí eles falaram : nós não estamos em condições ainda de definir , eu falei :ok, então
205 eu vou mandar pra vocês por e-mail vocês discutem internamente nos mande a proposta e na
206 próxima reunião a gente pactua o que que é que está divergente, para nossa surpresa a hora
207 que a gente vai, não! a gente ainda não teve tempo de debruçar eu falei : mas eu não posso
208 ,como gestora eu não posso acatar isso, simplesmente acatar e esperar o dia que vocês
209 estão prontos pra vocês inclusive me dizer o que que está ruim, me digam qual é o artigo que
210 não está bom pra gente conversar e pactuar como a gente sempre fez e o Volney estava lá,
211 isso não nós queremos ainda discutir internamente , falei , então respeito a posição do
212 COGEMAS, agora quero avisar aos senhores que vou avisar os pares e eu gostaria que esse
213 colegiado discutisse porque dentro das atribuições desse colegiado é claro que nós temos
214 que fazer a discussão na CIB para pactuação caso a gente tenha impasse, porque o impasse
215 assim, eles não conseguem nem dizer para mim o que é, eu estou mentindo Volney?
216 VOLNEY: Realmente eu estive nas duas reuniões e não apresentaram nada. ROBERTA:
217 Simplesmente não querem , então assim, eu que eu queria compreender qual que é posição
218 desse colegiado, se gente vai esperar um mês, dois meses, três meses, quatro meses
219 porque se esse colegiado também entender estou, embora me incomoda como gestora, mas
220 eu também espero sem nenhum problema, agora o que eu quero é só publicitar, porque eu
221 preciso resguardar o órgão gestor, porque dentro do fluxo e das atribuições nós estamos no
222 caminho, estou seguindo as minhas funções e as minhas atribuições, agora eu preciso
223 publicitar quem não quer deixar eu cumprir o meu papel isso eu não vou me resguardar da
224 publicitação disso porque a Anália inclusive apresentou uma discussão que nós fizemos lá na
225 CIB em relação ao financiamento que ela mandou ofício para o governo federal questionando
226 o financiamento da Proteção Especial, ela colocou o valor do recurso do serviço e ela pediu
227 que a gente colocasse essa pauta na CIB, eu coloquei essa pauta pra gente discutir e logo
228 em seguida o representante do COGEMAS me disse assim: - Não, isso da Anália é voto
229 vencido porque já foi deliberado na CIT e se a gente vai discutir cofinanciamento , nós temos
230 que discutir cofinanciamento do SUAS como um todo na Proteção Especial inclusive do
231 estado, eu falei: você está coberto de razão, então porque que nós não vamos discutir a

232 resolução que vocês acabaram de negar aqui? Sinceramente eu não estou entendendo,
233 porque você me chama para discutir o cofinanciamento no SUAS, no âmbito da Proteção
234 Especial, você está coberto de razão, agora a vinte minutos atrás você disse que não vai
235 discutir a resolução de Critério Partilha de Proteção Especial porque vocês não estão aptos,
236 sinceramente gente, eu não sei o que é. Eu estive ontem no encontro regionalizado em
237 Montes Claros, e coloquei esta questão muito clara, estou chamando todos os 853 municípios
238 porque o que a Anália colocou aqui é muito importante. O COGEMAS fez a reunião, o
239 COGEMAS está com menos de 10(dez) por cento de representação nessas discussões, tem
240 54(cinquenta e quatro) pessoas participando dessas reuniões, agora a pergunta é: isso o
241 controle social aqui, para os municípios é isso mesmo? A representação dos municípios?
242 Também se for isso mesmo... Agora a gente precisa clarear bem o processo pra gente não
243 ficar colocando instancia e debatendo questões que a gente não está vendo porque os
244 municípios estão sendo representados e é isso, estão sendo lá por 52 municípios e acaba
245 sinceramente as vezes a diretoria do COGEMAS com três quatro pessoas deliberando sobre
246 os 853(oitocentos e cinquenta e três) municípios, ora pactuando ora não pactuando, então
247 essa é a questão que eu acho que esse colegiado precisa debater e a gente precisa tirar
248 alguma coisa daqui pra nós porque se tiver tudo bem também...VOLNEY: Então dando
249 continuidade...ANÁLIA :Eu também quero refletir nesse sentido aí porque isso é muito sério,
250 é inclusive constrangedor pra minha representação, estou aqui representando o COGEMAS,
251 eu também sou membro efetivo da CIB eu não estive na reunião porque houve mudança no
252 calendário e eu não consegui adiar o outro compromisso que eu tinha fora de Campo Belo,
253 mas pedi a presença do meu suplente né, e ele foi, eu mandei com cópia para Roberta, SAS
254 que no dia 11(onze) de maio, a reunião da CIB foi dia 16(dezesseis), dia 11(onze) de maio eu
255 reiterei junto a diretoria do COGEMAS e aos integrantes da CIB, a necessidade de
256 chegarmos na reunião da CIB com uma posição, então eu tenho isso documentado como eu
257 disse nos informes nós sentimos que o COGEMAS está passando por uma crise tá? por uma
258 crise assim, de gestão, de administração e a gente vai abraçar isso, sou da posição de que o
259 CEAS precisa tomar uma posição em cima disso precisamos tomar , estou aqui
260 representando os 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, eu tenho certeza que a
261 maioria iria concordar que se não passou lá nós temos possibilidade e responsabilidade de
262 aprovar isso aqui para que os municípios não sofram com o não repasse do recurso, outra
263 questão é que já houve também anteriormente pactuações na CIB e que quando chegou aqui
264 no CEAS, o CEAS teve um outro olhar né Roberta? e essa ampliação da visão, ela ocorre
265 realmente porque é um outro colegiado ampliado aqui, então estou de pleno acordo e quero
266 convidar os colegas a refletir sobre isso sobre a necessidade de nós tirarmos aqui um
267 encaminhamento uma resolução para pactuação para a deliberação sobre o repasse desse
268 recurso, os critérios para o repasse desse recurso .VOLNEY: Alguém quer se pronunciar
269 gente? CONSOLAÇÃO : Eu fiquei pensando assim, em termo de sugestão até pela própria
270 história do conselho, não seria o caso né, de já sair um ofício, no caso para a CIB falando
271 dessa situação que o conselho tomou conhecimento pela representação inclusive do vice
272 presidente e dando um prazo pra ele se não resolver agora , o conselho vai tomar essa
273 deliberação ...ROBERTA: tem que ficar bem claro que o ofício não é pra CIB não estamos
274 com problema na CIB nós estamos com problema numa representação entendeu?
275 CONSOLAÇÃO: Sim, então mandar para o COGEMAS o ofício e falar que é esse prazo,
276 porque não dá para ficar esperando chegou à próxima, mais uma e mais uma. Então, assim,
277 se não já vem direto para o conselho a matéria como é da competência e como está na NOB,
278 se tem esse problema pode vir direto também a questão para o conselho: RONALDO: Na
279 verdade me chama a atenção o que está acontecendo realmente a gente está aqui buscando
280 essa defesa, a gente briga pelo repasse de recursos a gente sabe da necessidade dos
281 municípios e fico aqui surpreso com a falta de participação . Duas coisas me chamaram
282 atenção, o regimento interno da CIB, ele não constar o quórum mínimo e aí qual é a
283 legitimidade que se dá no número, e qual número que legitima qualquer decisão da CIB que
284 entendo, ela vem contribuir e trazer de alguma forma um respaldo para esse conselho
285 aprovar o que foi discutido lá principalmente quando eu represento o conselho de um
286 município e entendo que esse município deveria sim, está participando e discutindo quando
287 tem oportunidade de forma democrática construir essa ferramenta esses critérios , então não
288 sei realmente, eu comungo aqui com a Consolação, eu entendo, e a minha sugestão é que
289 seja enviado um ofício, eu não me sentiria confortável em aprovar algo que não viesse

290 qualquer parecer da CIB em cima dessa participação mas que fosse assim tomado uma
291 decisão desse conselho e dado um prazo através de ofício deste conselho aos municípios
292 que participem aí sim nós após esse prazo tomar a decisão por este conselho ROBERTA: eu
293 queria só te pedir para você sugerir o prazo por favor. RONALDO: Veja bem, para mim fica
294 difícil sugerir eu não sei qual o prazo eu não sei o calendário da CIB, não sei como é a
295 participação eu particularmente de acordo com o meu município eu gostaria de sentar com o
296 município e o gestor para saber o que está acontecendo porque que não está havendo a
297 participação aí sim eu teria ...ROBERTA: Ronaldo deixa eu clarear algumas informações,
298 porque até para gente encaminhar para lá a gente vai ter que ser mais preciso nas
299 informações, a CIB reúne mensalmente isso é, tem um calendário anual igualzinho o
300 conselho, tá lá na NOB. Ela tem que reunir ordinariamente e ela discutem as questões de
301 gestão tá lá na NOB, qual que é as atribuições da CIB, a questão de ter quórum ou não ter
302 quórum isso é indiferente, porque toda vida nós funcionamos com a CIB normalmente a gente
303 sempre teve... Porque quem senta na CIB são os gestores municipais, um grupo de
304 representação de gestores municipal e um grupo de representação do estado, na CIT são os
305 três, união, estado e município não é isso? Isso aqui em baixo é estado e município, essa
306 questão do quórum, ela foi vencida lá com muita tranquilidade, não é pela falta do quórum
307 que, a gente tá tendo problema na matéria para vencer, para vencer as pactuações da
308 matéria, sempre vencemos isso, isso aí para nós não é problema. Para evitar inclusive e de
309 dizer que está fraco nisso, está fraco naquilo a gente recorreu ao regimento interno, quando
310 viu que não tinha a gente já deliberou lá, a gente já pactuou o regimento lá da CIB já está
311 certo agora, lá tem já o número certo do coro, então assim, se a gente vai estabelecer um
312 prazo para a CIB, a gente tem que dizer qual é o prazo, se é mais dois meses, mais três
313 meses a gente vai ter que dizer isso no ofício, e isso porque depois que a resolução sai de lá,
314 ela vem pra cá, para aqui sim discutir novamente, debater, saber se o que a CIB pactuou,
315 está de acordo com esse colegiado, se não tiver, esse colegiado tem toda autonomia de
316 mudar, isso é muito tranquilo, entendeu? Agora, a gente precisa, se a gente for tira um
317 encaminhamento a gente precisa dizer qual é a sugestão. SHIRLEY: Eu só gostaria de
318 externar aqui, a minha dúvida, até uma solicitação de esclarecimento porque para mim não
319 parece claro como que funciona essa questão da representatividade entre oitocentos e
320 cinquenta e três municípios se a gente tem cinquenta e poucos como que fica a questão da
321 participação da construção conjunta de um sistema que se diz né, que deve ser construída
322 em conjunto e como que é feito o estímulo a essa participação, se são informados sobre o
323 que está acontecendo, porque no meu município eu nunca vi chegando nada falando do
324 COGEMAS, então se tá chegando, tá chegando para o secretário, tá chegando pro prefeito,
325 não está sendo divulgado, o que está acontecendo, porque me parece que está sendo
326 construído pra muitos com muito poucos lá na hora da decisão, seria só isso. ROBERTA: É,
327 eu acho que o que a Shirley levanta, só para clarear tá Shirley, o COGEMAS está instituído
328 igualzinho a CIB na NOB, ao ler a NOB lá a gente vê o COGEMAS, o COGEMAS é seus,
329 Colegiado de Gestor Municipal, a participação tem que depender de vocês porque se vocês
330 não participam, vocês municípios, um grupo menor, um grupo maior vai participar! E a mesma
331 coisa do FONSEAS que é o Fórum de secretários estaduais de assistência social. Se os vinte
332 e sete participarem vai ter uma discussão bastante ampliada; se dez participarem vai ficar na
333 mão de dez! Tem que saber por que ao ler a NOB ele tem buscar saber, por exemplo a
334 representação, e ler o estatuto do GOGEMAS, saber qual a vigência de mandato do
335 GOGEMAS. Vocês é quem tem saber que disso, não é? Vocês vão esperar o COGEMAS?
336 Ele tem o site dele que o estado financia e a obrigação do estado é ceder o local, o espaço,
337 tem telefone, ele tem que dar toda a estrutura para o COGEMAS. O COGEMAS é dos
338 gestores municipais. Se vocês, inclusive na minha correspondência eu coloquei embaixo
339 participe do COGEMAS, é direito seu. Agora se vocês não participarem vocês não vão ter
340 informação. Mas eles tentam socializa. Ontem em Montes Claros toda essa divulgação
341 maciça do COGEMAS, o James estava lá ontem e mandou fichas de inscrição para o
342 COGEMAS e distribuiu para poder mandar informação, mas vocês também tem que correr.
343 SHIRLEY: Certo então seria o caso, talvez, deste conselho entrar em contato com os
344 conselhos municipais e comentar alguma coisa neste sentido. ROBERTA: E lembra que a
345 gestor municipal. SHIRLEY: Sim! Mais os conselhos eles podem fiscalizando e informa o
346 gestor porque eu estou entendendo que isto é apelação disso. ROBERTA: São fóruns deferentes.
347 ANALIA: Eu quero dar somente um esclarecimento, quando eu fiz o informe no mês passado

348 oitenta e três e cinquenta e quatro pessoas participaram da reunião não significa também ,
349 que são somente estes que estão presentes. Porque a uma comunicação via e-mail e
350 telefone eu estou dizendo que a preocupação é , que está reduzido a participação na
351 reunião mensal está sendo reduzido porque ela está centralizada numa palestra do CNAS e
352 a gente já propôs várias vezes que a reunião seja o dia todo e que na parte da tarde o
353 estado esteja presente conosco orientando os municípios principalmente os que estão com
354 pendência e isto não ocorreu; plano de ação no ano, quatro seminários regionais nos
355 chegamos a realizar em poços de caldas. Quando eu era vice presidente e a Júlia era
356 presidente fizemos os seminários regionais para ter esta abrangência maior e então eu disse
357 o COGEMAS está passando por uma fragilidade na gestão, na gestão! Eu vi o presidente
358 ontem, nós vimos, né Hermellis? No shopping, ele não foi lá ontem e nem hoje e não
359 responde os nossos e-mails, então nós estamos com esta fragilidade e nós estamos tomando
360 providências e a questão que está em pauta aqui! Olha gente vamos lembrar é ano eleitoral,
361 ano de eleição e até quando o estado pode passar este recurso para os municípios e se não
362 está pactuando os critérios nos municípios corremos o risco de não recebermos e então a
363 questão é esta e comungo então com a segunda proposta que é encaminhar um ofício ao
364 COGEMAS para que no prazo D e eu pergunto a gestora , se a próxima reunião da CIB ,
365 ainda está dentro do calendário eleitoral para repasse de recursos ou se a gente tem que
366 dar um prazo menor ou senão faz uma reunião extraordinária. CONSOLAÇÃO: Então fica a
367 proposta ofício ao COGEMAS para a próxima reunião, que seria agora em Junho. Caso
368 contrário que o critério venha para o CEAS para apreciação e deliberação, a proposta é esta
369 já completa. VONEY: Nos dois encontros da CIB, eu sugiro o seguinte que este conselho
370 faça o ofício para o COGEMAS, dando um prazo até a próxima reunião deles e se eles
371 apresentarem e se não houver uma pactuação e que este conselho já faça a pactuação para
372 próxima plenária nossa. RONALDO: Haveria oportunidade neste ofício de encaminhamento
373 ao colegiado e também com cópia para o conselho municipal, órgão de controle social. Eu
374 concordo com que a SHIRLEY trás, por ser um órgão de controle a gente faz o papel de
375 trazer sim as demandas do município, mas o nosso papel enquanto conselho cobrar também
376 do nosso gestor essa falta para que ele chegue na ponta e coloca que até mesmo seja
377 publicizado. A falta de participação dele neste colegiado. ROBERTA: Eu acho que a gente
378 precisa compreender atores e o papel dos atores no SUAS para a gente não confundir este
379 fórum é de gestor, na mesma lógica que o fórum as URCMAS na organização de controle
380 social. Por exemplo não cabe ao gestor interferir nesta organização da URCMAS por exemplo
381 o controle municipal cabe, sim ao gestores municipais . Por isto que a minha
382 correspondência, acho que tem que ir para o COGEMAS, acho que todo o movimento deve
383 ser feito nos gestores municipais. Então assim, para que os gestores assumam a participação
384 no COGEMAS. Se a diretoria está com problemas, vamos trocar a diretoria, o que não dá é a
385 facilidade que os municípios estão aceitando isto. FERNANDA: Eu queria só falar um
386 exemplo da saúde, nós temos o COZEMAS é superforte esta questão na saúde, hoje temos
387 ponto de discussão, trabalhamos as vezes em parceria com convênios tem feito muita
388 divulgação com a gente, precisa acessar o município de uma forma mais rápida as vezes
389 precisa de uma informação já tem nas regiões . Eles estão muitos presentes mesmo tanto
390 na CIB sempre em cada CIB tem um GT, discussão presentes nos conselhos. E os próprios
391 conselhos vão muitas vezes às plenárias do conselho estadual de saúde, vale muito a pena
392 aproximar um pouco as experiências, acho que tem tido uma experiência muito bem sucedida
393 na saúde, a gente vê que o secretariado de saúde está realmente muito presente muito
394 autônomo muito protagonista nessa política junto com o COGEMAS. ROBERTA: E aí
395 Fernanda só pra clarear, na verdade o que a gente está discutindo, é só para gente
396 compreender o seguinte, nós já tivemos todo os problemas na CIB todos debates discussões,
397 Denise já participou da CIB sabe tanto como são calorosa a nossa discussão . Eu estou
398 trazendo esta discussão aqui porque eu estou amarrada estou assim a sensação que eu
399 estou que está tendo uma inversão no fluxo das discussões das pactuações que temos que
400 fazer lá, com Anália está colocando é problema de gestão. Então a gente nunca tivemos
401 problema depois do COZEMAS com este tipo se coisa por que está sendo trazido para cá. É
402 claro que o COGEMAS é muito forte porque lá rola milhões de recursos que são deliberados,
403 então assim ou ele se organiza ou dança mesmo de organização de município de gestor
404 municipal. Porque isto aqui é um processo democrático. Na CIT, nós não temos problemas
405 nenhum pelo contrário nós temos discussões riquíssimas, vem a resolução o CONSEAS fala

406 COGEMAS falam representação nacional tira a resolução nós vamos voltar com discussão.
407 [O que está me causando estranheza é porque nós não estamos conseguindo discutir
408 porque ele fala o que, que é, entendeu! Ele não nós diz não conseguimos discuti
409 internamente, nós não podemos aceitar isto. Senão consegui discutir, o que nós estamos
410 chamando no ponto de vista do gestor estadual. Eu estou mobilizando todos os municípios a
411 participar do COGEMAS, para ajudar a diretoria a decidir, a definir agora eu não posso é
412 ficar amarrada. Então assim isto que a gente está discutindo aqui é como a gente está
413 dizendo é preciso que os municípios aparelho daquilo é da organizações deles eles não
414 podem ficar isolados desse colegiado, este colegiado não pode ficar na mão de quatro, dez
415 pessoas , porque está decidindo para o estado inteiro . Para que a discussão realmente seja
416 democrática, seja republicana . Tem alcance nos municípios precisa participar porque senão
417 também é isto fica um grupo menor. SHIRLEY: Roberta está entendo que você diz que como
418 gestora estadual você está convocando os gestores, informando. ROBERTA: Convocando,
419 não! Porque eu não posso convocar eu não tenho o poder de convocar. Eu mandei o ofício,
420 você vai receber o ofício lá. Eu mandei o ofício com este mesmo teor, para todos os
421 municípios, oitocentos e cinquenta e três municípios. Eu mandei para o presidente da
422 comissão de participação popular da assembleia, porque mês passado recebi um
423 requerimento me cobrando critério de partilha de proteção especial. Eu falo gente está difícil,
424 eu não consigo trabalhar, sabe por que eu não estou conseguindo por esta reunião, por esta
425 reunião sendo a bola da vez está com o COGEMAS. Eu respondi para CIT eu mandei para
426 CIT. Mandei uma correspondência para CIT não estou conseguindo deliberar, pactuar . Não
427 consegui pactuar critério de partilha de proteção especial que é nossa grande trave. E não
428 porque nós estamos, se eu ficar com uma resolução quatro meses na CIB não tem problema
429 nenhum porque nós estamos buscando a melhor solução. Agora o que eu não posso é ficar
430 com uma resolução na CIB, dois, três meses sem discussão com uns dos pares dizendo sabe
431 porque que eu não concordo porque eu ainda não consegui internamente discutir. Não posso,
432 eu acho que é muito responsabilidade nosso do SUAS ter este tipo de postura e está gravado
433 para qualquer um que quiser ver , o governo estava na reunião, está tudo gravado. Eu não
434 estou aqui fazendo nenhuma corrente contraria muito pelo contrário sou muito a favor da
435 organização do COGEMAS e nunca tive problemas. A Denise participou da CIB por muito
436 tempo, é, ou não é Denise? DENISE: E meio assustador. ANALIA: Denise só um minutinho
437 porque tem conselheiros novos, a reunião gravada falar o nome e a representação. DENISE:
438 Representando o CRESS como a Roberta colocou , aliás nome de CIB que tinha de melhor
439 de embate . Agora este processo de mobilização com a Shirley colocou de fato não cabe ao
440 CEAS e um movimento de mobilização de gestor pra gestor. Eu penso que este quadro
441 sugere de ponto de vista conjuntural situação muito ruim do ponto de vista considerando um
442 estado em dimensões continentais se você pensar que estrategicamente o órgão
443 representativo está neste nível de desmobilização acho que é preocupante mostra um
444 desinteresse de que está no campo da gestão em se organizar para fazer funcionar espaço
445 de partilha é espaço de coordenação de política pública no estado. Por isto que é
446 preocupante. Anália como representante aqui, talvez o que o COGEMAS tem que fazer, já
447 tivemos épocas no COGEMAS que de fato o processo de desmobilização é muito grande
448 praticamente era uma reunião com –participação de técnicos. Lembra-se disso? Tivemos esta
449 época o gestor não aparecia as reuniões do COGEMAS era lotada de técnicos e então de
450 ponto de vista da deliberação fica comprometido os técnicos não tinha poder de deliberação,
451 deliberava no ponto de vista técnico da gestão já tivemos este problema mais da ausência de
452 participação que eu acho ainda mais grave é um momento serio vamos ter que rever esta
453 forma de mobilização e nunca foi fácil acho que mostra o perfil do gestor que nós temos hoje
454 no estado é preocupante agora do ponto de vista da gestão estadual fazer ou não do ponto
455 de vista Roberta, essa função de provocar esta mobilização este é o processo que cabe ao
456 COGEMAS . Mas com gestora do estado cumprir o seu papel de instiga processo de
457 mobilização mais o COGEMAS precisa fazer o seu papel fácil à gente sabe que não é mais
458 precisa fazer é o papel de vocês. ROBERTA: Denise na verdade eu fico na situação bem
459 delicada porque o meu papel é encaminhar o critério de partilha em tempo ,estou respeitando
460 agora para lei que na verdade eu não estou mobilizando eu estou ermando os gestores o que
461 está acontecendo e estou dizendo este colegiado está me pedindo nos impedindo no
462 processo inclusive na discussão são , o negócio não é impedir de pactuar é impedir da
463 discussão são se eu não tenho est5a pactuação e pele organização do SUAS este colegiado

464 é responsável com controle social se eu não consigo e eu estou explicitando, olha eu passei
465 numa reunião ,segunda reunião e não estou tendo resposta para uma discussão são para
466 índice d quando que eu vou pactuar agora este colegiado é isto mesmo vai ficar então e eu
467 vou chegar aqui em outubro , novembro pra chegar aqui com este critério de partilha e dizer
468 só porque que eu trouxe agora fiquei cinco meses com ele na CIB e o estado vai ser malhado
469 do mesmo jeito , porque as pessoas não sabe o que está acontecendo os gestores não estão
470 participando . DENESE: Esclarecimento, não avança na pauta porque falta posicionamento o
471 COGEMAS não conseguiu forma o posicionamento? É grave! ROBERTA: Você está entendendo
472 eu estou te dizendo estranheza é isto está gravada se este colegiado pode vir pra cá de
473 gravação diz assim. Presidente do COGEMAS nós não vamos avançar porque nós não
474 discutimos internamente, só para fechar ficamos encaminhados por ofício e qual prazo?
475 Reunião se não passar veria pra cá em julho é isto? RONALDO: Só gostaria de saber qual é
476 a próxima reunião da CIB. ROBERTA: No início do mês de junho. RONALDO: Então tem
477 tempo hábil ele tem uma reunião antes inclusive já tem o goro aprovado, não é isto? Já está
478 no regimento interno. ROBERTA: Só para gente compreender o processo nós vamos mandar
479 o ofício dizendo assim a minuta de resolução tal, se ela não for pactuada na reunião de junho
480 ela vira direta para o conselho. Agora quero deixar claro para os senhores que não significa
481 que as proposta que eles COGEMAS solicitar de alteração não significa que o estado vai
482 aceitar porque a discussão são de pactuação, não nós queremos é isto e o estado vai dizer
483 assim, não! Porque se o estado consensual no vamos dizer é isto! É possível não é possível
484 debater, entendeu! Eles podem me trazer uma proposta eu vou dizer isto não é factício isto
485 não concordamos enquanto estado e vai ficar o debate o que sempre ocorre. O que estamos
486 dizendo aqui que nós não estamos conseguindo debater, então pode ser que no mês de
487 junho mesmo proponha na resolução se o estado não concorda e nós não conseguir pactuar
488 ela volta para o mês de julho, aqui que vai ter que deliberar. Porque o processo de discussão
489 são na CIB ele é assim eu proponho discuto todas as diferenças na CIT é a mesma coisa.
490 Mas agora eu mandei para eles por e-mail e como mandei para todos gestores municipais
491 mandei no ofício com a cópia da minuta para que eles tenha conhecimento do que nós
492 estamos falando e se eles me propuser um coisa totalmente diferenciada ou factivo daquilo
493 que está para executar ele não tem como pactuar eu vou dizer não isto não tem como
494 pactuar. Entendeu! Se ele me disser, porque a gente inclusive propõe o valor a ser
495 repassado, se eles dizer vocês vão repassar quatro, cinco vezes mais ai não tem orçamento,
496 absolutamente. Entendeu! Também tem a posição do estado. RONALDO: OK, obrigado.
497 ROBERTA: Então, entendeu Consolação. VOLNEY: Dando continuidade nos informes. O
498 serviço de convivência e fortalecimento de vinculo na inserção das informações do site do
499 MDS foi prorrogado para 16 de junho e a data anterior 20/05. Na última reunião da CIB a
500 diretora executiva do fundo nacional esteve presente no COGEMAS ela veio para tirar
501 dúvidas. Ela esteve no COGEMAS. Estes são os informes da CIB. ROBERTA: Eu vou me
502 comprometer com os senhores o seguinte vou passar todos os informes da CIT com nome de
503 município, resoluções de aceite vou passar tudo para secretaria executiva e depois para
504 vocês. Volney, CNAS reunião centralizada CNAS. VOLNEY: Estive em Brasília 06, 07e 08 de
505 maio representando este conselho na reunião do CNAS e reunião descentralizada do CNAS
506 que aconteceu no distrito federal. Tiveram os seguinte informes na plenária que atual gestão
507 termina o mandato agora eles tiveram aprovação de 60 resoluções durante o mandato. O
508 capacita SUAS ele está hoje acontecendo em 19 estados da federação. De 12 a 15 de Maio
509 houve a marcha dos prefeitos em Brasília, houve o informe do aumento do bolsa família. A
510 CIT não teve informe para o CNAS, aumento de valor de dez por cento. Com relação à CIT
511 não teve informes para o CNAS, com relação ao FONSEAS também não houve informes para
512 o CNAS. O COGEMAS eles informaram que tiveram um presença de cinco mil e seiscentos
513 participantes nos encontros regionais no último encontro em Cuiabá tiveram a presença de
514 dois mil participantes. Houve informe que controle social do bolsa família será feito agora
515 pelos conselhos municipais, está saindo uma resolução. Informaram também eleição da nova
516 diretoria do COGEMAS em nível nacional. E o próximo encontro do COGEMAS será em
517 Fortaleza. Haverá um congresso nacional de população de moradores de rua ele vai ser
518 realizado em Curitiba de 28 a 30 de Maio. E houve também a fala da senhora Leticia
519 SERNAC- Secretaria nacional de renda e cidadania. Bom com relação a reunião
520 descentralizada que foi no dia 07 e 08 vou fazer um rápido resumo. Todas as conferencias
521 realizadas, seja municipal, estadual e nacional são votadas as deliberações, no entanto até

522 2013 não era feito o acompanhamento destas deliberações e dessa forma não tinha
523 informação do cumprimento total ou parcial ou mesmo do cumprimento das deliberações. O
524 ano passado para preparação da nona conferência nacional de assistência social foi
525 implantado uma mudança substancial. O CNAS propôs que fosse feita uma avaliação local
526 por meio de um metodologia em cumprimento das deliberações anteriores a importância
527 deste trabalho é perceber com mais clareza quando sabemos por exemplo que em número
528 município deliberações anteriores não estava sequer sistematizada. A orientação do CNAS
529 possibilitou que este municípios fossem buscar registro nos anos anteriores para parti daí
530 avaliar o grau de aplicação que havia sido feita a chamada avaliação local este processo agito
531 os conselhos , conselheiros estaduais , municipais e nacionais. Após o êxodo deste processo
532 o CNAS criou uma comissão de monitoramento das deliberações das conferências nacionais.
533 Que fez um levantamento dos cumprimento ou das deliberações das conferências nacionais
534 anteriores. Estas questões foram temas dos quatros debates temáticos realizados nas
535 reuniões descentralizadas e ampliada do CNAS em Brasília. Monitoramento das deliberações
536 das conferências e acompanhamento aso conselhos. Como organizar e torna realidade estas
537 decisões. A mesa tratou do monitoramento de deliberações das conferências de assistência
538 social como atribuição dos conselhos por meio de organização interna metodologia e debate
539 e falou também estratégia de acompanhamento aos conselhos municipais. A mesa teve como
540 expositora as conselheiras Adolores Gonzares, Luziane Tapajós e o presidente do CNAS e
541 como debatedores Celio Vanderlei e a segunda do comitê acadêmico da mesma conferência .
542 Na exposição Luziane tapajós explicou que avaliação local foi planejada para garantir o
543 conhecimento de gestores, trabalhadores e usuários do SUAS, entidades sobre a história da
544 assistência social diferenciada em diversas conjunturas políticas e ao mesmo tempo permite
545 as conquista e os desafios e as dificuldades colocadas para construção consolidação do
546 SUAS. A conselheira Adolores falou para os desafios para torna realidade do
547 acompanhamento das deliberações, segundo ela é fundamental se organiza a forma como
548 será feita o monitoramento deve haver também acompanhamento da evolução
549 funcionamento e atuação dos conselhos de assistência social por meio dos resultados do
550 senso. Os debatedores destacaram que esta mudança representa um marco nas histórias
551 das conferência nacional de assistência social. Pela metodologia empregada que obriga um
552 alto grau de comprometimento para além das conferências. Além dos expositores
553 participaram da mesa como debatedores coordenador geral de orçamento e finanças,
554 contabilidade o ex conselheiro do CNAS José Geraldo França Dinis , atual diretor do fundo
555 nacional de assistência social Jusceleno Martins e a ex diretora do fundo nacional Jucelia
556 Tavares . Houve total concordância entre os expositores e debatedores quanto à necessidade
557 de qualificar os conselheiros quanto às questões orçamentárias. Outro ponto de concordância
558 de que esta luta de técnica de instrumento político na medida em que a luta de recursos
559 entre as diversas área da administração e portanto volume de investimento da assistência
560 social será maior na medida que houver maior pressão da sociedade. Então só quero fazer
561 um destaque, quando coloca esta dificuldade dos conselhos municipais até mesmos dos
562 conselhos estaduais a relação à questão orçamentaria eu me deparo com jornal do senado
563 onde trás um artigo que houve um discussões no senado e os debatedores apontam que
564 contam que o governo esconde a realidade é chamada contabilidade criativa então o artigo
565 esta aqui ele esta site do governo federal então isto gente me preocupou bastante é
566 chamada contabilidade criativa eu trago este alerta pra conselhos municipais e estaduais . A
567 gente pode entender o que é chamada contabilidade criativa. Os expositores falaram da
568 necessidade apropriação por parte dos conselhos de assistência social do conhecimento
569 sobre todo processo de orçamento deste do planejamento até a fiscalização da execução.
570 Para que haja esta apropriação o caminho é a capacitação o que acontece conselheiro não
571 entende do assunto indagou a conselheira nacional Dores Magalhães, respondendo se eles
572 não entende aquilo tudo significa sopa de letras que ainda por cima chega encima da hora a
573 colocação de que se não aprovarem não haverá recursos. Segundo ela isto tem feito que
574 os conselheiros sinta se responsáveis por aprovar ações do executivo já que a lei estabelece
575 que os conselhos caberá o controle sobre operação, aprovação e execução do orçamento.
576 Mesmo que o conselho não seja responsáveis pela gestão eles tem que saber que com ele
577 funciona para que possa fiscalizar se gestor esta fazendo da forma correta e ainda para
578 assumir um papel criativo na busca por recursos. Mas uma vez a informação é fundamental
579 sem entender as peças orçamentarias como, por exemplo, plano plurianual , a lei de diretriz

580 orçamentaria a tendência das pessoas é pensar que são coisas muito mais complicadas de
581 que são de fatos . Para instrumentalizar os conselheiros o CNAS elaborou inclusive
582 distribuíram no debate um versão preliminar de um manual de orientação sobre questão
583 orçamentaria esta sendo diagramada uma versão definitiva deste manual que será distribuído
584 a todo os conselhos estadual dos pais neste debate temático foi citado também curso a
585 distancia por controle exercido pelo conselho estadual criado pelo TCU com objetivo de
586 estimula o controle social por meio da instrumentalização dos conselhos municipais e
587 estaduais com as ferramenta adequadas para cada programa da área da assistência
588 conselho nacional forças e fragilidades . Então for trazer algumas frases pra gente refletir
589 então a professora Eleonora da UFMG coloca que excelência do CNAS não é mesma
590 encontrada dos conselhos do Brasil ela faz uma indagação para plateia quem controla os
591 conselhos devemos primar pela transparência devemos articular com força pelo sistema o
592 modelo do CNAS ele pode ser modelo para o demais o nível nacional e os estaduais tiveram
593 avanços volta avanço para os conselhos municipais como ser criativo o suficiente diversidade
594 municípios brasileiros os conselheiros da sociedade civil muitas vezes vão para o debate
595 sem o conhecimento quem somos nós conselheiro o CNAS tem o reconhecimento social e
596 politico de conselhos municipais . Então essas foram reflexões que a professora trouxe para
597 plateia . Depois o Marcelo Pires da secretaria nacional de articulação ele fala do dia do
598 conselho e fatores críticos da conferência bem como a participação social é citado a lei
599 8742/93 em seu artigo ela foi alterada 12435 que autoriza estado e município a utilizar o
600 cofinanciamento federal para contratar equipe de referência. Este é o artigo 6° ele coloca que a
601 gestão das ações na área da assistência ela ficou organizada de forma de sistema
602 descentralizada participativa denominado no sistema único de assistência social, depois vem
603 os objetivos. Depois teve a fala da Simone Albuquerque ela começa falando dos 204
604 constituição federal e ela separa entidade de assistência social sem fins lucrativos escrita no
605 conselho municipal de assistência social de utilidade publica entidades beneficentes de
606 assistência social . Ela cita a lei 12 que trata da certificação onde o conselho autoriza
607 funcionamento o órgão gestor regula o seu funcionamento através do artigo 7 da resolução
608 16 que fala do reordenamento da convivência e do alimento onde ela destaca de vinte
609 pessoas no máximo e o plano de ação deve ser penejado continuado permanente
610 gratuidade que deve ser observado pelo conselhos de assistência social ela fala também
611 importância que necessário resgatar dos conselhos ela fala que não existente a estância
612 recursal uma vez que o entes são autônomos a observar o caráter arte laico das
613 entidades ela coloca as entidades não tem respeitado a laicidade de cada brasileiro eu acho
614 isto muito grave e o processo de inscrição ele deve ser democrático . Depois da fala do
615 professor Edvaldo ele destaca que não podemos dizer que o Brasil seja um pais democrático
616 pois temos legislação e dimensão ética do controle social e são atribuições distintas ele
617 também fala do pacto de aprimoramento do SUAS , acompanhamento familiar do PAIF e da
618 família do CAD UNICO do programa do bolsa família. Depois também é colocado adesão do,
619 BPC depois a Simone coloca também que Minas Gerais ele ate cita o exemplo de Belo
620 Horizonte onde nós precisaria de ter setenta CRAS e temos trinta CRAS então também
621 mostra fragilidade. Acordo da CIT onde todos acima de vinte mil habitantes tem que ter
622 CREAS o acordo radicação do trabalho infantil 2020 e o pacto com os estados deste de 2005
623 . Ela cita que os problemas dos estados é digestão e que a media complexidade ofertada pelo
624 estado e a cada dois mil crianças. E depois o professora Juscelele do Paraná ela traz
625 alguma frases pacto na fala dela também que pode contribuir pra gente . Quais são as
626 principais renovação ter o fortalecimento pelo pacto federativo que as responsabilidade ela
627 são cooperadas pelo três entes progressiva e financiamento e exigir uma construção de
628 capacidade gestão fazer um analise do pacto sócias como aderi as prioridades socais, como
629 aderir as prioridades nacionais. Como nós podemos fazer as correção do descompassa do
630 SUAS os novos diálogos do SUAS o que avançar no estado nos precisamos aprimorar as
631 fermentas e planejamento ele sempre ganha centralidade através do controle social ela
632 também trás destaque para vigilância socioassistencial a necessidade de introduzir os
633 pactos do acordo submeter c controle social romper a lógica verticalizada e que a gestão
634 precisa ser democrática e participativa devemos realizar os diagnostico situacionais corri as
635 fragilidades de sistemas avança a capacidade de atendimento e qualifica o trabalho os pactos
636 tem que ser aprimorado com os conselheiros o diagnostico territorial não se transforma
637 porque não se controla nas metrópole as baixas taxas da acompanhamento familiar o

638 diagnostico é revelador e que a resposta da assistência ela é imaterial dialogar a relação da
639 vizinhança e o diagnostico territorial situacional atuar intersetorialmente e fazer o
640 planejamento das metas e acompanhar o produto o local deve dialogar com o estado e o
641 estado com o nacional a construção deve ser coletiva . Depois a gente participou de uma
642 oficina que é o controle social na área d benéfico é transferência de renda foi o tema de um
643 dos quatro debates temáticos usado no segundo dia na reunião descentralizada ampliada,
644 que ocorreu com a participação da conselheira nacional Marta rocha e Solange Teixeira
645 coordenadora adjunta da comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de
646 renda . Como debatedoras falaram Maria Jose de Freitas diretora do departamento de
647 benefícios e assistenciais da secretaria nacional de assistência social. Juliana Matoso
648 coordenadora geral de articulação Inter setoriais departamento de conexidades e
649 departamento de renda de cidadania ambas do MDS. A marta Rocha e a Solange elas
650 falaram sobre o caderno de elaborado pelo CNAS para instrumentalizar os conselhos de
651 assistência social no controle de transferência de renda e beneficio o caderno que teve
652 aprovada na ultima reunião plenária ele trata na verdade uma publicação que reúne
653 linguagem simplificada informações sobre os programas de transferência de renda o beneficio
654 de prestação continuada e bolsa família e beneficio eventuais as expositoras insistiram a
655 importância dos conselhos conhecer estes programas sobre tudo as atribuições do gestor do
656 processo para poder exercer o controle social de forma efetiva . A debatedora Maria Jose
657 desafios dos conselheiros que se refere ao controle social benéficos tanto os eventuais
658 quanto beneficio de prestação continuada ao mostrar dados do senso 2013 onde 91% de
659 municípios brasileiros oferta benefícios eventuais a família em situação vulnerabilidade
660 temporária muita apenas 67% dos municípios possui regulamentação para esta oferta a
661 situação é mais clara ainda que se refere a benéfico eventual para situação de calamidade
662 publica 72% dos municípios recebe apenas 54% tem regras para est concessão . Então eu
663 acho um ponto muito importante para este conselho estadual pensar em relação as estas
664 regulamentação de municípios . A Juliana Matoso ela falou do bolsa família e como os
665 conselhos podem efetivar o controle dentro do mesmo princípio importância de estar
666 informando sobre programa. Hoje o bolsa família ele atente a 14 milhões de família sendo uns
667 principais responsáveis pela redução da pobreza e especial da extrema pobreza tendo
668 retirado desta situação cerca de 36 milhões de brasileiros todas as informações serão
669 disponibilizada no caderno de orientação que está em fase de revisão de diagramação e será
670 disponibilizado pelo CNAS em breve. Gente um pergunta lá muito interessante a conselheira
671 nacional com relação os benefícios eventuais para estrangeiros ele cito o caso dos haitianos
672 que estão dando entrada em vários estados brasileiros então ela firmou deste que um
673 estrangeiro ele vive em território brasileiro e tenha o CPF tem o direito ao beneficio eventual
674 então estes foram os informe da minha presença nesta reunião descentralizada. ROBERTA:
675 Nós vamos da um parada anos informes só pra gente trazer as deliberações porque se não a
676 gente perde cor e eu não consigo delibera as questões. Nós temos alguns pontos de pautas
677 para deliberar queria que Consolação, por favor, eu queria que colocasse a resolução
678 daquele grupo de atingidos de Barra de Braúnas esta semana estive com o grupo e atingidos
679 da associação de Barra de Braúnas que trouxe pra gente um questão que eu me comprometi
680 com eles de trazer a discussão são aqui pra gente deliberar . O seguinte foi criado um grupo
681 de conciliação o CEAS ajudou a criar um grupo de conciliação neste empreendimento de
682 Barra de Braúnas onde ele pudesse resolver um seria d pendência que estava neste grupo d
683 conciliação foi criado em 2012 faz parte o empreendimento e o grupo de atingidos se
684 organizaram na época eles não tinham nenhuma associação formada juridicamente em 2012
685 todos se organizaram com um grupo de liderança começaram a negociar com o
686 empreendedor questão que estava pendente que eles entendia que faz o comprimento do
687 plano aqui que foi a resolução que aprovou surgirão algumas pendencia a gente achou
688 melhor este grupo de conciliação tentar resolver caos resolvesse ai sim nós tomaria outra
689 decisão. O que aconteceu eles começaram a fazer um seria de discussão são este grupo de
690 conciliação e outro grupo da comunidade sentiu atingido porque não estava participando
691 deste grupo de negociação e parece que esta tendo alguma irregularidade neste grupo de
692 negociação e este grupo que estava sendo atingido que não estava sendo beneficiado eles se
693 organizaram e criaram uma associação 2012 tudo arrumadinho cartório começaram a fazer
694 reunião outro grupo da comunidade e eles resolveram apresentar por CEAS um pedido que
695 eles fizesse parte deste grupo de negociação . Pra nós não tem nenhum problema apresentar

696 na plenária est5a discussão são para vocês fazerem parte est associação esta toda instruída
697 juridicamente e na medida em que eles começam a fazer parte deste grupo nos demos
698 algumas orientações que tudo que eles perceberem que estiver de irregularidade entrar
699 com representação no MP porque eles colocaram algumas questões pra gente só que eles
700 estava sem muitos dados muito achismo mais na queixas nos achamos interessante
701 primeiro parte do grupo apropriados as informações inclusive tem um advogado da
702 associação que esta ajudando eles o Leonardo aquele advogado que esta no outro grupo que
703 eles colocaram este grupo que o Leonardo esta acompanhando esta tendo problema .
704 Então eu disse se nós fizemos um resolução colocando reconhecendo vocês como fazendo
705 parte da comissão de negociação vocês consegue a parti daí vocês consegue absolver
706 mais informações inclusive para trazer para o CEAS coisas mais estruturadas pra gente poder
707 dar andamento ficou claro isto nós conseguimos fazer e outra questão que eles vão entrar a
708 parti der segunda feira com uma representação também no MP de algumas questões eu
709 estou entendendo de irregularidade questão serias que fugia da alçada de discussão do
710 conselho. As vezes tem coisa até polícia então a gente achou melhor caminhar e se
711 comentasse e entrasse com representação no MP. Depois desta reunião eu entrei em
712 contato com o MP com Dr .Paulo passei pra ele o que tinha acontecido na reunião e falou
713 Roberta foi corretíssimo de que eles entrasse com representação que acha vai entrar neste
714 conflito que está lá e possivelmente agente chamar para fazer um tac como fizemos com
715 candongas o termo de ajuste com empreendimento de candongas e que foi muito bem
716 sucedido e que está dando bons resultados a gente vai até deliberar também os
717 representantes fazer parte deste de grupo de monitoramento de Candongas . Então mais ou
718 menos a gente já costurou com MP estou aguardando e o Dr Paulo falou beleza por você ter
719 colocado esta perspectiva da resolução eles estão legitimados neta comissão de colher
720 informação e trazer para gente entender e a comissão já está funcionando . Então eu
721 gostaria de ler a resolução aqui e eu esclareço as dúvidas se ainda ficar, Ok pode passar os
722 considerados. Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS/MG, no uso de suas
723 atribuições, que abril de 2008 foi celebrado termo de compromisso acordo foi em 2012 entre
724 empreendedor de usina hidrelétrica Barra de Braúnas e a comissão de atingidos par que
725 essa um vez que não .CONSOLAÇÃO : considerando que abril de 2011 celebrado o termo de
726 compromisso pra acordo entre o empreendedor hidrelétrica de Barra de Braúnas e a
727 comissão de atingidos por essa, uma vez que não existia associação legalmente constituída
728 que os atingidos apresentado pela associação atingidos pela hidrelétrica Barra de Braúna/
729 AABB não se sente comtemplado pela comissão que assinou o termo de compromisso . Que
730 o termo de compromisso deveria atender toda a comunidade atingida reservando as questão
731 pendência conforme notificação extra judicial encaminhada ao empreendedor em fevereiro
732 de 2011. SHIRLEY: Posso ler o destaque seria este ROBERTA: O termo de compromisso.
733 SHIRLEY: Sim! Os atingidos aqui representados. CONSOLAÇÃO: Considerando a última
734 deliberação desta plenária revoga reconhecer associação dos atingidos AABB como
735 representante que em abril de 2011 foi celebrado o “Termo de Compromisso (Pré-acordo)
736 entre o empreendedor da Usina Hidrelétrica de Barra de Braúna e uma comissão de atingidos
737 por essa”, uma vez que não existiam Associações legalmente constituídas;- que os atingidos
738 representados pela Associação dos Atingidos pela Hidrelétrica de Barra de Braúna – AABB
739 não se sentem contemplados pela comissão que assinou o Termo de Compromisso- que o
740 Termo de Compromisso deveria atender a toda a comunidade atingida, resolvendo as
741 questões pendentes, conforme Notificação Extrajudicial encaminhada ao empreendedor em
742 fevereiro de 2011; Ultimo considerando desta plenária , Resolve Reconhecer a Associação
743 dos Atingidos pela Hidrelétrica de Barra de Braúna – AABB como representante de seus
744 associados para fins de participação no processo de negociação e conciliação entre os
745 atingidos e o empreendedor da Usina Hidrelétrica Barra de Braúna – UHE Barra de Braúna.
746 Parágrafo único. A AABB comporá a Comissão de Conciliação e participará de todas as
747 discussões e decisões relativas ao Termo de Compromisso celebrado entre representantes
748 dos atingidos pela UHE Barra de Braúna e por seu empreendedor, assinado em 2011,
749 devendo ser convidada para todas as reuniões que ocorrerem para tal fim. Essa resolução
750 entrara em vigor na data da sua publicação SHIRLEY: A minha dúvida me ocorreu a respeito
751 não ficou muito claro porque os atingidos não se sente parte desta associação teve que criar
752 outra associação para que ela pudesse entrar no movimento, parece confuso. ROBERTA:
753 Quando nós criamos a comissão não existia uma associação nenhuma; este grupo que diz

754 representar na comissão que está negociando que assinou aquele termo de compromisso de
755 grupo de atingido ela falaram fulano, fulano vão fazer parte do grupo par negociar não social .
756 Depois de uma fala da professora Eleonora Schettini numa mesa controle social do SUAS do
757 tinha associação constituída de lá pra cá eles começaram a negociar. Outro grupo de
758 atingidos falou este trem está errado, não está transparente as negociações estava sendo
759 muito obscura os valores que está negociando pra um era dez pra outro cinquenta estou
760 dando um exemplo. O que eles fizeram se organizaram o grupo separado foram lá no cartório
761 criaram um associação que é AABB e falaram assim agora vamos constituir uma associação
762 com presidente,diretoria e vamos discutir o que nós queremos participar a primeira coisa que
763 fizeram foi levantar tudo que era irregular. Eles tem reunião mensalmente, na reunião eles
764 falaram nós queremos fazer parte desta comissão a comissão não deixa eles participar . Eles
765 vieram aqui no CEAS, com foi o CEAS que ajudou a criar esta comissão assinou este termo
766 de compromisso o nosso pedido é fazer parte desta comissão agora nós representamos o
767 que é de fato e direito legal um grupo de atingidos que inclusive é associado da AABB,
768 pra nós é tranquilo , super legitimo está parecendo nesta comunidade Nasceu outro grupo e
769 ele agora quer participar tem vários grupos igual candonga , vários grupo de representação
770 eles falaram nós agora queremos desta comissão agente quer entender tudo eles estão de
771 um forma jurídica , não é um grupinho mais que fala assim tem dez pessoas aqui quem são
772 esta pessoas quem é que representa legalmente. Agora na AABB ele tem tudo é isto que
773 vocês constituído politicamente, um que a comissão foi constituída peal o CEAS se tem termo
774 de compromisso lá o que eu entendo na nossa capacidade eles estão pedindo isto primeiro
775 eu falei beleza direitos seu de participar. É que vocês querem vamos levar para plenária como
776 resolução dando vocês todo direito de participação na comissão. A parti dali eles vão
777 di9scuti e tomar posse desta comissão e ai eles vão discutir e tomar posse fato é quem tem
778 conflito porque são duas ou três liderança que estão nascendo forte posso. Se senti
779 contemplada. DENISE: Eu estou assustada com a postura da comissão eu estou entendo o
780 seguinte foi legitimado este processo todo foi pra que um grupo que se sentisse o direito de
781 participar da comissão que representa o próprio grupo é isto mesmo? ROBERT: É gente só
782 para gente compreender todo processo democrático tem conflito porque tem vários interesse
783 inclusive o conselho já estamos acostumado de empreendimento sabe com conflitos que
784 nasce . Candonga quando a gente de se sentir pronto o de monitoramento de candonga pra
785 vocês terem informações com esta processo lá. Então isto de fato é simplesmente o que
786 penso que eu vejo com muita alegria que as pessoas e no conselho eles precisa de nós pra
787 eles também se organiza e compreender que estão sendo feita e tira estas amarras eles
788 estão muito bem instruído pelo MP . Só para compreender de pontos de vista dos
789 empreendedores o que nós estamos observando nós temos um grupo de oportunista que
790 está vendo isto com lixo de mercado está fomentando este conflito porque está ganhando de
791 ponto de vista do mercado financeiramente nesta comunidade o conselho tem que ter muita
792 cautela a gente vai ter que buscar muita informação para monitora e a gente fato conseguir
793 levar de direito para os atingidos e separando estes oportunista que estão chegando neste
794 empreendimento nas unidades e se apossando de lideranças.. RONALDO: é formado um
795 grupo para que não aconteça esse tipo de coisa ele se diz representante de todos os
796 atingidos, só que um vem agregar de uma forma mais legítima, através esta constituída
797 legalmente através de um cartório. Há necessidade de construir uma associação ou como é
798 que o reconhecimento da legitimidade desse grupo que está negociando haja vista que a
799 gente o conselheiro precisa estar muito bem o conselheiro para fazer julgamento justo
800 conforme foi colocado pela presidente e que não seja um nicho de mercado e que realmente
801 não seja alguém dos atingidos que a gente está aqui também para defendê-los. ROBERTA:
802 veja bem Ronaldo quando a gente colocou lá nos considerando quando o conselheiro foi
803 procurado por um grupo de atingidos, esse conselho tem por competência ouvir todos que o
804 procuram, Ai vem um grupo de representantes que se dizem, eles se dizem quem vai liberar
805 ou não é a liderança, liderança de comunidade a gente não quem somos nós aqui que
806 legitimamos ou deixamos de legitimar. Ai vem um grupo e diz que é da comunidade e eles
807 são legítimos da comunidade eles fazem parte; o nome deles compõe o processo do PAS
808 como atingidos. Nós estamos respeitando, como liderança aqui foi construído essa pactuação
809 foi deliberado por esse conselho esse termo de compromisso para tentar ajustar a vencer
810 esses conflitos lá. Naturalmente a comunidade foi se organizando, que isso é extremamente
811 legítimo também e disse assim nós queremos construir uma associação extremamente

812 legítimo e mais legítimo ainda quando eles chegam aqui e falam como foi o CEAS que
813 conduziu para criar esse grupo o que nós queremos fazer parte desse grupo extremamente
814 legítimo também essa é a discussão a legitimidade é essa ilegítima de a ou , nem esse
815 conselho nem o ministério público nem ninguém tem condições de não legitimar. O que nós
816 temos condições é de fortalecer, reconhecer e legitimar todos os que se dizem representantes
817 dos seus grupos agora os debates são feitos dentro da comunidade e eles lá têm capacidade
818 de se organizar e a gente do lado de cá acompanhando e monitorando toda vez que for
819 demandado e para além do que for demandado quando chega denúncia por que já chegou
820 denúncia de barra de braúnas porque esse grupo foi criado por causa de denúncia entendeu
821 que foi deliberado por esse conselho aqui foi deliberada uma serie de denuncia que estava
822 acontecendo e esse conselho recebeu esse grupo de atingido e deliberou para compor esse
823 grupo ai de conciliação entendeu, ok?. RONALDO: ok obrigado. SHIRLEY conselho Sarzedo:
824 a minha dúvida é a seguinte; partindo do princípio que foi criado uma comissão. Até onde eu
825 entendi essa comissão é de conciliação entre os moradores os atingidos. ROBERTA: e o
826 empreendedor. SHIRLEY: sim, ela também tem uma representação aqui no CEAS?
827 ROBERTA: não tem nada a ver isso deles mesmo. SHIRLEY: qual é o papel do CEAS então
828 que essa segunda associação que essa associação entende que teve essa legitimação por
829 parte do CEAS? ROBERTA: o papel do CEAS é que esse PAS passou por aqui né.
830 SHIRLEY: certo. ROBERTA: esse plano dos atingidos de barra de braúnas do
831 empreendimento passou por aqui e ele foi aprovado ele foi monitorado ele foi ai o barra de
832 braúnas teve licença de instalação de operação, estava lá funcionando normal, aí apareceu
833 uma denúncia olha ta faltando isso , isso foi feito papapapapa nós descobrimos uns atingidos
834 que não estavam no plano papapapapa ai o CEAS chamou, quando esse grupo denunciou o
835 CEAS chamou esse grupo para conversar e chamou o empreendedor conversou com o
836 grupo e conversou com o empreendedor também por causa do assunto que foi colocado,
837 esse colegiado discutiu e deliberou pela formação desse grupo de conciliação se lá tivesse
838 entidades instituídas seriam as entidades instituídas, não tinha na época, foi formado esse
839 grupo, no decorrer do processo o que a gente entendeu que esse grupo não estava
840 correspondendo com a ansiedade da comunidade que esse grupo atendia parte da
841 comunidade só de um grupinho aí esse grupo de cá resolver fazer uma associação, falou
842 assim nos vamos fazer uma associação e nos vamos entrar nessa discussão ai eles vieram
843 para fazer parte. Posto essa resolução nos mandar para o empreendedor e vamos mandar
844 para o grupo que estava nesse grupo de conciliação dizendo que a partir de agora a ABB
845 poderá participar das negociações, das discursões de todos os problemas que eles estão
846 resolvendo lá. SHIRLEY: minha dúvida Roberta é que se nesse caso o conselho estaria se
847 colocando numa situação de tomar algum tipo de partido, sabe por que me deu essa dúvida?
848 Se houve uma postura desse conselho de conversar com esse grupo de tentar certo tipo de
849 acordo, por que teve que criar uma associação para essa associação pela questão jurídica
850 para depois ser reconhecida em resolução para depois ser aceita na comissão, por que não
851 foi feito um acordo pôr a coisa já não se oficializou, porque não ser esse diálogo ser entre
852 eles. ROBERTA: eles tentaram, ele vem tentando desde dia que eles criaram esse grupo eles
853 estão tentando fazer parte, eles não são chamados para a reunião foi isso que eles alegaram,
854 e teve conosco conversando o presidente, o tesoureiro e o associado e teve o prefeito, a
855 coordenadora do CRAS, gente foi tudo muito claro o prefeito falou assim gente eu estou aqui
856 no papel o seguinte eu quero que eles se organizem da forma que eles tem de se organizar
857 agora eles precisam assentar e conversar e isso que você está dizendo o prefeito dizia
858 claramente e o que eles diziam era isso: Roberta para que a gente possa assentar, porque
859 eles já tentou de tudo, eles fazem reunião a gente não é avisado e outra hora eles querem
860 dizer que já chamaram todos da comunidade e ai Roberta eles fazem uma festa ficam tirando
861 foto da gente, ai eles levam e falam assim tai, todo mundo participou dessa assembleia aqui,
862 isso não é verdade eles mesmo tão descaracterizando o movimento da comissão mas o que
863 ele falou se nós tivermos uma resolução do CEAS que como foi o CEAS que criou o grupo de
864 conciliação ele falou nos só queremos isso fazer parte de lá, isso para mim é extremamente
865 legítimo, acredito que é extremamente legítimo por parte de vocês a partir dali eles fazendo
866 parte da comissão, eles estão entendendo que eles precisam disso que o grupo não quer
867 deixar eles participarem. SHIRLEY: não seria o caso então deles outras possibilidades, por
868 exemplo, outras oportunidades a questão da denúncia no ministério público por causa de não
869 ter esse acesso de ter esse boicote de ter esse acompanhamento. ROBERTA: eles vão fazer

870 também segunda feira eles estão entrando com a representação, só que eles entenderam
871 também que isso ai era importante. Eu estou querendo entender assim por que não isso que
872 eu estou querendo entender. Por que eles entendem que uma resolução dizendo assim como
873 o CEAS fez parte da construção, nós queremos a legitimidade do CEAS para dizer que agora
874 a associação ela precisa fazer parte desse grupo, porque tem uma resolução nossa que
875 aprova essa comissão. SHIRLEY: deixa-me entender só para terminar. Então só porque eu
876 fico com a impressão de que o CEAS está se colocando numa situação que dá a impressão
877 que não é a atribuição dele, entendeu legitimar pessoas dentro de uma comissão questão de
878 direito que não é aceito questão do boicote não sei bem isso, parece um pouco confuso para
879 mim entendeu? É claro ele tem que ter um PAS ele tem que ter discussões mas não legitimar
880 através de resolução. Não sei me parece um pouco demais entendeu? é nesse sentido.
881 ROBERTA: A Shirley, por exemplo: eu só vou lembrar Barra de Braúna, não sei se alguém já
882 estava aqui na época, o de Candonga, Candonga teve várias resoluções do CEAS criando
883 comissão inclusive comissão de conflitos de conciliação de conflitos, isso é papel do CEAS?
884 Total papel do CEAS enquanto teve PAS aqui com esse assunto tudo que tem a ver com
885 esse assunto no Plano desse empreendimento é papel do CEAS. O CEAS achar formas de
886 resolver o problema. Por exemplo, em 2011 ele entendeu que era criar um termo de
887 compromisso e esse grupo para eles poderem se aceitar, Candonga nós já fizemos diferente
888 o colegiado se reuniu e nós resolvemos criar um grupo de conciliação, os conselheiros tinham
889 acabado de sair de um curso de conciliação de conflitos que a SEDESE pagou para todo
890 mundo, para todos os conselheiros fazer, para eles saberem administrar esses conflitos
891 dentro das comunidades, no papel do CEAS dentro do PAS, quer dizer não tem como o
892 CEAS estar fora disso, absolutamente esse é o verdadeiro papel do controle social. A
893 associação chega aqui e diz assim, eu quero fazer parte desse grupo que vocês criaram com
894 esse termo de compromisso que esse conselho criou a princípio por que nós vamos dizer que
895 não qual a dúvida de dizer ele só está querendo participar tanto que eu não trouxe para cá
896 nenhum encaminhamento de discussão que ele colocou para nós e eu fiz um fala em
897 passant, porque ela não estava ainda palpável e esse ainda palpável inclusive quando ele
898 colocou as questões para a gente eu falei um lugar legítimo para vocês é o ministério público
899 porque o ministério público, sim mas para participar não tem problema nenhum, uma coisa é
900 participar de comissão a outra coisa é fazer denúncias que ele colocou para a gente
901 gravíssimas ai eu falei assim isso aí é ministério público. DENISE; Não só para contribuir,
902 olha o artigo primeiro, uma em detrimento da outra e para conhecer como mais uma no
903 encaminhamento do processo, veja lá a primeira; a associação o que o CEAS reconhece é
904 essa associação como representante dos seus associados também não é da comunidade em
905 geral, então quem optar para ficar lá no grupo da comissão então já está reconhecido pelo
906 CEAS antecipadamente, anteriormente nesse momento o CEAS já está reconhecendo como
907 mais um instrumento de participação no processo, então o artigo primeiro é muito claro
908 nenhum problema. ROBERTA: Ok para os conselheiros tem mais alguma dúvida gente tem
909 mais alguma dúvida Shirley, tranquila? Deliberado a resolução? Bom a outra questão é uma
910 resolução que nós vamos ter que aprovar também que é o termo de aceite do PETI, eu queria
911 que a comissão de política por favor antecipasse esse assunto da comissão porque como é
912 pauta de deliberação e nós temos que preencher no sistema de governo federal eu quero que
913 vocês se atêm a esse ponto. LUIZA SEDESE: Bom dia a todos, ontem na reunião de
914 comissões especialmente que foi uma reunião ampliada nós discutimos com todos os
915 conselheiros presentes independente de qual comissão pertencia e o termo de aceite e em
916 resumo bem breve é uma proposta do governo federal em relação ao enfrentamento do
917 trabalho infantil que foi apontado e discutido partir de dados do censo 2010. Então foram
918 identificados 79 municípios do Estado de Minas Gerais que apresenta número superior,
919 inclusive foi muito debatido entre nos ontem, conforme censo 2010 municípios que
920 apresentam mais de 400 crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil e ou
921 municípios que tiveram um aumento de pelo menos 200 crianças do censo 2000 para o censo
922 2010 em relação a situação ao trabalho infantil. Bom as ações são de para mobilização e
923 articulação, são ações estratégicas que vão ser envolvidas para a superação do trabalho
924 infantil, ela vai envolver 5 eixos, o primeiro eixo deles é a identificação do trabalho infantil,
925 discutimos muito isso ontem, a identificação pressupõe que a gente vai identificar como
926 profissionais legitimamente preparados e com know-how para identificar por serem
927 assistentes sociais e a identificação da efetividade dessa situação que foi apontada pelo

928 censo 2010, posterior a isso eles serão devidamente incluídos no cadastro único e serão
929 iniciadas ações de proteção social a essas crianças e adolescentes. O estado vai receber
930 recurso para articular e fomentar essas ações nos municípios especialmente no sentido de
931 capacitação a esses municípios e no sentido mesmo de favorecer a busca ativa e ações para
932 que a gente consiga identificar a veracidade dessas informações e portar assistência social a
933 essas crianças que efetivamente encontram-se nessa situação. Tem que ser dado até 28 de
934 maio então a gente está com um prazo curtíssimo para que esse termo seja liberado aqui. Em
935 geral foi isso Shirley? Se você quiser complementar alguma coisa por favor. Bom o primeiro
936 eixo é a identificação, primeiro a gente identifica se efetivamente o que foi apontado no censo
937 2010 está ocorrendo ou não segundo a gente vai fazer o cadastramento daquela criança ou
938 adolescente no CadÚnico, depois são ações que serão realizadas no sentido de oferta de
939 proteção social, acompanhamento e monitoramento da situação de trabalho infantil
940 identificada. OK, SHIRLEY SARZEDO: só completando o que a Luiza disse, nos três último
941 eixos, porque no primeiro tem uma reunião específica em relação ao trabalho infantil. LUIZA:
942 Isso. SHIRLEY: não é isso o segundo é uma busca ativa busca-se por esse perfil, mas os ter
943 último eixos que inclui na rede eles só são um fortalecimento só do SUAS porque vão ser um
944 atendimento na base uma na proteção especial através das famílias para aquele casos que
945 tem crianças em medida protetiva e o próprio monitoramento esses são os eixos importantes
946 que eles também coincidem com a realização e implementação das proteções dos
947 municípios por isso nós achamos que seja tão importante também. LUIZA: só para esclarecer
948 Anália os 5 eixos os nomes que foram normatizados são; informalização e mobilização 2º eixo
949 identificação 3º eixo proteção social, 4º eixo defesa e responsabilização e 5º eixo mobilização.
950 Então na verdade são 5 eixos mas eu entendo que se é pela discussão de ontem, primeiros a
951 gente precisa de identificar e depois cadastrar e no CadÚnico, depois a gente vai ofertar
952 proteção Social, e responsabilizar as pessoas que estão envolvidas nessa situação ofertar
953 monitoramento e acompanhamento de trabalho infantil na política de assistência social e na
954 rede socioassistencial do município. SHIRLEY: inclusive nos quatro eixos que se não me
955 engano o que fala da responsabilização tem também a vertente da capacitação e a questão
956 da articulação com o judiciário. ROBERTA: ok me deixa só entender o processo operacional,
957 pós a deliberação aqui parece que tem um processo de sistema não é isso. LUIZA: Isso pós-
958 deliberação Roberta a gente precisa de incluir no sistema do governo federal. ROBERTA:
959 Projeta a resolução lá por favor. LUIZA: tal e qual todos o temos já aceito a ampliação de
960 serviços a gente precisa incluir no sistema do governo federal a nossa deliberação então o
961 número da resolução é a data da reunião e aprovação do conselho estadual no sentido do
962 estado na ampliação desse serviço ROBERTA: a mesma lógica, Luiza lê a resolução, por
963 favor, começa do considerado. LUIZA: nossa senhora, a obrigada por que eu. ROBERTA: e
964 eu queria pedir aos conselheiros que a medida de leitura façam seus destaques e o pessoal
965 do apoio coloque o nome do conselheiro que fez o destaque, para a gente depois voltar e
966 clarear a informação. LUIZA: Bom, a proposta da resolução 484/2014 que dispõe sobre o
967 termo de aceite de cofinanciamento federal para acompanhamento e orientação aos
968 municípios na realização na estratégias no programa de erradicação do trabalho infantil
969 então pulando os considerados resolve a aprovação do termo de aceite de cofinanciamento
970 “tem que lê” eu entendi desculpas. Considerando a resolução do CNAS número 10 de 15 de
971 abril 2014 que altera a resolução número 8 de 18 de abril de 2013 do CNAS com vistas a
972 estabelecer critérios para o cofinanciamento de 2014. A resolução da comissão intergestores
973 tripartite número 1 que altera a resolução número 5 de 12 de abril de 2013, que dispõe sobre
974 as regras de processo de pactuação de diretrizes objetivas monta os indicadores para o
975 exame de 2013 a 2015 com vistas ao fortalecimento do planejamento do sistema único de
976 saúde e a implementação do contrato organizativo da ação pública de saúde. A deliberação
977 da centésima nonagésima plenária de 22 de maio de 2014 resolve; artigo 1º fica aprovado
978 termo de aceite do cofinanciamento federal para acompanhamento e orientação aos
979 municípios uma realização das ações estratégicas do programa de erradicação do trabalho
980 infantil. Artigo 2º esta resolução entre em vigor na data de sua publicação. ANÁLIA –
981 COGEMAS: Gostaria só de fazer um comentário, porque ontem na reunião ampliada das
982 comissões foi uma discussão calorosa com relação a esse assunto e uma das preocupações
983 que verterão foi é a questão das metas ne, dos números que estão postos para esses
984 municípios ai. Por exemplo, Juiz de Fora com mais de 1500 1800 Divinópolis com mais de
985 500 e agora mostrando os eixos eu me sinto muito tranquila e contemplada porque a gente vê

986 que as ações estratégicas, elas primeiro identificar para que depois ele seja inserido num
987 instrumento nosso de planejamento que é o cadastro único e ai vai incluir nos programas
988 socioassistencias e então assim muito bacana e eu fiquei muito feliz da forma que esta
989 acontecendo. ROBERTA: Deixo eu só clarear aqui Mila, só um minutinho, eu só queria
990 lembrar Anália falar o seguinte que essa resolução foi fruto de calorosa discussão na CIT em
991 fevereiro por que foi FONSEAS e COGEMAS que definiram para esses eixos por que na
992 verdade ela estava vindo com critério de partilha com metas e nos colocamos uma discussão
993 ai porque até para vocês entenderem o FONSEAS tem uma consultoria que nós pagamos, o
994 FONSEAS paga, tem uma consultora que é muito boa chama-se Gislaire não sei é lá do
995 Paraná e ela que fez esse debate com o FONSEAS também com o COGEMAS e a gente
996 apresentou esta proposta na CIT para tirar a meta e vir com ações estratégicas e foi ai que
997 nós criamos este conjunto de eixos para poder que por exemplo especificamente Minas
998 Gerais teve segundo o IBGE nós tivemos um aumento significativo do trabalho infantil só a
999 gente não consegui localizar aonde porque como a gente não tem o micro dado do IBGE isso
1000 sempre foi um dificultador para a gente então nessa resolução a gente encaminhou para
1001 estratégica de primeiro a identificação depois sim a gente fazer a expansão do serviço seja na
1002 básica seja na especial conforme a demonstração dessa expansão ai desse mapeamento que
1003 vai ser feito pelos municípios. Então vai ser passado um recurso inclusive para o
1004 mapeamento, viu. MILA. MILA – SEPLAG: Luiza só tirar umas dúvidas que eu fiquei, de acordo
1005 com os critérios são 79 municípios elegíveis ne, mas esses municípios tem que fazer adesão.
1006 ROBERTA: Tem. MILA: e ai a partir desse momento como vai funcionar vocês tem que fazer
1007 o cadastro destas crianças. ROBERTA: deixa eu clarear o fluxo para você o governo federal
1008 faz o critério de partida com a resolução aplica o critério de partida tira o municípios elegíveis
1009 manda a informa os municípios fazem o aceite no sistema tá, ele também aprova no conselho
1010 municipal ele vai lá com essa mesma coisa ele aprova no conselho municipal com essas
1011 coisas que ele tem que fazer, ele entre no sistema faz o aceite e tem umas datas que ele tem
1012 que preencher isso posto o sistema abre para o estado ai o estado vai lá coloca o consolidado
1013 do 79, nós não temos que cadastrar nada, o consolidado a gente tem que só colocar o
1014 número da resolução que fez essa discussão aqui no Conselho estadual informando que
1015 dentro da estratégia para o trabalho infantil em 2014 nós estamos trabalhando com 74
1016 municípios com o aceite do governo federal, entendeu. MILA: entendi ai as metas e o
1017 cofinanciamento já começariam a partir desse ano também ou não? ROBERTA: sim. MILA: é
1018 entendi. ANGELICA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: só para contribuir do meu alento com
1019 esse trabalho que está vindo ai pra frente, por que a gente faz parte de uma comissão de
1020 educação do campo e ai um tanto de alunos, alunos não de crianças que nos detectamos que
1021 estão fora da escola por conta do trabalho infantil, muitas vezes nós não temos, nós sabemos
1022 de crianças que não existem elas nasceram, mas não existem, nos nossos dados, nos micro
1023 dados do IBGE elas não existem não estão em lugar nenhum, mas elas estão trabalhando na
1024 lavoura, então de repente essa parceria vai nos ajudar a detectar essas crianças. ROBERTA:
1025 ok gente, aprovada a resolução? É nós recebemos, não sei se todos os conselheiros sabem
1026 da informação, é no final do ano passado o Ministério Público procurado pelo atingidos do
1027 consórcio Candonga ele criou um grupo de discussão e eles conseguiram construir um PAC
1028 um termo de ajuste de conduta e esse PAC eles mandaram para a gente essa semana
1029 assinado, onde está Consolação por favor e nesse PAC tem a determinação lembrar que o
1030 CEAS assinou esse PAC na junta era a Juanita Presidente a SEDESE também participou e
1031 assinou esse termo de ajuste de conduta e nesse PAC tem orientações de monitoramento
1032 para esse grupo que vai acompanhar essas ações desse termo de ajuste e conduta, essas
1033 ações já estão acontecendo em pleno vapor, este termo de ajuste e conduta ele difere em
1034 algumas questões estruturais do plano que nós pactuamos com Candonga o ano passado,
1035 repactuamos um novo plano com Candonga, lembrando para os conselheiros que não sabem
1036 o Empreendimento de Candonga foi a dez anos atrás, então isso vem arrastando esses
1037 conflitos na comunidade agora nós precisamos indicar dois conselheiros que vão compor o
1038 grupo de monitoramento coordenado pelo Ministério Público, porque o PAC é do Ministério
1039 Público, para as ações que já estão sendo efetivadas desse PAC, lembrando aos
1040 conselheiros que o CEAS tem um grupo de monitoramento que vem acompanhado esse
1041 pleno que foi repactuado de Candonga, inclusive eu pedi que convoca-se esse grupo para
1042 que a gente, porque o empreendimento o consórcio mandou o relatório final em janeiro e tem
1043 algumas pendências que nós fizemos o saneamento nos fizemos uma diligência no relatório e

1044 nós pedimos evidências e eu pedi a Consolação para que convoca-se o grupo para a gente
1045 encerrar o nosso plano que foi repactuado para ver se as ações do nosso plano foi pactuado,
1046 ai a gente encerrar o nosso grupo de monitoramento com Candonga e inicia a participação do
1047 colegiado no grupo de monitoramento do termo dentro de ajuste de condutas do termo do
1048 Ministério Público. Então está aberta para discussão, voluntários, candidatos. Por favor,
1049 inscrição e perguntas, microfone e perguntas no microfone. Roberta, não vai indicação do
1050 grupo, não seria interessante se fosse alguém que já fazia parte dessa comissão que fosse
1051 indicado que já fizesse parte desse grupo. ROBERTA: volto a falar o grupo de
1052 acompanhamento do plano de repactuação de Candonga do CEAS é uma coisa grupo de
1053 monitoramento para acompanhar o PAC, sugestão sua que desse grupo saia duas pessoas,
1054 essa é a sugestão. É eu estou perguntando. ROBERTA: Sugestão sua, então essa a
1055 sugestão pode ser? É pode ser ROBERTA: Volney. VOLNEY: Bom como eu fiz parte do
1056 grupo de monitoramento e fiz todo esse acompanhamento, visitei a comunidade de Candonga
1057 por diversas vezes eu coloco o meu nome a disposição para fazer parte desse grupo junto ao
1058 Ministério Público. ROBERTA: E o Volney faz parte do grupo isso é interessante. É eu acho
1059 importante ter paridade. Luiza não quer não. LUIZA: ok, ROBERTA: OK. Então podemos
1060 Luiza e Volney fazendo parte , então responder ao MP por favor e lembrando que quem
1061 coordena o grupo é o Ministério Público e ai eu gostaria que a Consolação tirasse xerox do
1062 PAC e entregasse aos dois conselheiros e gostaria muito muito muito que os dois
1063 conselheiros se ativessem ao PAC, não misturem o trabalho feito pelo conselho com o PAC
1064 porque se não da confusão, vocês vão monitorar o que esta aqui conduzido pelo MP é só não
1065 misturar as bolas porque já está dando muita confusão. Consolação vai tirar cópia mandar
1066 para vocês dois, por favor peça alguém que faça isso para a gente não ficar aqui descoberto,
1067 e ai eles estão para chamar uma reunião de imediato para e quero pedir para fazer um
1068 cronograma, senão eu não consigo viabilizar a participação do conselheiro ai vocês já vão
1069 tirar um cronograma de atividade, ok Volney.V OLNEY: Ok. ROBERTA: bom agora vai, eu
1070 queria chamar a comissão de orçamento e financiamento para a gente trabalhar a discussão
1071 da prestação de contas, por favor. Então a comissão de orçamento e financiamento se atenha
1072 no item da prestação de contas da SEDESE, para depois na hora que a gente voltar nos
1073 informe da comissão a gente termina os demais. Eu estou chamando das comissões só
1074 aquilo que a gente tem de deliberar, porque eu preciso de quórum. Comissão de orçamento,
1075 por favor. LUIZA: bom da comissão de orçamento ontem a gente fez análise relativo ao
1076 primeiro trimestre de 2014 é da ação até o momento, qualificação recursos humanos para a
1077 gestão do SUAS, execução física até o momento foram 456 participante qualificados
1078 execução orçamentária de 26% do orçamento e execução financeira de 8,89%. Na segunda
1079 ação de operacionalização do CEAS até o momento 100% o conselho continua sendo
1080 apoiado, execução orçamentária de 2,35% execução financeira no mesmo valor 2,35%. No
1081 cofinanciamento para exercício e benefício na execução na proteção social básica está
1082 aguardando ainda o preenchimento do plano de serviços pelos municípios então a execução
1083 até o momento é zero ai tem até justificativa não houve execução financeira para
1084 cofinanciamento de execução uma vez o plano de serviços foram aberto no mês de fevereiro
1085 com prazo de serviço até 30/05, o cofinanciamento será iniciado assim que os planos de
1086 serviços forem finalizados e aprovados pelo CMAS Na ação 4 no cofinanciamento da execução
1087 da proteção social especial. ROBERTA: só para a gente organizar aqui eu gostaria de chamar
1088 atenção para os conselheiros para aquele processo de destaque para que depois a gente
1089 não, entendeu? LUIZA: foram cofinanciados até o momento 73 unidades de proteção social
1090 especial como execução orçamentária de 16,21% do orçamento que o valor corresponde a
1091 2.399.000,00 (dois milhões trezentos e noventa e nove mil) e execução financeira quase no
1092 mesmo valor de 15,97% a justificativa que temos aqui é que por determinação judicial houve
1093 pagamento de 7 clinicas de unidade de atendimento especializado no valor 40.656,00 não
1094 houve execução financeira para o cofinanciamento para municípios uma vez que os planos de
1095 serviços foram abertos no mês de fevereiro com prazo até 30/05. A tá OK. Então esses aqui
1096 foram só referentes aos convênios. Do cofinanciamento do piso mineiro de assistência social
1097 outro destaque que ainda não teve execução pelo mesmo motivo os planos de serviços ainda
1098 não foram preenchidos e estão aguardando o prazo de 39/05 finalização e aprovação pelos
1099 conselhos municipais. VOLNEY: Destaque. LUIZA: eu tenho que falar destaque. ROBERTA: o
1100 gente que falar destaque fala, por favor, o nome e no microfone, para a equipe de apoio poder
1101 colocar o nome lá se não depois eu não consigo voltar: Ação 5. RONALDO: Ação 5 destaque

1102 Ronaldo CMAS de Juiz de Fora. LUIZA: Ação 6 Gestão e monitoramento e avaliação do
1103 SUAS até o momento 838 municípios habilitado no SUAS em gestão básica e plena execução
1104 orçamentária 19,31% do orçamento e execução financeira 19,22%. Justificativa execução se
1105 deu conforme o planejado. Na ação 7 índice de gestão descentralizada IGDE E IGDSUAS.
1106 IGDE a taxa de acompanhamento de frequência escolar ficou em 0,84, taxa de
1107 acompanhamento da agenda de saúde 0,84 taxa de cobertura qualificada de cadastro 1
1108 IGDM 0,82 o teto do IGDM 192906 e a taxa de avaliação cadastral 0,85 e teve também uma
1109 despesa com o telepresencial de 206 391 mil. Do IGDSUAS o índice de desenvolvimento do
1110 CRAS e do CRAS médio ficou em 0,61 e índice de execução financeira ajustada também em
1111 0,61, índice de gestão do SUAS estadual 0,61 e o teto de apoio para gestão do SUAS 132
1112 409,46 mil. Aqui a gente tem também uma despesa com o capacita SUAS que esta
1113 destacado aqui que foi no primeiro trimestre que foi de 81 768,67 mil. O saldo da fonte 56 até
1114 dia 31 de 03 de 2014 ficou em quatro milhões quatrocentos e vinte e três quatrocentos e sete
1115 e vinte e dois. A comissão de orçamento também trouxe alguns encaminhamentos que
1116 saíram da reunião de ontem que foi junto com as outras comissões. Primeiramente o
1117 indicativo do relatório de prestação de contas do primeiro trimestre e solicitação a SUBAS em
1118 relação ao piso. Analisar as duas propostas a baixo para que o repasse seja feito de forma de
1119 forma continuada. A primeira seria verificar a mudança do ano de execução orçamentaria
1120 para abril ou maio ou então o pagamento do piso seria feito em fevereiro para todos os
1121 municípios que preencherem o plano de serviço, articulando com todas as secretarias que
1122 estiverem envolvidas no processo. Foi solicitada também uma justificativa do atraso do
1123 repasse do recurso do exercício de 2013 finalizados em 2014 e outra solicitação de reunião
1124 com a comissão de orçamento para criar a viabilização de instrumental de execução para
1125 acompanhar mensalmente a aérea financeira de recursos do FEAS.ROBERTA: OK LUIZA:
1126 OKROBERTA: volta lá para chamar nos destaques: Primeiro destaque é de quem ai, Volney
1127 por favor. VOLNEY: Luiza você podia repetir essa ai número 6 eu não escutei muito bem.
1128 LUIZA: a quatro? VOLNEY: é a quatro. LUIZA: a quatro é referente ao cofinanciamento dos
1129 municípios na execução da proteção social especial. Até o momento foram cofinanciadas 73
1130 unidades com uma execução orçamentária 16,21% do orçamento e 15,97% de financeiro,
1131 foram cofinanciadas apenas aquelas referentes a convênios as de plano de serviços
1132 também estão aguardando o preenchimento que finaliza em 30/05, OK.ROBERTA: Ok,
1133 contemplado. Próximo – ação 5 Ronaldo. RONALDO: na verdade eu acabei sendo
1134 contemplado porque ontem eu fiz essas duas observações, quanto a justificativa do atraso e
1135 quanto aos recursos que sejam repassados imediatamente a quem estiver regularizado com o
1136 plano preenchido. Eu só gostaria de saber se seria necessário ai é quanto ao procedimento,
1137 se não poderia sugerir aqui um ofício do CEAS ao gestor solicitando essa justificativa do
1138 atraso dessas parcelas e não há necessidade de ir um ofício separado isso já vai ser
1139 encaminhado? Na verdade na ação 5 ela tem duas opções não é, nós temos ali 2
1140 encaminhamentos. LUIZA: na verdade são três encaminhamentos e não verdade em uma
1141 delas são duas opções. RONALDO: eu gostaria de definir uma opção, não sei se seria
1142 necessário definir aqui neste colegiado uma opção para ser encaminhado para tirar esse
1143 encaminhamento. ROBERTA: veja bem no ponto de vista da justificativa me parece que na
1144 leitura da prestação de contar a justificativa está lá, o conselho pode aceitar ou não a
1145 justificativa, mas ela está lá, quer dizer mandar ofício para o gestor pedindo justificativa, eu
1146 vou reafirmar que conforme apresentando na prestação de contas no item tal na folha tal eu
1147 vou só reafirmar, isso é um encaminhamento de justificativa. RONALDO: mas com relação,
1148 nós temos duas opções que foram tiradas ontem, onde estão as sugestões? ROBERTA:
1149 essas sugestões não são as justificativas. RONALDO: é não são justificativas. Uma que seja
1150 passado o recurso do Piso Mineiro, em relação ao Piso que seja repassado de forma imediata
1151 aos municípios que estiverem com os planos regularizados. ROBERTA: a isso é outro
1152 encaminhamento. RONALDO: então é nesse encaminhamento que eu digo por que nós
1153 temos lá duas opções. Roberta: eu não estou entendendo nada. RONALDO: é porque nós
1154 temos duas opções, a outra foi colocada pela conselheira Anália de iniciar o recurso a partir
1155 de abril, podia voltar, por favor, nas sugestões de ontem. ROBERTA: ai. LUIZA: primeiro
1156 verificar a possibilidade. RONALDO: isso nós temos aí duas, verificar a possibilidade de
1157 mudança do início do ano de execução orçamentária, ela na verdade é bem divergente da
1158 segunda que é o pagamento no início, no mês de fevereiro então .ROBERTA: elas não são
1159 divergentes não, pelo que eu estou entendendo da proposta que Anália colocou ali, inicia-se a

1160 execução de maio a maio, então você não tem interrupção, é abril do outro ano, então você
1161 só mudou o calendário, mas você vai de um período ao outro, não tem nenhum problema.
1162 RONALDO: eu entendo que há sim, no meu entendimento há divergência sim, porque há
1163 essa vacância, na verdade que quando começar iniciar o ciclo que para mim é claro de doze
1164 meses que recebe a partir de maio, vai ter que cobrir esses meses anteriores quando poderia
1165 estar recebendo a partir de fevereiro, ele vai ter essa cobertura, quando se inicia o ciclo no
1166 meio do caminho, obviamente continua doze meses para mim é claro mas há essa vacância
1167 até o mês de maio. ROBERTA: não, eu estou entendendo o que o Ronaldo está falando.
1168 RONALDO: eu digo de fevereiro a maio. ROBERTA: eu entendi o que o Ronaldo falou, é o
1169 seguinte trabalhar o ciclo de abertura de pagamento, se eu começo de maio a maio do ano
1170 seguinte, eu fico janeiro, fevereiro e maio, não porque você vai. RONALDO: quando você
1171 inicia o ciclo sim, uma vez, é só a primeira vez, mas há sim essa falta de cobertura nessa
1172 primeira vez. ROBERTA: você tem razão. RONALDO: obviamente no segundo não porque vai
1173 fechar o exercício, vai fechar o ciclo de maio a maio. ROBERTA: eu tenho a impressão, estou
1174 pensando aqui que não tenho como fazer isso não, por exemplo eu não posso, é tem que ser
1175 dentro do exercício eu tenho que pagar os doze meses dentro do exercício eu não posso
1176 pagar 2 meses do ano seguinte. Não é isso Mila? MILA: na verdade a gente poderia fazer
1177 uma coisa é deixar o orçamento aprovado, passar como restos a pagar recurso do ano
1178 anterior, eu não acho que é a melhor alternativa não, eu votaria na segunda opção, começar
1179 os repasses a partir do plano de serviço. ROBERTA: eu também concordo com a Mila pelo
1180 seguinte, resto a pagar é do ano anterior gente não é desse ano não e segundo as normas de
1181 restos a pagar eu fico a mercê da normatização da SEPLAG se ela me der um limite de restos
1182 a pagar aí eu perco isso é regra, se ela disser assim, todo ano tem um decreto de restos a
1183 pagar só para vocês terem uma ideia, não é uma questão de resolução aqui que eu vou
1184 conseguir cumprir isso não, tem um decreto que diz assim o limite que você pode deixar em
1185 restos a pagar é X porque o resto a pagar do ponto de vista da administração financeira é um
1186 mau planejamento, alguma coisa aconteceu, porque o que você paga é de um exercício ao
1187 outro de Janeiro a Dezembro isso é a lógica financeira do exercício público, então eu acho
1188 que isso Anália é mais complicado, é exatamente é o ano fiscal, então você termina. Por
1189 exemplo, esse ano que termina uma gestão, o limite de restos a pagar vai ser quase que zero
1190 então isso aí eu acho que pode até eliminar para a gente não aprofundar em questões que a
1191 gente não tem governabilidade. Ai ficaria a outra questão que você colocou, de iniciar o
1192 pagamento para quem já está com seu plano, Ok. LUIZA: eu não sei se tem alguma resolução
1193 que diz que tem que esperar todos. ROBERTA: não tem. RONALDO: essa é a minha
1194 preocupação, porque o que foi colocado ontem é que esperava o plano para iniciar o
1195 pagamento, e a ideia é essa exatamente não deve prejudicar que está regularizado, se for um
1196 ele recebe a partir do mês de fevereiro. ROBERTA: só para vocês entenderem, na verdade
1197 não são todos, eu peço cota para pagamento em um determinado período quem não ficou
1198 pronto até ali, é só na próxima cota entendeu? Então de fato essa proposta permanece
1199 OK. RONALDO: Ok, contemplado. ROBERTA: tirou a outra? Tem mais algum destaque?
1200 Encaminhamento gerado para deliberado, a justificativa é como disse aos senhores, se me
1201 perguntarem como é eu vou dizer conforme folhas tais da prestação de contas, porque ela
1202 não veio a justificativa? A do ano passado. LUIZA: eles querem justificativa do ano 2013.
1203 RONALDO: nesse caso permanece, são parcelas do ano passado que só foram pagas agora.
1204 ROBERTA: na prestação de contas do ano anterior não veio essa justificativa? LUIZA: eu
1205 acho que veio ROBERTA: então eu vou buscar todos os relatórios de prestação de contas do
1206 ano anterior aí eu vou referendar a ela. Não gente eu presto conta trimestral, aí o que eu vou
1207 fazer, na prestação de conta trimestral que estava lá, eu vou buscar todas as justificativas, eu
1208 vou colocar conforme documento tal, é o que vou colocar, tá. Qual é o encaminhamento da
1209 comissão. LUIZA: primeiramente a gente tem o indicativo de aprovação e os três
1210 encaminhamentos. Primeiramente solicitação ao órgão gestor em relação ao PISO. É solicitar
1211 o início do pagamento do PISO assim que os municípios preencherem o plano de serviço,
1212 articulando com as Secretaria envolvidas, é eu só reformulei porque estava. Solicitar o
1213 pagamento do Piso assim que os municípios preencherem o plano de serviço pleno de
1214 serviço estiver preenchido, é para os municípios que tiverem preenchido, é isso aí. Segunda
1215 que a justificativa em relação ao atraso vai ser mantida? ou vai ser recuperada na prestação
1216 de contas anterior? ROBERTA: pois é, essa é a pergunta gente. LUIZA: vamos ao fazer o
1217 seguinte, essa é um encaminhamento para a nossa comissão. A gente traz na próxima

1218 plenária a justificativa pode ser? A gente recupera a justificativa anterior e apresenta, pode
1219 ser? ROBERTA: Eu quero perguntar ao Ronaldo, por ele que levantou. Se ele está
1220 contemplado? RONALDO: OK contemplado. LUIZA: então essa é a comissão de orçamento A
1221 última também é para órgão gestor que é reunião com a comissão de orçamento para
1222 viabilizar criação de instrumental para acompanhamento mensal da execução orçamentária e
1223 financeira dos recursos do FEAS essa foi uma solicitação para a participação de alguém da
1224 SEDESE, por exemplo a Claudia ou a Isabela nas comissões de orçamento também para que
1225 fique mais claro para os conselheiros, mensalmente as questões relativa ao orçamento.
1226 ROBERTA: eu quero clarear é o seguinte quando é época de plenária de prestação de contas
1227 os diretores estão todos aqui, inclusive eles vem aqui e apresentam. Eu me lembro de que a
1228 alguns anos anterior nos mudamos todo o instrumental a pedido do conselho. A pergunta que
1229 eu quero fazer para a comissão é a seguinte, vocês querem mudar o instrumental o que
1230 vocês querem porque na verdade eu não entendi. LUÍZA; bem na verdade eu não me lembro
1231 de quem foi essa solicitação. ROBERTA: a diretora do fundo ela vem toda reunião, ela fica
1232 aqui por conta da comissão para dar esclarecimentos. SHIRLEY: CMAS SARZEDO. Foi
1233 levantado como a planilha é hoje ela só tem números e nos precisaríamos monitorar como
1234 está sendo gasto o recurso, se todas as orientações que existem são sendo cumpridas, se
1235 estão tendo impedimentos então a melhor forma de fazermos isso seria de monitorar mês a
1236 mês. ROBERTA: eu continuo Shirley sem entender, eu estou colocando aqui como órgão
1237 gestor, o que vocês querem do órgão gestor, porque se vocês querem monitorar mês a mês
1238 pé papel do conselho, agora monitorar o que vocês querem de mim como órgão gestor para
1239 monitorar mês a mês, o que vocês querem. GEISIANE: CARITAS. Deixa eu só fazer um
1240 comentário, ontem nas discursões, a gente levantou essa proposta, é que a comissão de
1241 orçamento senta-se e pensassem quais seriam os dados que gostariam de receber
1242 mensalmente pra que na hora que vem aqui a apresentar os dados trimestral não fica sempre
1243 aquela surpresa e aquela indignação, pois foi essa a prestação de contas, é isto ai! Nós não
1244 vamos aprovar. Foi um recurso que foi gasto , já foi mexido na prestação ,mais agente
1245 concorda com os números , concorda com a aplicação a gente consegue perceber que os
1246 números batem que as ações foram executadas , porém a gente consegue concorda às
1247 vezes com a forma que aquilo foi encaminhado , às vezes o atraso do piso mineiro e enfim
1248 várias outras coisas .Então a ideia foi que a comissão sentasse e pensasse como e quais
1249 instrumentos seria importantes eles terem mensalmente de informações em relação com
1250 encaminhamentos que são feitos as ações que são feitas , se está sendo acolhido , se está
1251 tendo retorno e como que está sendo investido o dinheiro . Para na hora que vem às meninas
1252 aqui! Trimestralmente que não tão surpreso para própria comissão de orçamento e demais
1253 conselheiros a ideia era esta, uma fora de monitorar. ROBERTA: Ok, eu acho que é perfeito e
1254 continuo com a mesma dúvida minha. No ponto de vista do órgão gestor vocês que vão dizer
1255 para mim quais as informações, vocês podem sentar e as informações que vocês querem
1256 mensalmente ela serão colocadas. GESIANE: É a Comissão de orçamento pensaria que os
1257 pontos seria estes. ANALIA: É até complementar isto daria também possibilidades das outras
1258 comissões contribuir no processo, por exemplo, segundo mês, segundo trimestre chega
1259 para nós relatório que nenhum município ainda recebeu o piso porque não receberam os
1260 planos de serviços ou está lá no status conselho aprovando então a comissão de apoio vai
1261 acionar os conselhos dos municípios para que eles façam, para que eles aprovelem e o estado
1262 tem a possibilidade de repassar e esta é a possibilidade de contribuir no processo. LUIZA: O
1263 Gesiane eu só queria fazer uma consideração eu acho que seria mais útil se as outras
1264 comissões nos repasses as outras dúvidas que eles tem para gente pode solicitar isto
1265 também. É melhor do que só a comissão se prontificar fazer isto, a gente não sabe as
1266 demandas de vocês na verdade. GESIANE: Contemplado. RONALDO: Isto ocorreu ontem foi
1267 em uma comissão, na comissão de orçamento e a propostas seria de que fosse marcada
1268 mais uma comissão ampliada para que se avançasse nisto e além dos dados alimentados é
1269 sim a alteração talvez, á alteração do instrumento aqui apresentado que ele seja mais de
1270 didático e não traga polemica eu acho que ganha às partes, a plenárias e não causa dúvida é
1271 construção de um instrumento bem objetivo e simples ele traduz a linguagem no
1272 entendimento dos conselheiros. ROBERTA: vou frisar novamente para não ter nenhuma
1273 dúvida nós estamos á inteira disposição lá na SEDESE nós vamos responder todas as
1274 demandas que vierem deste conselho. Tudo que vocês dependerem para monitorar
1275 mensalmente todas as perguntas que vocês quiserem nós vamos responder mensalmente. A

1276 outra questão é esta de ponto de vista da construção instrumental volto para eu para este
1277 colegiado vocês vão ter que dizer para a SEDESE, que tipo de instrumental que vocês
1278 querem por que não ter polemica é difícil. Qualquer informação que trouxer aqui em relação a
1279 financiamento e orçamento. Agora concorda ou não concorda por isto que ela é debatida, ele
1280 é apresentada e aqui ela é deliberada para discussão, aprovamos, não aprovamos salva
1281 correção. Dizer que não vai ter polemico eu acho que impossível. O instrumental, por
1282 exemplo, nós temos instrumentais de trabalho de orçamento e você coloca todas as suas
1283 metas de forma que vocês quiserem que vocês quiserem deste o SIGPLAM até a questão do
1284 processo que a gente faz com a SEPLAG que tem metas tem todo o miúdo da questão. Tem
1285 também o monitoramento feito pela própria assembleia, à assembleia acompanha a
1286 execução. Agora o que precisa diferenciar isto eu falo com muita tranquilidade eu acho o
1287 seguinte este conselho delibera em cima das diretrizes e das questões operacionais
1288 discricionários do governo tem questão que são então assim definir e eu entendo com Anália
1289 fala assim por exemplo é claro e por isto que eu coloquei as informações que vem da CIT o
1290 que nós estamos implantando de expansão de serviço que os gestores não estão seguindo
1291 os conselhos municipais e saber o que é aqui que vocês falaram que a SEDESE não está
1292 pagando porque não está chegando plano de serviço nos precisamos acionar os municípios
1293 então isto tudo pode é o caminho é mesmo do controle social . Agora eu preciso que você
1294 me demande com clareza para poder também responder com clareza se vocês não me
1295 mandarem com clareza eu não vou responder com clareza. LUIZA: Posso fazer um sugestão
1296 então Roberta eu queria pedir para as outras comissões para próxima reunião de comissão
1297 entregarem solidados das demandas que vocês tem que são mais urgentes, adaptação no
1298 instrumental se for necessário para comissão no mesmo dia, um dia antes da plenária e no dia
1299 da plenária apresenta aqui uma proposta de adequação da prestação de contas . ROBERTA:
1300 instrumental para prestação de contas. E a outra de que forma vocês querem monitora
1301 informações que vocês querem mensalmente. LUIZA: Então podemos deixar assim então.
1302 ROBERTA: É muito importante isto que vocês estão colocando por que de ponto de vista das
1303 informações monitoramento mensalmente vou fazer um esforço com a equipe para poder
1304 responder a este conselho. Eu espero que vocês consigam juntar ela trimestralmente também
1305 por que na hora da prestação de contas conforme a legislação eu presto trimestralmente.
1306 Então só peço para poder juntar vária coisa para a gente não ficar desconectado. Por que se
1307 eu trabalho com informações mensais, depois na hora que eu falo consolidado juntar ela
1308 trimestralmente minimamente tem que esta razoada compreensível em nível de trimestral e
1309 aqui a gente tem dificuldade por que as vezes estamos trabalhando na prestação de contas a
1310 temporal. Eu estou prestando contas de janeiro, fevereiro e março e nós estamos em maio.
1311 Eu me lembro disso em outra época que eu estive na SUBAS a gente fez um esforço muito
1312 grande pra que a gente o fizesse temporal inclusive a própria memória da gente ela fica mais
1313 tranquila. A temporal você em estas dificuldades às vezes com as informações, ok. Aprovado
1314 o encaminhamento? Tem mais algum esclarecimento. Aprovado a prestação de contas? Pela
1315 aprovação. ROBERTA: Grupo gestor bolsa família, Rodrigo. RODRIGO ASSPROM:
1316 representante do CEAS do grupo Inter gestor da bola família. A reunião aconteceu no dia dois
1317 de maio na cidade administrativa coordenação, Tereza Cristina. Tivemos representante da
1318 educação, saúde, caixa econômica federal. A princípio a gente pactuou e aprovou o
1319 calendário de reuniões bimestrais até final do ano. Logo após recebeu apresentação de uma
1320 agenda de trabalho do ano de 2014 está agenda de trabalho ela vem demonstrar as ações que
1321 são feitas intersetores que a coisa também acontece na saúde, educação. Então existe
1322 relacionamento da educação da saúde de acompanhar estes índices do programa bolsa
1323 família então lá ponta se o usuário deixou de vacinar seu filho se o pai ou a mãe deixou o filho
1324 fora da escola está sendo acompanhando foi apresentada para nós da comissão.
1325 Apresentação plano estadual de capacitação e eventos do programa bolsa família e cadastro
1326 único foram apresentados que existe no tele presencial já agendado para o segundo semestre
1327 deste ano de agosto a novembro, a data ainda não foi apresentada de acerto com órgão
1328 gestor SEDESE e caixa econômica federal. Outro ponto foi capacitação feedback da caixa,
1329 então a caixa apresenta para Comissão Intergestora que este será oitenta turmas de vinte
1330 cinco pessoas isto é nos municípios vão aglutinar. Acontecerá também repescagem pra
1331 aqueles municípios que perderam os seus técnicos ou alguém no comando que possa está
1332 contribuindo com a continuidade da política da bolsa família e por fim foi apresentado as
1333 questões dos municípios com predas com problemas em saúde e educação na assistência. O

1334 que eu trago para vocês conselheiros que existe que eu falei no início nenhum
1335 relacionamento de fato da saúde e educação em tentar melhorar os índices de
1336 acompanhamento do programa e também específico da assistência social e foi informado que
1337 o governo federal está dando um reajuste de dez por cento no bolsa família. Pra vocês aqui
1338 que o dever de casa trago eu fiz um questionamento sobre o momento que nós estamos
1339 vivendo na área de denúncias então a gente teve duas situações escritas no momento foi São
1340 João del Rei e Virgem da Lapa. Políticos que foram usuário do programa de questão por
1341 conseguir uma sessão, votação e seus mandatos e resolveram com fraudes isto está sendo
1342 avaliado não teve nenhuma discussão contra, está chegando e está sendo acompanhado
1343 espontaneamente com o apoio do gestores no casos dos dois municípios de exemplo, foram
1344 situação na assistência social mais em relação saúde e educação se chegar alguma coisa
1345 a comissão. ROBERTA: Rodrigo esta denúncia chegou pra vocês ou você que fez esta
1346 denúncia? RODRIGO: Não! A denúncia já chegou lá na comissão inclusive a gestora do
1347 programa de São João Del Rei está tomando as providências para poder regularizar; isto foi
1348 dito lá. A gente vive um cenário que a mídia espera as possíveis entre aspa as pequenas
1349 fragilidades a gente não percebeu as fragilidades antes de hora ou outra de apelo de assumir
1350 um órgão. , é um parente que está recebendo indevidamente se cai na mídia e coisa começa
1351 a se torna algo público que nós responsáveis pelos programas assistenciais mais não vem
1352 cumprido com o papel e isto lá na hora foi discutido e ficou claro que está chegando está
1353 sendo tratado, sendo recomendado, sendo acompanhado e com sua devida atenção e
1354 devido cuidado e zelo . É por fim eu trouxe pra vocês quem quiser neste colegiado uma cópia
1355 do reajuste do programa bolsa família com eu determinados izos do programa diferenciados
1356 se quiser está comigo. Se houver alguma pergunta? VOLNEY: Bom Rodrigo dois chamemos
1357 quero aproveita a Denise do CRESS está aqui, porque em Brasília teve um questionamento
1358 muito grande dos participantes quando falam devoluções espontânea do cartão do bolsa
1359 família. Minha pergunta queria eu até busquei esta informação para saber. Um milhão e
1360 setecentos mil pessoas devolveram os cartões espontaneamente. Minha pergunta Minas
1361 Gerais existe este registro? Quantos cartões já foram devolvidos espontaneamente? Outra
1362 pergunta seria para Denise me ajudar a gente conhece muitos gestores são assistente sociais
1363 e muitas vezes a gente tem conhecimento pela mídia que frauda o cadastro do bolsa família,
1364 pergunto o conselho de vocês ele tem uma penalidade quando o assistente social que é o
1365 gestor pactua esta fraudes com funciona no conselho de vocês. ROBERTA: deixa o Júlio
1366 fazer a pergunta. JULIO: É mais na a questão de esclarecimento eu não entendi muito bem a
1367 questão de São João Del Rei que você citou, e mesmo diante deste assunto este foi assunto
1368 da comissão, a comissão tomou posição sobre isto eu não entendi! Em relação à comissão e
1369 você trouxe o assunto aqui hoje. ROBERTA: Denise. DENISE: Então só esclarecer eu sei que
1370 o código de ética funcional ele alcança o profissional no exercício da sua função privativa
1371 então assistente social que está na função de assistente social tem as devidas penalidades
1372 éticas diante de um devido senso ético no caso do assistente social que está na função de
1373 gestor o código ético profissional não alcança. Então este caso teria questão dessa
1374 natureza diante de qualquer gestor público vai para as estâncias, ministério público, nenhum
1375 conselho de categoria alcança a figura do gestor quando está na função política da gestão se
1376 ele estiver na função de assistente social. Ética em favor devidamente apurado com devido
1377 direito ao contraditório não é o caso do gestor. ROBERTA: Rodrigo. RODRIGO:
1378 Respondendo o Volnei quantos aos cartões devolvido no estado de Minas Gerais, a gente
1379 está começando agora não tivemos discursão dessa, isto não impede que da próxima
1380 reunião trazer esta informação para você não tem problema nenhum ou se for algo urgente
1381 faça contato ainda esta semana encaminhado para o CEAS com copias para vocês não é
1382 motivo de não está trazendo a resposta e eu não atinei para isto no momento. ROBERTA: Só
1383 para clarear para a gente encaminhar neste debate plenário faz a proposta mais não pode ter
1384 resposta individual de conselheiros entendeu! Volnei faz uma proposta de encaminhamento
1385 da ação que você quer fazer e você uma contra proposta aceita a proposta o que não pode
1386 você procurar e ligar para e saber e ligara para ele para saber por que o encaminhamento é o
1387 debate do conselho. RODRIGO: A proposta é trazer a resposta escrita na próxima reunião
1388 daqui a dois meses , por que é bimestral com falei . VOLNEI: gostaria de compartilha com
1389 demais conselheiro, a ministra esteve lá e durante toda a fala dela dizendo que devoluções
1390 espontânea dos cartões do bolsa família e um programa que vem dando belo resultado mas
1391 todos os gestores que estava lá no meu município não nunca teve devolução. Ele busca site

1392 em torno de um milhão e setecentos mil que devolveram gostaria então se tem este registro e
1393 como funciona na gestão quando alguém devolve se registrado e informações de quantos
1394 cartões do bolsa família que foram devolvidos espontaneamente por estas famílias terem
1395 saído linha da pobreza. ROBERTA: A proposta é ofício do CEAS para esta comissão ou
1396 representante desta comissão acolha esta proposta coleta na comissão e traga na próxima
1397 reunião. RODRIGO: Sim! Respondendo ao conselheiro Júlio a questão de São João Del Rei.
1398 A questão de Virgem da Lapa foi levada por mim eu já tinha informação se queria checar a
1399 comissão e chegando lá queria saber como estava esta questão se já tinha chegado as
1400 denúncias ou não! E não fui surpreendido a denúncia de São João Del Rei já tinha chegado e
1401 já tinha encaminhamento. A comissão está acompanhando, OK? Contemplado? ROBERTA:
1402 OK, conselheiro Júlio? ROBERTA: GT para discuti resolução conjunta CEDCA E CEAS em
1403 relação ao acolhimento institucional ao de criança e ao adolescente, conselheira Luiza e
1404 conselheira Shirley. LUIZA: Eu tive outras demandas não pude estar presente na reunião
1405 então eu vou pedir para Shirley ler e relatar. SHIRLEY CMAS SARZEDO. O GT de discursão
1406 sobre acolhimento institucional familiar da Criança e do Adolescente do estado de Minas
1407 Gerais foi realizado com a coordenação do CEDCA no ultimo 29/04/2014 às 14HS aqui na
1408 Subsecretaria de Direitos Humanos. Eu vou ler o resumo do relatório que foi feito.
1409 Primeiramente teve apresentação da proposta de regionalização realizada pela equipe
1410 técnica da SEDESE após a qual iniciou reunião para discursão dos presentes ,foram
1411 respondido as perguntas e esclarecimentos duvidas pela equipe técnica da SEDESE com
1412 relação a proposta apresentada em seguida lida o ofício encaminhado no CAOJ com vista a
1413 contribuir para construção conjunta com GT e acelerar as deliberações em razão da
1414 audiência que se sente na ponta serviços qual apresenta seguinte analise resumo. Minas
1415 Gerais é o estado peculiar com sua vasta extensão territorial com muitíssimo número de
1416 município enfático que quase oitenta por cento dos municípios mineiros tem menos de vinte
1417 mil habitantes impactando seriamente existência e qualidade da proteção social e especial de
1418 alta complexidade não há obrigatoriedade por parte do SUAS na instalação do CREAS
1419 nesse municípios devendo este fornecer o serviço a despeito da existência do equipamento
1420 com tudo e sabido que tais serviços inexistentes embora o CREAS seja básico forte da
1421 proteção social especial além da questão da qualidade do mesmo quando ofertado não é
1422 resolutivo ao ponto de diminuir a necessidade do acolhimento . A estrutura do SUAS mesmo
1423 com investimento tem se mostrado insuficiente na qualidade de acolhimento diminui a
1424 prevenção proteção esperado no trabalho de estabelecimento fortalecimento do vínculo
1425 alcançando as suas metas proposta pela política pública embora existe a demandas vista de
1426 acolhimento dos municípios o fato de serem equipamentos caros ótica dos gestores
1427 municipais sobre tudo de pequeno porte leva a terceirização da demanda encaminhando par
1428 serviços fora do seu território pretendo a resseção de fortalecimento de vinculo familiar e
1429 comunitários e atrasando e impossibilitando o acolhimento com SUAS e a propriedade
1430 levando a conclusão da discursão sobre a regionalização . Neste panorama CAOJ propõe
1431 articulação e cooperação do CEAS e o CEDCA aperfeiçoamento das diretriz oferecida na
1432 resolução 466/ 2013 do CEAS com finalidade de melhoramento de serviço institucional para
1433 crianças e adolescentes com base nas simples e regras próprias revistas no ECA com sua
1434 adequação jurídica estudo e superação vigências que consta na resolução N°56/2012 do
1435 CEDCA. Inclusive a resolução de n°466/2013 do CEAS tais com o número de atingidos por
1436 dados recursos humanos para implantação de atendimento com fins de construir produtiva
1437 com base na resolução conjunta com conselho nacional n°01/2009 e a resolução do conselho
1438 nacional n °31/2013. Com relação realização de medidas previas da implantação da mesma
1439 como realização de diagnostico rápido capaz de mostrar desist5encia da assistência social e
1440 das demais políticas setoriais da saúde e educação e quais as incidências mais frequentes
1441 violência contra criança e o adolescente encaminhada proposta modelo. Incidência de o
1442 plano modelo assistência social conta a situação risco e vulnerabilidade sócias presente
1443 dentro do seu território avaliação das atividades dos serviços pré existente da proteção
1444 básica com analise da sua consonância e com a legislação e necessidade ou não de
1445 monitoramento . Existência de profissional a proteção social especial alocado na secretaria
1446 municipal de assistência social, regionalização do CREAS interior do serviço de acolhimento
1447 respeitando as suas hierarquias e proteção do SUAS. A definição existente na tentativa da
1448 implantação de serviço de família e acolhedora anterior a decisão a utilização de alternativa
1449 de acolhimento. Com a apresentação com atas de reuniões para construção de projetos,

1450 aprovação do projeto divulgação da comunidade local entre outros. Após isto se realmente o
1451 instrumento utilizados apontar para a resistência não o suficiente para o equipamento próprio
1452 a regionalização passa ser um possibilidade segui a parti dos parâmetros estabelecidos
1453 conjunta 2009 que estabelece o modo que deverá ocorrer. Caso delibera para regionalização
1454 que seja cumprido o inciso 4ª do artigo 5ª da resolução 33 /2012 do SUAS. Implementação
1455 se dado com o diagnostico territorial e pactuado na CIB deliberado pelo CEAS. É finalmente
1456 questão do CAOJ da responsabilidade da liberação conjunta por lei antiga dos seus
1457 respectivos conselhos CONANDA e Conselho nacional. Diante de tais colocações cujas
1458 repercussões foram depois a leitura do documento foram abertos o GT decidiu não tira ainda
1459 por decisão ou ação a ser realizada proporciona o degustação do argumento apresentado
1460 durante ao encontro e pesquisa a fins de forma de madurecer uma proposta de trabalho e
1461 ações a serem curtidas nos próximos encontros do GT, marcado para o dia 28/ 05/2014. Eu
1462 não coloquei aqui mais complementos nesta informação foi discutido somente eu acho que foi
1463 uma coisa principalmente que a Roberta falou no início que a gente precisa resolver as
1464 coisas. O que o GT quer, ele que proposta que contempla realmente o acolhimento que deve
1465 ser que a forma que ele está acontecendo hoje ele não propicia essa recessão na família na
1466 comunidade e por causa disso eles entende que o acolhimento em si não tem funcionado
1467 então por isto estão querendo encontrar formas de que isto aconteça . A avaliação pessoal
1468 sobre sua situação o presente do GT sobre a sua argumentação discursão levantadas
1469 durantes o mesmo mostraram que este assunto complexo e profundas percussões tanto na
1470 complementação de políticas públicas de assistência social quanto na efetivação dos direitos
1471 das crianças e adolescentes e famílias assim como os municípios devem ser tratados esta
1472 questões trazendo impacto para sociedade como todo embora exigem discursões mais
1473 aprofundadas e um argumentação mis firme na parte de todos atores envolvidos que leva
1474 as decisões com maior margem a ser pautados na reunião normativas na realidade assunto e
1475 com consciência dos risco calculados atendo a grande responsabilidade ser assumida por
1476 todos resultados que seria alcançado a curto , médio de longo prazo. A contribuição do CEAS
1477 mostrou envolvimento com debate e madure cimento da questão diante das discursões
1478 argumentações proposta do encontro. ROBERTA: Eu só queria trazer aqui para este
1479 conselho, o seguinte nós vamos ao determinado discuti esta resolução conjunta. Por que na
1480 verdade de pano de fundo desta questão está bastante polemica e muito importante a gente
1481 fica atento as informações que a Shirley está trazendo e a Shirley está fazendo parte deste
1482 grupo e a Luiza também está, mas a Luiza teve problema de agenda não pode ir. O que está
1483 de pano de fundo é o seguinte o serviço de acolhimento regionalizado para criança e o
1484 adolescente está dividindo opiniões dento mesmo grupo e atores de forma bastante radical.
1485 Poe exemplo existe um grupo de promotores que entendem que não deve existir de hipótese
1486 alguma de via acolhimento regionalizados criança e adolescente sobre pena de criar futuras
1487 FEBENS por que o de volta para casa não está sendo discutido na mesma dimensão eu já
1488 falei isto aqui neste conselho não sei quantas vezes e vou falar quantas vezes precisar pra
1489 gente inclusive pautar esta discursão neste conselho e este conselho não está discutindo isto
1490 . Hoje no SUAS o que está fervendo dom ponto de vista estrutural do sistema único é questão
1491 da proteção especial do ponto de vista da regionalização para criança e o adolescente. A CIB
1492 ainda não trouxe esta pauta na dimensão que deveria trazer o colegiado não trouxe e nós
1493 precisamos. A SEDESE vem participando desta discursão com MP falei também várias
1494 vezes. Esta semana mesmo nós tivemos uma oficina belíssima com Belo Horizonte tentando
1495 construir e vamos construir se Deus quiser junto com MP o de volta pra casa. ROBERTA: O
1496 grupo do LP tem essa divisão os promotores regionais como ele são autônomos, eles estão
1497 na mesma medida que um juiz, ele estão caminhando na mesma medida, eles mandam
1498 proteger, manda colher não interessa como, ele está certo eu não estou falando que ele está
1499 errado não porque se criança e adolescente está em risco social tem que proteger, né o
1500 município as não tem busca a sua primeira alternativa, ela está buscando comigo porque eu
1501 recebo mensalmente de três a quatro município para essa discursão lá no meu gabinete , ele
1502 está buscando estado que entendo que o SUAS tem que fazer regionalizado ai ,eu estou
1503 devolvendo essa discursão nós vamos fazer regionalizado? Com este o de volta de casa,
1504 com esta a discussão da criança nesta questão paralelo a isto estou com o grupo técnico
1505 discutindo serviço regionalizado o que foi apresentado lá foi mapeamento das regiões que a
1506 gente está chamando de RAS, são as regiões de regionalização. Outro grupo, tem esse de
1507 grupo de promotores, o conselho da Criança do adolescente, tem um grupo de conselheiros

1508 que são a favores. Outro grupo que são radicalmente contra , e essa discursão também da
1509 possibilidade de acolhimento regionalizado , nos dá SEDESE tem uma discussão a posição
1510 seguinte nós também estamos como muito receio de criar o serviço de abrir a fronteira do
1511 órgão gestor por outro lado nós também estamos discutindo outro alternativa porque é a
1512 minha obrigação , dizendo a fronteira , eu vou ter que criar com Anália sempre pauta , a Bete
1513 Leitão quando está neste conselho ela sempre me pautava , dizia o órgão gestor nós temos
1514 que discutir essa alternativa com os município . Hoje atualmente tenho feito isto, quando
1515 acontece a demanda para recolher a criança institucionalmente de forma regionalizado, os
1516 meu técnicos desse para o município e a gente discuti a situação com o município tenta
1517 resolver lá no município tem tido grande sucesso, na probabilidade eu diria sim, dez caso lido
1518 eu estou conseguindo dos dez, oito a nove. Vamos colher de forma regional, ai a gente senta,
1519 senta promotor, senta gestor municipal, para tentar criar todas as possibilidades resgatar e a
1520 gente tira um plano de ação daquele aspecto. A Lisiane estava aqui ela teve que sair, a
1521 Lisiane está fazendo parte dessa discussão também da LP. Ai essa semana coloquei uma
1522 demanda do meu grupo vai fazer um seminário estadual de discussão vai colocar todo mundo
1523 no caldeirão e vai ferver pra essa discussão porque o que a gente pretende com esse
1524 seminário levantar a discursão de serviço regionalizado pra criança e o adolescente e levantar
1525 a discursão o de volta pra casa, na mesma proporção, entendeu! Essa mesma discussão na
1526 semana passada, estive para reunião da CIT, antes da reunião da CIT eu estive com a
1527 diretora de proteção especial do MDS coloquei essa discussão , pra ela com direito do
1528 estado de mina gerais nós estamos com processo , ela falou Roberta este não é um privilégio
1529 só de Minas Gerais ,isto é de todos estados agora dia 20 e poucos vai ter em junho agora ,
1530 vai ter uma reunião e que eles estão com discussão de 4 grupos de trabalho e os estados já
1531 foram convocados e umas das pautas é a proteção especial e da regionalização e o MDS
1532 soltou agora recentemente aceite para questão do ordenamento institucional isto já está na
1533 pauta também os abrigos que a gente tem de criança adolescente também ,tem toda uma
1534 diretriz do SUAS para ordenar para poder desinstitucionalizar essas crianças ,então essa
1535 discussão está solta , né nós estamos fazendo uma discussão de ordenamento institucional
1536 de destitucionalização e ao mesmo tempo uma discussão de que se cria nesta de serviço
1537 regionalizado então se a gente tiver desvinculado desta discussão destitucionalização ,
1538 destitua lizando aqui institua lizando aqui, né! Nós tivemos com a ministra também uma
1539 audiência com a ministra no dia da reunião da CIB e nos pautamos essa discussão, eu falei
1540 olha ministra eu estou muito preocupado no âmbito do SUAS o que nós estamos trabalhando
1541 com proteção especial e eu como gestora que participei de todo este processo da criação da
1542 LOAS , do SUAS eu não quero ter daqui a cinco de anos está peso na minha costa porque
1543 eles gostam de dizer eu não consegui trabalhar de uma forma que a gente brecasse essa
1544 questão da institucionalização da criança e adolescente de forma regionalizada claro que
1545 paralelo a isto temos que colocar fazendo e como nós vamos discutir para apoiar os
1546 municípios , dentre elas a minha preocupação de serenidade inclusive de aprovar o critério de
1547 partilha para recursos especial , porque na medida que eu injeto recursos para a proteção
1548 especial no município eu consigo criar serviço e a hora que eu tiver essa questões em
1549 relação o município tem condições de oferta serviço e não me mandar colocar de forma
1550 regional, tudo está ligado uma questão com a outra. Então assim nós estamos preparando
1551 um seminário, eu queria que vocês comesse a pautar, a comissão de políticas
1552 principalmente precisa pautar essa discussão precisa trazer essas informações pra trazer
1553 para este plenário também essas discussões e obviamente no momento do seminário com
1554 certeza este colegiado vai fazer parte sem dúvidas nenhuma deste processo do seminário pra
1555 gente poder colocar esta discussão porque não basta a gente trabalhar eu acho que aqui o
1556 colegiado tem eu ficar muito atento porque eu tenho muita pressão que se abre serviço
1557 regionalizado se a gente não tomar esse cuidado essa cautela a gente vai correr sério risco
1558 do SUAS daqui um cinco anos , daqui cinco nós vamos está discutindo , acionando estado de
1559 fazer de volta pra casa , entendeu! Institucionalização, a mesma lógica da extinta FEBEM, os
1560 processos todos que nos caminhamos não está caminhando, por que! Nós estamos vendo
1561 relatórios do SUAS nós estamos vendo como não conseguimos solidificar a proteção básica
1562 do SUAS nos municípios que isto aqui vai nos auxiliar pra além da proteção especial a
1563 questão da identificação inclusive desta situação da criança que está correndo risco de ser
1564 violada porque se a proteção básica está com uma vigilância mais atenta a gente vai
1565 avebiliarizar as questão , sim nós temos muito chão para andar mais ai nos precisa ficar

1566 atenta nesta discussão e quando o conselho da criança provocou isto o MP vem provocando
1567 a gente , a gente está tentando colocar isto tudo no caldeirão para gente poder pelo menos
1568 do ponto de vista do SUAS a gente pautar , se a gente não poder pautar de uma forma macro
1569 agora , este ano pelo menos a conferencia do ano que vem , vamos ter que pautar esta
1570 discussão nos municípios . Agora pautar de uma forma mais complexa de que simplesmente
1571 pautar que ficar cobrando serviço regionalizado, entendeu! Sem a gente ter a serenidade do
1572 que nós estamos fazendo, porque se não nos vamos ficar, chegar lá frente vários problemas
1573 no SUAS, OK. Shirley: só para lembra o dia 28 de maio que e semana que vem não poderei
1574 estar no GT, porque vou ter de participar da capacitação de SEDESE para gestores de
1575 segunda a sexta, vinte a trinta, eu não saberia como seria essa parceria. ROBERTA: Ai! Luiza
1576 teria que vir, né. ANALIA: eu quero só chamara atenção de todos os colegas pra
1577 importância da serenidade desse assunto, nos gestores vivemos na pele gestores municipais
1578 a complexidade de que isto o ministério público por sua vez ao mesmo tempo que ele apoia
1579 ele pressiona o gestores de tal forma, que as vez a gente fica sem caminho, por exemplo na
1580 questão de apoio o ministério público tem feito reuniões ampliada, são assembleias
1581 ampliadas onde se discuti os casos todas as crianças estão institucionalizadas com a
1582 presença da equipe do serviço de acolhimento com a presença do gestor para o que buscar
1583 caminhos via judiciário , porque gente , amorosidade de que vocês podem imaginar da
1584 gente ter as vezes já tivemos casos de três crianças irmãos em vista de acolhimento e que
1585 não estava no processo de adoção e já gente veio descobrir isto tempo muito longo , sabe o
1586 judicial é muito moroso de resolver as coisas , outro exemplo nós temos duas adolescente
1587 no serviço de acolhimento , uma dezessete e outra de quinze anos onde ela estava no
1588 trabalho escravo em famílias então foi para acolhimento , a dezessete anos trabalho em
1589 supermercado já um tempo com carteira assinada tem condições elas tem uma casa de
1590 herança da família , elas não tem pai e nem mãe tem condições de morar juntos mais
1591 precisa da emancipação conversando lá no ministério público no judiciário ele disseram não e
1592 melhor esperar abril do ano que vem para ela fazer dezoito porque o processo não sai antes,
1593 isto causa transtorno dentro do serviço enorme porquê e uma faixa que elas querem é
1594 namorar sabe é muito complicado manter este adolescentes em acolhimento por outro lado o
1595 ministério público eles querem resolver dos benditos taxis e com muitos ao municípios , recebi
1596 ligação de prefeito de outra comarca pedindo pelo amor de Deus para a gente fazer um
1597 convenio com eles para que as crianças , que tivesse vagas para as crianças do município
1598 dele , eu falei quantas crianças você tem ? hoje x regionalizadas , nenhuma , tem cinco anos
1599 que a gente nunca passou nenhuma criança institucionalizada, mas o que , que isto é um
1600 processo antigo , o município é tão longe, deste que criou o conselho tutelar , só teve uma
1601 instituição , se a gente te vesse o convenio iria pagar três mil reais por dia , sabe, são essas
1602 coisas nos pega no dia a dia , né ! a gente precisa realmente olhar isto e a outra questão é do
1603 concurso público , eles querem que todos os municípios tenham que a lei disse tem que ser
1604 concurso público e para alta complexidade a gente é bastante complicado realmente sabe
1605 você efetivar o concurso público , tá porque principalmente o município que trabalha a
1606 proteção básica reduzir a demanda da complexidade então é bastante complicado você ter
1607 um quadro efetivo ,tá para este serviço . Isto eu estou falando da experiência de gestor.
1608 ROBERTA: Estou trazendo questão aqui gente é o seguinte discutindo, eu falo muito isto
1609 para o gestor e isto mesmo Anália, eu acho que a gente sabe a dor e a delícia de ser gestor
1610 da assistência e lembrar que tudo que ser cobrado no ministério e nós escrevemos na NOB
1611 nós escrevemos no SUAS, né! É isto sim na verdade tem todo o movimento, mesmo para
1612 concurso público que gente sabe de todos as dificuldade agora o estado também com toda
1613 pressão por que isto é só falar que nós vamos trabalhar com profissional então gente tem que
1614 ser, né por que se não dá pra ficar nós vamos trabalhar com oferta de proteção e nós vamos
1615 trabalhar com terceirizado a manhã você tem, como você cria referência para resolver
1616 principalmente na proteção espacial , que você tem ter profissional de referência se você não
1617 consegue trabalhar e nenhuma provisão que você vai oferece para aquela família , agora são
1618 os gargalos culturais do SUAS e que antes da gente é tão importante isto que Anália está
1619 trazendo e eu as vezes sofro de uma angustia muito grande no colegiado é porque as vezes
1620 tem tanta coisa estrutural do SUAS para ser discutido no ponto de vista do controle social
1621 que a gente as vezes avançaria mais do ponto de vista para o usuário que a gente não dá
1622 conta porque a gente é periférico então assim isto as vezes me angustia como conselheira eu
1623 porque sim lá no dia do SUAS temos questão estruturais violações de direitos esta seno

1624 colocado e muitas as vezes somos violados , nós temos serenidade nas questão para serem
1625 encaminhadas , alinhadas e definidas aqui dentro deste colegiado para exercer o verdadeiro
1626 controle social porque as vezes a gente se perde discussões com miudezas e o bicho está
1627 pegando e nós mais enfim faz parte de que é um processo mais eu queria colocar a
1628 questão da proteção social porque nós vamos ter que assumir uma hora , entendeu! Na
1629 profundidade este debate ele requer, né de compreensão e entender até para gente saber
1630 de que SUAS nós estamos falando, por exemplo na outra plenária eu dei o aviso daqui da
1631 avaliação que teve do COGEMAS no encontro de Cuiabá, que o COGEMAS fez uma
1632 avaliação do SUAS nacional, que SUAS nós estamos implantando então é assim a gente
1633 tinha que também pergunta isto de vez enquanto até da gente mudar poucas a nossas
1634 ações das comissões , as nossas deliberações as vezes a gente pautar , pegar pautas mais
1635 prioritária porque se ninguém vai da conta não , mais quem sabe a gente tivesse um pouco
1636 de habilidade de pegar o que prioritário essencial para ter mais impacto , porque s não a
1637 gente passas a plenária inteiro eles as vezes não consegue o essencial as vezes ele passa e
1638 nós não conseguimos debater , né ! então. DENISE: Na perspectiva da elaboração do
1639 seminário, né você não colocou como está sendo pensado, mais o quanto a gente precisa
1640 trazer pra dentro os operadores do direito, do sistema de garantia do direito da criança do
1641 adolescente porque é outro gargalho, pra enfrentar enquanto a gente tem ai um grupo de
1642 promotores pelo interior do estado a fora e a gente acaba recebendo pela categoria de
1643 juízes que proibiram o município de pensar a proposta de família acolhedora porque nós
1644 temos que libera o seus abrigos, programa de família acolhedora não presta , né um
1645 programa que não tem sentido, nós temos que melhorar os abrigos , então que dizer ando
1646 absolutamente na contra mão que a gente vem discutindo e ai fica o gestor engessado ,
1647 porque tem a juíza que vai dizer da medida ela não quer a família acolhedora ,quer
1648 aumentar os números inclusive foi que ela propôs , vamos subir os números , porque os
1649 adolescente estão fugindo para os abrigos , então é assustador , é preciso trazer esses
1650 operadores do sistema de garantia de direitos porque se não a gente não vai caminhar que
1651 aplica a medida ,ROBERTA: Então por isto que eu falei , a proposta do seminário e colocar
1652 todo mundo na mesa , porque é assim nós estamos participando de várias discussões
1653 articulando por exemplo conseguimos três ou quatro promotores aliados ,estou discutindo
1654 com diretorias regionais alguns encontros regionais e com identificação de promotores de
1655 juízes gente consegue compreender e falar a mesma língua nossa são como aliados pra
1656 gente também fazer também esses encontros regionais , nós vamos fazer um em Poços
1657 Caldas, entendeu ! com essas discussões deixei , lá ontem em Montes Claros essa temática
1658 pra gente puxar essa temática , falar também em Montes Claros , agora precisamos
1659 identificar , pra articula esse atores , inclusive atores do termo de garantia de direito que fala
1660 a mesma língua nossa e sem dúvida nenhuma e aquilo que eu falei nós temos um problema
1661 sério porque os promotores e claro os juízes eles de comarca descentralizada eles tem
1662 total autonomia , então aqui descentralizada também tem seu limites pra essa discussão por
1663 isto que a gente está caminhando com essa proposta lá na SEDESE com uma proposta da
1664 gente abrir este debate em Minas gerais abrir este debate se as pessoas precisa interessar
1665 sobre isto , precisa entender que isto é gargalho do SUAS , Entendeu! Nós temos gargalho
1666 PISO, nós temos gargalho na capacitação temos sim tudo isto, isto é muito mais facial de
1667 solução, agora nós temos gargalho estruturais que a gente precisa entender porque sobre
1668 pena de que achar está implantando o SUAS, na verdade violação de direitos, entendeu! Nós
1669 estamos criando estruturas por se só vão violando direitos, entendeu! Acho que esta
1670 discussão boa veio nesta hora para a gente ter esta reflexão, a comissão de políticas tem
1671 uma missão fortíssima, pronto falei. Já são quase uma hora, gente só pra gente avança
1672 aqui, temos mais dois pontos que seria rapidinho. ADRIANA aqui, não tem noção dos dois
1673 pontos, informar que os informes foram enormes, pra cada discussão, mais um ponto vai uma
1674 hora, queria avaliar, se avança neste dois já que a gente já adiantou o tema da tarde para
1675 manhã ou se realmente a gente para. ROBERTA: Na verdade a gente não adiantou os temas
1676 da tarde para manhã, nos puxamos só dois a deliberação a comissão ainda vai apresentar,
1677 agora veja bem ,na verdade eu também fiz essa reflexão Adriana , a gente fica entre a cruz e
1678 a espada , porque sim por exemplo o conselheiro participou de uma plenária lá três dias se
1679 ele também não coisa , também fica sem informação .é gostaria de pedir paciência dos
1680 conselheiros por que se não a gente não vence a pauta , eu vou tentar ser rápida aqui e
1681 para poder ajudar . Nós tivemos uma audiência pública pela segunda vezes, tá! A onde as

1682 comunidades terapêuticos vem pautado a assembleia essa discussão para o reconhecimento
1683 do ponto de vista da assistência técnica social nas ações das atividades e dos programas de
1684 projetos com as comunidades terapêuticas que desenvolve esta eu presente e a diretora de
1685 proteção social e a pessoa da saúde estava também , foi polemico mais assim , a posição nos
1686 lá eles me chamaram enquanto persente do CEAS para essa discussão , a posição nos lá de
1687 que fato e eles em serviço programas , projetos social sócias em não porque e os
1688 programas em serviço assistenciais dentro do SUAS , entendeu ! isto é a posição dele de
1689 tipificação de entender porem a gente na minha fala eu fiz uma reflexão e isto foi ao vivo
1690 pela TV assembleia acredito que devo muita polemica mais eu não tenho nenhuma
1691 preocupação com isto porque também é uma reflexão eu acho que a gente precisa fazer
1692 com muita cautela e que nós estamos vendo hoje que a questão de quem necessita do
1693 acolhimento para questão da droga , as famílias tem demandado com sofrimento , somente
1694 quem já passou por este caso sabe o quer , sente na pele o que , que é isto então as famílias
1695 pobres desesperadas porque invista da saúde o reconhecimento para questão do
1696 tratamento e tem todo um protocolo quer é trabalhado inclusive se a pessoa é voluntario ela
1697 está em situação. Depois você completa, ai o que acontece sobra para as comunidades
1698 terapêuticas entendeu! Sobra para o pobre está saída ,ou então fica na rua então ele morre,
1699 entendeu, porque rico leva para interna faz resolve o seu problema agora o pobre ele não
1700 tem saída gente ou família leva para lá e o único lugar que tem ou deixa na rua para morrer e
1701 depois é responsabilizada e quando está na rua é na assistência da mesma forma , cai na
1702 assistência da mesma forma tudo é questão da população de rua ai precisamos discutir isto e
1703 ou vamos olhar o que e realidade o que está acontecendo lá ou vamos seguir a tipificação
1704 um pouco de tudo por terra que construímos os município estão vivendo os conselhos
1705 municipais , estão vivendo determinado conflitos ,quando as comunidades pede inscrição .
1706 Aqueles conselhos que dão de fazer as discussões e assume de uma forma está
1707 acompanhando, está vendo a situação da população, às vezes a própria população está até
1708 na rua eles não tem dúvida de liberar a inscrição então aquele conselho que pauta pela
1709 legalidade pelo tecnicismo, ela está viabilizando, então eles estão pedindo audiência pública
1710 a coisa está debate fervente e vai vir para nós aqui também o que for deliberado aquele
1711 requerimento lá da assembleia de pautar e si posicionar nesta posição .FERNANDA:
1712 Então gente eu vou tentar ser breve, mais eu acho Roberta se pertinente isto que você traz
1713 aqui como informe e de conhecimento eu acho que de todos ,os conflitos ideológicos que
1714 existe em relação da situação do álcool e droga dependência química e a saúde ela vem
1715 tentando mediar inclusive esta situações numa tentativa de ofertar para o usuário uma gama
1716 de cuidados, numa rede ampliadas de cuidados bem instituir a pela aliança vida, setorial, né
1717 cofinanciamento desta entidades parceiras que são comunidades parceiras terapêuticas .
1718 Uma da reivindicação esta audiência pública, pelo o que a gente tenha acompanhado que a
1719 comunidades terapêuticas virem porta de entrada, mais para gente da saúde entende, pro
1720 privado, para este lado, ela já é porta de entrada né! Pra nós da saúde como estabelecer
1721 como parceiros do SUAS , a gente se entende de direito também revelar esta porta de
1722 entrada e ai eu sinto como avanço pela vida, eu acho que gera milhões de conflitos pelas
1723 uma ordem crítica e ideológica de todos os jovens mais o que a gente tem visto uma rede
1724 relata que através da aliança pela vida, começar o diálogo para saúde mental das
1725 comunidades então isto pra mim é uma avanço, né através pela aliança pela vida a gente
1726 para de estar trocando acusações de que ele não faz nada e que o outro também não faz ,
1727 que está maltratando e não é para fazer e a gente aproximou porque o próprio ministério da
1728 saúde reconhece a comunidade terapêutica com um ponto de interesse do SUS como ponto
1729 de atenção da rede dos associados o estado está ando na mesma lógica mais a gente não
1730 pensa com a comunidade terapêutica , que nós temos outro dispositivo , inclusive eu quero
1731 em outro oportunidade discutir isto com apoio, quero em outra oportunidade trazer para
1732 vocês realidade de colhimento que em ouro discussão que eu acho tem dúvida a ver ser
1733 discutido aqui no CEAS que a gente precisa da amplitude de fato tem entendimento ,o que
1734 isto vem ser ponto de atenção da rede , nós temos cento e nove pactuados no estado e vai
1735 dar um impacto muito positivo acredito eu nesta questão que voe coloca que muita as vezes
1736 que este usuário de álcool e droga , ele também e usuário de distorção de vulgaridade de
1737 risco social , né ! que muitas as vezes a gente não tem o local que ele possa ficar
1738 temporariamente e continuar no projeto terapêutico então assim não vou me prolongar agora
1739 mais me coloco inteiramente a disposição pra gente vim trazer pra comissão esta questão

1740 .ROBERTA: A minha sugestão Fernanda é o seguinte, eu acho que você podia trazer uma
1741 pauta desta pra gente discuti este conselho porque sim é isto que você fala se no SUS não
1742 pode considerar a comunidade como porta de entrada ,é que você falou , você pode não
1743 considerar mais está sendo porta de entrada que é a única que tem , e pra nos pra
1744 assistência nós temos que compreender isto porque se lá no SUAS não considera como
1745 porta de entrada ,quem está entrando é o usuário da assistência , não é outra pessoa se não
1746 o usuário da assistência, se este colegiado tem como missão de defender o usuário da
1747 assistência , esta ai discussão , ou nós vamos que fazer no ponto de vista da assistência
1748 fortemente com a saúde e de que forme dentro da assistência e isto também reconhece esta
1749 porta de entrada e eu coloquei isto ao vivo e disse se não está tipificada nós podemos
1750 retipificar se a gente na hora da tipificação não der conta disto vamos retipificar na vida
1751 entendeu! FABIANA: Eu concordo Roberta e acho que fale a pena trazer maiores
1752 esclarecimento o Volney pode até me ajudar eu vejo que ele está acompanhando este
1753 processo e vai explicar o que vem a ser esta porta de entrada de fato e o porque a gente fez
1754 através de deliberação colocar que este sujeito acesa também o sistema único de saúde que
1755 não vai diretamente só privado vá antes que seja para ele o portal direito de escolher se ele
1756 quer ser cuidado no CABS, ou ser cuidado numa comunidade terapêutica .ROBERTA :
1757 vamos guarda pra abrir esta discussão, ANALIA: Eu quero só comungar aqui com a Roberta
1758 a necessidade de trazer esta informações para nós, principalmente porque você está falando
1759 de fluxo, né, então neste momento você lembrar de trazer sobre contratualização de vagas
1760 nos hospitais gerais de trazer a resolução vinte nove e trazer tudo que todo mundo entenda
1761 como é este processo, tá bom! Passando para o Júlio. JULIO: A questão a comunidade
1762 terapêutica a nossa entidade presta assessoria a comunidade lá na minha cidade, quanto
1763 dificuldade para manter a própria entidade, tá, ela sobrevive com o convenio com a prefeitura
1764 de dois mil reais, mais não teve reajuste é de um ano para o outro não é interesse dela lá no
1765 município essa questão, como vão manter atualmente tem quinze pessoas internada lá ele
1766 procura espirito santo que próximo lá , por outro lado aliança pela vida já está tentando o
1767 pessoal já foram lá já fizeram acompanhamento lá na entidade , mais agora que me deixa
1768 mais indignado é exige a equipe para atuação , né! Tem que exigir mesmo agora com a
1769 comunidade terapêutica receita de estado, está tendo inversão de papel e ai cria uma séria
1770 de dificuldades até para firma convênios, você exige da equipe se ela não tem recursos então
1771 coisas que toda tem recursos dos municípios e dos municípios vizinhos. ROBERTA: Trazer
1772 esta pauta estou pedindo os conselheiros os seguintes nas suas colocações vocês vão trazer
1773 esta pauta para debate, viu! Porque e necessário que gente ria uma pauta para este
1774 questionamento dos debates. VOLNEY: Debates eu quero sugerir que a gente traga três
1775 convidados indicados pela a minha entidade que a CRP a enfrente mineira de CRP contra as
1776 drogas e fórum mineiro contra as droga. Já vou mandar para todos os conselheiros relatório
1777 feito pelo conselho regional de medicina sobre comunidades terapêuticas pra que os
1778 senhores possa embasar com a verdadeira realidade dessas comunidades de todo Brasil.
1779 RODRIGO: A princípio que me permite na parte da tarde o assunto na comissão de normas e
1780 um questionamento nas comunidades terapêuticas do Brasil sobre as questões sobre
1781 comunidades terapêuticas nos conselhos municipais e já tem uma proposta para tarde
1782 também como informe, obrigado. ROBERTA: Pra cá para ser deliberado. Ronaldo: Gostaria
1783 de parabenizar a mesa a gente quando traz tudo eu acha que deve ser assim o batido, a
1784 gente já discutiu no nosso município hoje a alteração da população de rua ela hoje ela mudou
1785 ela é transitória dos moradores de rua que enquanto ele está sobre o efeito da droga ele é de
1786 média e até de classe alta se transforma em morador de rua e vem se assistência social, eu
1787 só não compreendi no caso do reconhecimento tipificação se tem uma posição já , vai ser
1788 discutido traz que de fato eles faz serviço e projeto terão que ser reconhecido eu não
1789 entendi seria a inscrição de serviço de programa de projetos nós temos os dois , inscrição
1790 da entidade . ROBERTA: Tem uma posição, eu estou dizendo o seguinte pra inscrever é
1791 como você mesmo disse pode se inscrever a entidade de serviço de programa e projeto se no
1792 ponto de vista da entidade o conselho acha que não você serviço de programa e projeto,
1793 entendeu! Porque tem município que acha que entidade não é, sócio assistencial, ai fala
1794 beleza, então você acha que entidade não é. Como nós dissemos lá da inscrição ela faz
1795 algum programas e se escrever no serviço de programa e projeto só isto. Bom só para
1796 encaminhar aqui, nós vamos trazer esta pauta, a Fernanda vai ajudar a comissão de políticas
1797 a definir ,organizar esta pauta como que nós vamos fazer , tem a sugestão do Volney , e

1798 vocês organiza um debate que dia nos podemos fazer esse pode ser na próxima , entendeu
1799 veja com calma pra gente não atropelar e faça um desenho de como nós vamos discutir esta
1800 pauta , porque ela é interessante e polêmico e ver esta sugestão , OK ! conselheiros . Termo
1801 de aceite para cofinanciamento de expansão qualificada, eles me deram aqui um problema no
1802 campo operacional, não é este com subsecretaria que me deram mais foi a minha turma, é o
1803 seguinte não compreendendo, pedir a gestora está aqui lá na ponta , me dá aqui por favor
1804 ofício. Este é um ofício que eu mandei para cá ao ler vocês vão entender , porque a minha
1805 cabeça não dá para muita coisa não, eu mesma para eu mesma , senhora presidenta
1806 .ANALIA: Ofício da SEDESE / SUBAS , Maria Albanita, quem subscreve é Maria Albanita ,
1807 Senhora presidenta , cumprimentando cordialmente , portamos ao termo de aceite do
1808 cofinanciamento do governo federal dos município elegíveis a expansão qualificada e
1809 reordenamento de serviço de criança e adolescentes e jovens até 21 anos , aberto em 20 de
1810 fevereiro de 2014 e encerrado após duas prorrogação em 17 de abril de 2014 conforme
1811 resolução CIT Nº 15 e 17 de 2013 , R Resoluções CNAS Nº 23 de 27/09/2013 e Nº 31 de
1812 31/10/2013 e portaria de MDS Nº 05 de 3/01/2014 , mostra a primeira etapa de expansão
1813 ocorreu aumento do cofinanciamento federal para o serviço destinado a cento e setenta e
1814 três município elegíveis cópia anexo , dos quais seis municípios não realizaram o aceite ,
1815 Camanducaia , ituana , Itapecerica , Guanhães, Raul soares e santa luzia .ROBERTA: Então
1816 o que aconteceu tem um aceite para este tipo de serviço de expansão em setenta e nove e
1817 cento e setenta e três e foram quantos municípios ? Seis município não realizaram
1818 Camanducaia, ituana, Itapecerica, Guanhães, Raul soares e santa luzia, nós estamos
1819 encaminhando para a comissão de conselho, para a comissão de conselho faça um ofício pra
1820 gente poder encaminhar para os conselhos municipais destes municípios, se eles não sabem,
1821 nós deixamos expandir nestes municípios até exercer o controle só lá ok, gente. Ok, então é
1822 pra você mesma a Anália, você faz parte da comissão, é isto Anália. E o último é o debate do
1823 enfrentamento de tráfico de pessoas, Luiza participou lá assembleia representando o CEAS.
1824 LUIZA: Bem brevemente, o ciclo de debate sobre do enfrentamento tráfico ao de pessoas ele
1825 aconteceu na assembleia no dia 08 de maio foi um debate absolutamente rico ele se
1826 desenvolveu a parti de três painéis. O primeiro painel que na minha opinião foi a discussão
1827 central do encontro chamava –se tráfico de pessoas da copa do mundo que precisamos
1828 saber, ai a discussão foi bastante interessante não sei se é do conhecimento de todos
1829 conselheiros neste sentido e que foi muito pontuado pelos representante que estava
1830 expondo sobre o tema em relação ao tráfico de pessoas em grandes eventos com vão
1831 ocorrer em copa do mundo e as olimpíadas de 2016. Muito bem pontuado por sinal em
1832 relação estatística e a gente discutia isto inclusive em relação ao trabalho infantil, mais as
1833 estatísticas relacionadas ao tema tráfico de pessoas, ai pontuaram as estatística dizem
1834 que nas últimas três copas do mundo da África do sul , da Alemanha e a nossa aqui no
1835 Brasil expectativa de pessoas traficadas e o mesmo é a expectativa , tenhamos 40 mil
1836 pessoas traficadas com se a mesma pessoas roubasse o mundo para serem traficadas e ai o
1837 que ocorreu a verdade que na Alemanha ocorreu quatro casos comprovado de tráficos foi
1838 muito pontuada da essa coisa dificuldade de se identificar quando isto ocorre e na época do
1839 SUAS, a gente teve nenhum caso identificado porque aqui no Brasil o posicionamento que
1840 deveria ser tomado era , precisamos nos preocupar sobre tudo com o, interior a copa do
1841 mundo e não especialmente com as obras dos estádios e que as pessoas estão lá de baixo
1842 trabalhando 10 horas por dia etc. , então a discussão foi muito interessante neste sentido
1843 muito esclarecedora . O segundo painel ela tratava sobre tráfico de pessoas e algumas de
1844 suas modalidade então a gente teve especialmente a discussão sobre exploração sexual,
1845 trabalho escravo e a doação ilegal e que também foi super interessante no sentido assim
1846 mesmo de pontuar e esclarecer do que se trata o que como isto está sendo tratado no Brasil.
1847 E o terceiro painel foi relacionado a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas tratando
1848 articulação institucional e mobilização da população, a gente contou com a presença de
1849 deputados federal e contamos com a presença de pessoas de todos órgão que trabalha com
1850 este tema foi uma discussão muito rica e ai agente pode mais disso quem tiver interesses eu
1851 não vou prolongar por causa do tempo, mais em resumo é isto! ROBERTA: o gente eu havia
1852 dito que ia terminar, em respeito aos empreendedor que estão aqui, parece que eles tiveram
1853 acesso as informações da pauta que seria de amanhã, eu vou chamar a Denise para fazer a
1854 apresentação do processo dela eu prometo que será questão rápido, só não para prejudicar e
1855 falar para eles voltarem depois do almoço. DENISE: seria objetivo até porque trata de

1856 empreendimento de pequeno porte do empreendimento central elétrica Santa Helena que
1857 fica no município de Lassance foi preposto para o empreendedor RBO ENERGIA , a entrada
1858 aqui no CEAS foi em 2011 com emissão da resolução pelo CEAS em 2012 maio de 2012,
1859 eu queria só atentar a este conselho pelo fato, que eu não tenho tanta experiência aqui em
1860 CEAS , mais das relatorias que eu vi até, agora uma participação tão efetiva de um
1861 conselho municipal no acompanhamento na execução de um empreendimento foi de dá
1862 gosto de ver a participação do conselho em todas as etapas a técnica Rosalice da análise
1863 que fez os documentos , que ela consolidou , o conselho municipal participou muito
1864 próximo de todas as ações de não só no sentido de ser propositivo , com de avaliação no
1865 meio do caminho de propor mudanças no meio do caminho muito interessante , né Rosa ,
1866 esta percepção desta atuação do conselho municipal que o que a gente pretende acontece
1867 nas execução de PAS nos conselheiro que efetivamente seja , não só o que acompanha
1868 mais o que faz o processo de preposição também , não vou me ater da contextualização é
1869 importante colocar que o empreendedor ele esteve atento as proposta do conselho municipal,
1870 e o conselho municipal este muito atento ao que a secretaria municipal de assistência social
1871 propunha aparte das atividades do CRAS uma situação interessante foi que eles
1872 propuseram a equipe técnica do PAS que as atividades e para dentro do CRAS para fazer
1873 uma parceria com a equipe técnica do CRAS porem considerando a pouca disponibilidade
1874 de física do CRAS , a empresa então o empreendedor alugo um imóvel no centro da cidade,
1875 centro da cidade , está tudo muito próximo. Ai aconteceu exatamente ao contrário, a equipe
1876 do CRAS que foi para dentro deste lugar e fazendo atividades conjuntas por que a gente
1877 apurou, que foi apurado pela técnica responsável quase toda atividades foram de fato
1878 realizadas com parceria da equipe técnica do CRAS, muito bonitinho, muito redondinho
1879 parece romântico, mais realmente de fato, parece de fato, acontecer dentro do que eles
1880 apresentaram. Eu queria só destacar eixos que premiaram o PAS que foram executados das
1881 ações de todos os eixos na área de comunicação social, segurança e alerta tem a ver com os
1882 trabalhadores da área , as negociações e importante colocar aqui , na área de execução da
1883 atividade da barragem não tinha moradores área mais próxima esta aduas d cavalo , um
1884 negócio assim, então assim estava muito longe da possibilidade das pessoas acessarem , e
1885 ai as pessoas que morava e ainda moram na aera central da fazenda , a qual pertence esta
1886 área que foi designada para barragem melhoram a via de acesso então possível ter aceso
1887 de automóvel, né no caso então, melhorou neste sentido, então não houve negociação o
1888 dono da fazenda também fez parte do processo de negociação e não teve deslocamento de
1889 família, então as houve este processo de negociação. E outra situação atípica e aqui a oferta
1890 e a absolvição pela mão de obra pela empresa se deu muita mais no gênero do campo das
1891 mulheres do que masculinos, tem uma lógica que os homens da localidade aderem pouco ao
1892 movimento do trabalho, foi isto que foi constatado lá, a empresa então buscou a capacitação
1893 de obra de mulheres que se dispuseram a trabalhar uma vez que os homens não aderiram
1894 muito a proposta , ai Rosa atesto isto ao relatório próprio conselho municipal das escuta que
1895 ela fez lá, a proposta inicial foi de setenta trabalhadores na obra e uma coisa que ficou para
1896 além da questão prevista no PAS que foi uma proteção bacana do conselho municipal é que
1897 a equipe pudesse ficar pouco mais pôs conclusão das atividades pra entender o pacto deste
1898 pôs trabalho . Eu queria aqui salientar a importância do trabalho do conselho municipal junto
1899 ao empreendedor fazendo necessária imediação com o gestor local da política de
1900 assistência social e a comunidade . ROBERTA: Só uma pergunta de ponto de vista do
1901 trabalho já que você colocou este percentual de gênero , qual era atividade ofertada?
1902 DENISE: Espera ai me deixe resgatar que eu já li lá trás, você lembra Rosa exatamente, era
1903 no local né? Eu não lembro não! ROSALICE: O empreendedor contratou setenta pessoas são
1904 trabalhadores, pedreiros, marceneiros vigias , na realidade , a história foi o seguinte ela
1905 confundiu um pouco , o município trem est5e histórico mesmo , foi uma história que contei
1906 para ela achei interessante , então e fim. O município tem este histórico , os empreendedor
1907 tinha uma dificuldade em relação a mão de obra de contratar masculino questão de
1908 trabalhar no sábado , questão de trabalhar na segunda por causa do final de semana , e as
1909 mulheres lá reclamaram o seguinte e que as empresas da região são muito machista não
1910 contrata as mulheres por que gosta de trabalhar mesmo são a mulheres , tanta na história
1911 que eu contei pra ela foi abertura das estradas lá teve que contratar homens para capinar
1912 ,uma outra empresa da prefeitura contratou só as mulheres então foi isto na realidade , mais o
1913 empreendedor contratou setenta pessoas , trabalhadores da região , homens. . DENISE: Eu

1914 queria só salientar que as principais ações executadas com relação com a comunidade e que
1915 foi destacada pelo município foi muito importante foi ações voltada para o seguimento de
1916 adolescente em razão pelo consumo de drogas entre estes seguimentos ,eles destacaram
1917 que foi uma das ações que mais movimento , vamos dizer a comunidade e também fizeram
1918 trabalho voltado para o público de mulheres . Então com todo posto conclui que a LBL
1919 ENERGIA implanto no posto o plano de assistência social da pequena PCH Santa Helena foi
1920 cumprindo na resolução 356 / 2012 este é o parecer da relatoria. ROBERTA: Em discurso
1921 para votação, favor eu queria pedir os conselheiros que forem vota no microfone e falando
1922 nome e dando seu voto. VOLNEY: OH, conselheira você relatou para aprovação. DENISE:
1923 Sim. VOLNEY , Para aprovação. LUIZA SEDESE, pele aprovação. JULIO: Pela aprovação.
1924 RONALDO: Pela aprovação. Daniel: pela aprovação. FERNANDA: Pela aprovação.
1925 RODRIGO: Pela aprovação. GESIANE: Com a relatora. ANGELICA: Pela aprovação.
1926 ADRIANA: Pela aprovação . HERMELLIS: Pela aprovação. Shirley: Com a relatora. MILA:
1927 Pela aprovação. ANALIA COGEMAS: Pela aprovação. ROBERTA SEDESE: Com a relatoria.
1928 OK! Então vamos dar uma parada duas horas nos estaremos de volta porque a pauta hoje
1929 está tensa, quero dizer aos conselheiros. Roberta: 04, 05, 06 de junho e eles estão abrindo
1930 uma vaga pro CEAS para todos os conselhos Estaduais também com a despesa paga pelo
1931 CNAS , na correspondência manda também para o Presidente ou Vice- Presidente
1932 comparecer , eu infelizmente estou comprometida nesta semana, pergunta ao Vice-
1933 Presidente. Volney: eu não posso. Roberta: então Presidente não pode, Vice Presidente não
1934 pode, podemos indicar um outro conselheiro, quem se candidata? Volney: Ronaldo?
1935 Ronaldo: vou estar lá também. Roberta: se ele vai estar lá não pode estar nas duas
1936 representações, certamente vai estar lá para outra representação né isso? Ronaldo: não, vou
1937 estar na minha cidade. Roberta: achei que lá em Brasília. Anália: eu tenho que olhar minha
1938 agenda. Roberta: Adriane não pode não? Gente nós estamos com dificuldade. Volney: um
1939 convite deste chegar tão próximo. Roberta: gente eu vou ler aqui , eu acho que a pauta é de
1940 menos , a questão é saber se o conselho, porque sempre teve uma reclamação de que o
1941 CNAS não propicia a participação dos conselhos estaduais nas discussões, uma reclamação
1942 constante dos conselheiros estaduais , e ele agora Oconstantemente, não só tá liberando
1943 vaga, como está custeando a participação, é indiferente de pauta se a gente vai ou não vai ,
1944 porque é uma plenária que eles vão fazer , igual foi feita quando o Volney foi , que ficou lá 03
1945 dias numa plenária descentralizada. Anália: eu gostaria, mas eu tenho que ver minha agenda
1946 lá. Roberta: Plano A Anália, Plano B . Roberta: Anália tem que ser hoje que tem que informar,
1947 se você puder ligar lá. Plano B Volney; Daniel você não pode ir não? Roberta: Rodrigo?
1948 Rodrigo: tenho compromisso com o Fórum da Criança e Adolescente de Belo Horizonte, 03
1949 dias. Roberta: OK, Hermellis, pode? Hermellis: Posso. Roberta: Então Hermellis foi o
1950 candidato, ele foi aprovado, ele vai, Hermellis vai preencher seus dados, tá bom? Agora
1951 vamos para apresentação das Comissões Temáticas, a Comissão de Política, pergunto eu,
1952 tem mais alguma proposta de discussão? Luiza da SEDESE: ontem em razão do nosso
1953 tempo a gente priorizou o tema nº 1 em relação ao aceite do pet e os demais pontos de
1954 pauta não foram discutidos e foram para próxima plenária, então foi o nosso único ponto .
1955 Roberta: Comissão de Normas por favor, comissão de normas ficou de trazer pra gente
1956 alguma discussão em relação as normas de PCH, que a gente ia iniciar o debate lembra?
1957 Rodrigo: Vamos começar? Primeiro ponto da pauta de comissão de normas , a reunião com o
1958 empreendedor Guanhães Energia SA. Sobre o caso daquela denúncia do sr. Navarino Dias
1959 dos Santos atingido pelo empreendimento da PCH Senhora do Porto e anuência para
1960 aquisição de área para a sua relocação em área inferior a 03 hectares que corresponde ao
1961 mínimo para o módulo rural, a área em questão , que hoje ele possui é de 2.1. Também
1962 tivemos outros 04 casos de atingidos pelo empreendimento Guanhães Energias, com
1963 problemas no processo de reassentamento que se caracterizou como uma compra assistida
1964 ou seja, os atingidos mesmo optando pelo reassentamento, o empreendedor estipulou o valor
1965 para que os atingidos adquirissem uma nova terra. Antes de passar para o encaminhamento,
1966 eu queria ressaltar o trabalho da Conselheira relatora Adriana e de Rosalice que identificaram
1967 este equívoco do empreendimento em todo que confundiu essa modalidade de compra
1968 assistida com realocação e aí fez esta proposta , primeiramente para o senhor Navarino e
1969 depois a gente recebeu mais outros quatro casos denunciando esta situação, daí a gente
1970 teve a reunião com eles ontem bem esclarecedora para eles, que foi um equívoco, um
1971 equívoco da parte deles, uma avaliação incompleta, eles reconheceram o equívoco , aí a

1972 gente passa para situação de encaminhamento, nós da comissão a partir da reunião
1973 Guanhães Energias, considerando o entendimento do empreendedor dos equívocos da
1974 negociação será realizado revisão do processo de negociação de cada atingido com
1975 indicativo de correções , visando a garantia de direitos dos atingidos, com prazo de 30 dias
1976 para entrega do relatório, antes de franquear a palavra que foi identificado pela conselheira
1977 relatora e técnica Rosalice esse equívoco, eles estiveram aqui ontem, entenderam o equívoco
1978 e vão providenciar esta revisão para regularizar, não só a situação do Sr. Navarino e como
1979 também dos outros 04 já denunciante e outros atingidos que vierem a fazer jus dos seus
1980 direitos. Neste primeiro ponto de pauta, era isso que eu queria ver, franqueada a palavra. O
1981 plano que foi identificado foi um equívoco de avaliação do empreendedor entre compra
1982 assistida e realocação, desta forma quando seu Navarino fez a denúncia, foi acolhida e
1983 constatado pelo empreendedor que existe sim o erro, outros 04 casos, eles farão a revisão e
1984 em 30 dias entregarão o relatório pra gente poder entender o que foi feito certo ou errado e a
1985 possibilidade de fidelização da situação por parte do empreendedor , neste primeiro ponto é
1986 isso gente , alguém quer perguntar ? Alguma pergunta primeiro ponto de pauta? Adriana da
1987 SEAPA: eu queria aproveitar para esclarecer que na última plenária eu tinha a
1988 responsabilidade de apresentar a relatoria justamente do caso do Sr. Navarino , e que houve
1989 um imprevisto, não foi possível eu vir, a gente tentou uma negociação dias antes para ver se
1990 a pessoa que estava indicada como suplente pudesse fazer a relatoria no meu lugar, mas na
1991 verdade ela ainda não estava empossada , isto também não era possível , eu viajei com o
1992 compromisso de fazer esforço de voltar para apresentar a relatoria mas também fiquei presa
1993 em Montes Claros , não consegui voltar e ficou um vazio desta relatoria, mas a relatoria foi
1994 feita, quer dizer o relatório escrito está feito, já foi repassado para comissão de normas,
1995 ontem este assunto foi devidamente tratado com a minha participação e com subsídio do que
1996 foi a minha visita ao município, só para esclarecer , muito obrigada. Rodrigo: antes da gente
1997 passar para o ponto dois , só queria trazer aqui na reflexão. Roberta: Só queria entender se
1998 foi aprovado o encaminhamento, antes da gente passar. Rodrigo: Só trazer aquela reflexão
1999 que a Presidente fez agora pela manhã do mix mercado é um tipo de caso de mix mercado, a
2000 gente não vai esmiuçar aqui o relatório, mas alguém que era consultor lá fez uma avaliação
2001 equivocada e conduziu o empreendimento a esta situação, então dá certinho(não audível).
2002 Ponto dois, a Federação de comunidades terapêuticas Evangélicas do Brasil FETEB,
2003 encaminhou ao CEAS uma correspondência informando sobre as inscrições das
2004 Comunidades Terapêuticas nos Conselhos Municipais de Assistência Social ainda relata na
2005 correspondência que os art. 7 e 8 da lei 12.868/2013 que dispõe sobre a certificação na
2006 saúde, tem causado vários problemas (não audível) nas comunidades terapêuticas devido a
2007 má interpretação em vários Conselhos Municipais sobre estes artigos , a comissão dá um
2008 encaminhamento, devido a reunião com empreendedor do primeiro ponto de pauta Guanhães
2009 Energia não foi suficiente para realização da reunião com a Comissão de Política que era algo
2010 que a gente precisava tratar com a Comissão de Política , porque quando foi falado mais
2011 cedo, além da questão da saúde existe questões aqui de Política Pública de Assistência, a
2012 gente vem escutando aqui (não audível) como foi falado aqui por conselheiros , pela
2013 Presidente, tem situações que realmente exige execução direta, podem ser configuradas
2014 como assistência e assim elas podem ter por direito a sua inscrição recebidas do Conselho
2015 Municipal de Assistência Social, a gente faz a sugestão da comissão, uma reunião com a
2016 conselheira Tanit que coordenou uma capacitação na saúde sobre Comunidades
2017 Terapêuticas , representantes de Entidades, públicas e privadas que conheçam sobre o
2018 trabalho das comunidades terapêuticas para o CEAS, emitindo um posicionamento sobre
2019 inscrição das comunidades no CMAS , a gente pensou o trato e a devida responsabilidade
2020 com as duas políticas saúde e assistência social, por algum motivo não vir a saúde suprimindo,
2021 possa vir pela Assistência, a gente acaba tomando a responsabilidade de algo que a gente
2022 precisa de um esclarecimento um pouco mais profundo. Fernanda: aproveitei a oportunidade,
2023 Tanit me ligou, ela falou que a discussão é bem oportuna, que ela está disponível , é lógico
2024 que ela entra de licença maternidade dia 01 de julho. Roberta: só queria separar gente,
2025 porque se não a gente não vai conseguir encaminhar com precisão o que está posto ali, uma
2026 coisa está acertado que nós vamos fazer esta discussão da Comunidade Terapeuta sem
2027 dúvida nenhuma, foi aquilo que eu disse , vocês com a Comissão de Política vocês vão ter a
2028 melhor forma de fazer este desenho com as pessoas, Volney sugeriu que 02 ou 03 nomes ,
2029 fazer o desenho que as 02 comissões entenderem que deva ser feito , agora quanto a

2030 questão do encaminhamento da federação é que eu gostaria que a gente se debruçasse para
2031 deliberar em cima disso aqui , o que eles estão pedindo é justamente aquilo que eu disse, do
2032 ponto de vista legal que existe da tipificação é que a gente reafirme a posição para inscrição
2033 lá , acho que a gente não pode misturar as duas as coisa sob pena de delongar com este
2034 processo de discussão nossa aqui e a gente não atender o que de emergência precisa ser
2035 colocado. Fernanda: mas a proposta da Tanit é justamente isso, que a gente faça primeiro as
2036 nossas discussões internas, inclusive ela como membro da Comissão de Política, este outro
2037 momento que vai ser debatido outras questões que não mais essa , que a gente faça estas
2038 discussões , acho que ela está no mesmo nível de raciocínio. Roberta: eu não estou
2039 discutindo a discussão dela, eu estou discutindo isso aqui , o que tá posto ali Fernanda: O
2040 que a gente coloca é justamente que na comissão a gente debruce sobre estas questões
2041 internas e que esse outro momento que estava sendo proposto era uma outra proposta.
2042 Roberta : eu continuo dizendo que ainda não é a mesma coisa, existe uma correspondência
2043 que veio para CEAS, da Federação dizendo o seguinte, se for o caso a gente gostaria até
2044 que lesse a correspondência para a gente entender do que nós vamos ter que deliberar ou
2045 não aqui nessa casa agora , a outra coisa é o que a gente já consensuou o que nós
2046 precisamos aprofundar no debate , se for o caso até para sugerir uma retipificação uma
2047 outra coisa , agora nós temos que deliberar em cima desta proposta aí que foi solicitada para
2048 nós , para que a gente não perca tempo , dentro do que está normatizado, só reafirmar que
2049 as Comunidades Terapêuticas que fazem serviços, programas e projetos , afinados com
2050 serviços sociosassistenciais, portanto elas devem ser inscritas no Conselho, nós só vamos
2051 afirmar o que tá lá , e que não precisa de um debate aprofundado para a gente afirmar o que
2052 tá escrito lá, na regulação de inscrição de entidade. Fernanda: eu só estava acompanhando o
2053 raciocínio da própria comissão que coloca que eles não sentiram seguros para tomar esta
2054 decisão agora Volney: Eu faço parte da comissão o encaminhamento é que nós entendemos
2055 que não podemos deliberar sem conhecer profundamente todas as legislações pertinentes.
2056 Roberta: então são duas propostas, tem esta proposta da comissão e tem a proposta que eu
2057 estou fazendo aqui, eu também não posso deixar de deliberar em cima de uma coisa dizendo
2058 que os conselheiros não conhecem todas as legislações pertinentes , inclusive de inscrição
2059 de entidade, dizer que nós não conhecemos , uma coisa é dizer que a gente não teve tempo
2060 para aprofundar , agora dizer que a gente desconhece legislação de entidade é muito sério
2061 para este conselho, e a minha sugestão é , que aqui e agora a secretaria executiva busque a
2062 legislação e a gente pontue o artigo só para a gente reafirmar , porque se não conhece a
2063 legislação, nós podemos colocar legislação aqui que regula a inscrição de entidade e aonde a
2064 gente pode se pautar neste parecer , só isto. Anália: A Resolução 016/2010, foi revogada e
2065 esta semana nós recebemos a Resolução nova, eu ainda não conheço a resolução nova ,
2066 não sei o que mudou em relação a isto , se alguém já tiver lido e puder passar pra nós
2067 .Consolação: para esclarecimento até tecnicamente , a reafirmação daquilo que é possível
2068 não está ferindo em nada qualquer entendimento do conselho, porque as comunidades
2069 terapêuticas . Roberta: peguem pra gente por favor a Resolução nova , porque se de fato não
2070 conhece , temos que colocar na mão dos conselheiros , se ela foi revogada de 2010 e
2071 recentemente saiu , obrigação nossa é colocar na mão de todo mundo , se não der para
2072 discutir agora aí eu concordo , vamos discutir na próxima. Consolação : foi encaminhado para
2073 todos os conselhos não só está como outras resoluções do conselho nacional e antes disso
2074 ser encaminhado, foi encaminhado ainda o boletim falando do acesso dela , a gente repassa
2075 o boletim do conselho nacional quando da liberação falando da publicação , depois nós
2076 encaminhamos inclusive a resolução que a até o Júlio encaminhou do diário da união, mas
2077 antes disso nós já tínhamos a reportagem , que sempre sai um boletim do CNAS com um link
2078 de acesso as resoluções , não é nada extenso demais ou complicado que já estava tratando
2079 da resolução 16 entender, ela não foi nada em relação a comunidade terapêutica, ou qualquer
2080 outra , porque aqui a gente está falando dela específica, mas qualquer entidade que tiver
2081 serviço , programa , projeto benefício continua inscrevendo, ela tem o direito e reafirmar isto
2082 não fere nada da assistência social nem precisa de um aprofundamento , é uma reafirmação ,
2083 talvez pra que no conselho municipal muitas vezes ele pega o nome da entidade para
2084 inscrição , este que é o erro , então reafirmar que tem que ser analisado que eles tem direito
2085 de inscrever quando tem este programa projeto e vai estar de acordo com a resolução posta
2086 , que normatiza a inscrição , não tem nada que fira, pelo contrário é o orientador que facilita
2087 bastante na ponta dos procedimentos e deliberações . Denise; Eu acho que é só erro de

2088 condução , confusão que a gente tá fazendo , é por causa da (n audível) da discussão de
2089 manhã proposta muito bem pela Roberta e referendada pela Fernanda, uma coisa é a gente
2090 compreender a lógica em funcionamento da comunidade terapêutica, outra coisa é uma
2091 entidade que por acaso é uma entidade terapêutica perguntando do processo de registro
2092 dentro do conselho , e diante desta pergunta penso que não nos resta outra escolha se não
2093 responder diante do que está escrito na norma , pega a norma e vamos descrever e vamos
2094 responder para quem perguntou, tal qual está na norma , não vamos nos ater a discussão do
2095 que está posto para uma comunidade terapêutica, que a gente não tem domínio e nem
2096 sabemos se vamos dominar mesmo após a capacitação. Roberta; acho que a Denise clareou
2097 bem o que é que a gente precisa encaminhar nesta questão, e a outra questão é da gente se
2098 debruçar em cima de entidade terapêutica se é ou não dentro do sistema único. Anália: pelo
2099 que estou entendendo, quem está pedindo esclarecimento é a entidade que representa todas
2100 elas e não uma só, não é isso? É muito sério isso. Roberta: É porque a federação disse
2101 assim: as entidades estão com dificuldades de inscrição então ela representa igual a
2102 federação do Geraldo que representa as entidades, ela faz o questionamento em nome das
2103 entidades. Shirley: para esclarecer, no caso seria de acordo com a legislação e plano de
2104 ação apresentado pela entidade que seja inscrito este plano de ação de acordo com o projeto
2105 . Roberta: acho que a gente não vai se ater a miúdos de plano de ação, se não a gente corre
2106 o risco de escorregar, o encaminhamento da denúncia foi correto, a gente dizer que
2107 conforme a legislação, inclusive anexa, as entidades de Comunidade terapêutica dentro dos
2108 artigos que compete , põe lá os artigos, se elas contemplarem estes artigos elas fazem parte
2109 da rede sócio assistencial só isso. O modo como fazer isso já está tudo regulado. Shirley:
2110 sim, estou dizendo só a resposta , estou falando do ponto de vista prático porque aí a gente
2111 esbarra nesta questão que você acabou de dizer , a definição da comunidade terapêutica
2112 (não audível) SUAS também esbarra nesta questão do plano de ação, então no caso seria os
2113 planos de ação e não seria a entidade que teria inscrição no conselho, é isso ? Roberta: não
2114 é plano de ação, é o serviço. Shirley: o serviço dela que seria inscrito, não a entidade .
2115 Ronaldo: na verdade continua a dúvida Roberta, só para esclarecer, nós temos dois tipos de
2116 inscrição de entidade , nós temos dois certificados distintos de acordo com a legislação
2117 vigente , uma é inscrever entidade e outro inscrição de programa, projetos e serviços ou
2118 benefícios, eu entendo que neste caso aí seria inscrito programa, projetos e benefícios , até
2119 porque a gente tem inscrito, é uma experiência que a gente tem no município de Juiz de Fora,
2120 as escolas passaram a ser , a sua legislação vinculada ao MEC, quem tem projeto nós
2121 estamos lá, escolas e faculdades que tem programas e projetos de assistência social
2122 inscrito no conselho de Assistência Social , a entidade não , porque que os critérios são de
2123 acordo com a 12.101 aí cabe ao MEC, a saúde é a saúde , assistência social é assistência
2124 social. Roberta: corretíssimo. Ronaldo: mas o serviço, programa e projeto, ele deve ser
2125 inscrito no conselho de Assistência Social. Roberta: nós estamos lendo aqui o artigo não
2126 altera nada em relação que estamos falando, mas por toda via se liberássemos aqui
2127 mandaremos a correspondência. Tenho duas propostas: uma proposta da comissão que
2128 inclusive o Volney está endossando, dizendo que o Volney faz parte da comissão , dizendo
2129 que não tiveram tempo de debruçar e portanto remeteria em outro momento para dar a
2130 resposta e tem uma outra proposta , proposta nº um da comissão , proposta nº dois a que eu
2131 fiz o encaminhamento da qual a Denise fez o esclarecimento. Estamos esclarecidos para
2132 votação conselheiros? Pergunto eu. Ok, então vamos para votação por microfone e que a
2133 secretaria executiva ficasse atenta, nós vamos votar, proposta um e proposta dois, lembrando
2134 proposta um é da comissão e proposta dois que eu encaminhei e a Denise clareou melhor a
2135 proposta , pode ser assim? Roberta: Volney? Volney: proposta um Júlio: Proposta dois.
2136 Hermellis: proposta dois. Shirley: proposta dois . Mila: proposta dois. Denise: proposta dois.
2137 Não falou nome proposta um. Angélica: proposta dois. Rodrigo: Proposta um e também
2138 queria dois, eu acho que a gente pode melhorar ela as duas , não precisamos dividir em
2139 duas propostas , a gente consegue resumir e fazer algo redondo. Roberta: mas aí teria que
2140 ser uma terceira, quando eu fiz os dois encaminhamentos, duas propostas, você poderia ter
2141 feito, eu quero proposta três que é ajuntar as duas , você não fez . Fernanda: proposta um.
2142 Daniel: proposta dois. Ronaldo: proposta dois. Luiza: proposta dois. Anália: proposta dois.
2143 Roberta proposta dois: Onze proposta dois e quatro proposta um. ROBERTA: Aprovado
2144 então a proposta, agora é redigir a resolução confirmando e não esquece do
2145 encaminhamento da legislação anexa para que a federação inclusive de ciência a todas as

2146 entidades terapêuticas , agora lembrando Rodrigo que a proposta da comissão do que a
2147 gente faz a discussão mais aprofundada ela está de pé e as duas comissões organiza e ver
2148 a melhor forma . ANALIA: gostaria de sugerir também Consolação para constar na
2149 correspondência as questões do ES por que os municípios que tem conselhos municipais
2150 ante droga eles dão , eles fazem esta inscrição da entidade então os municípios tem
2151 conselho de municipal de Assistência social e diferenciado , entendeu! Não é porque, olhe
2152 aqui , é mesma coisa uma entidade por exemplo de atendimento a criança e adolescente, é
2153 isto ai , eles fazem o registro lá no criança e do adolescente , porque a inscrição , eu
2154 gostaria que citasse mais eu não sei que você como vai elabora isto! ROBERTA: Eu Anália
2155 discordo não tem nada ver E com essa correspondência nossa ,o fazem a inscrição no
2156 conselho de Ante Drogas, OK! Aqui eles estão pedindo no conselho da assistência Social
2157 que é um encaminhamento que eles vão fazer ,inclusivo acredito eu , para capacitação na
2158 área a assistência e provavelmente certificado de filantropia não tenho dúvidas disto ,
2159 agora se ele vai inscrever ou não no E é outra discussão que o próprio conselho estadual
2160 ante droga está encaminhando esta deliberado com os conselhos municipais do ponto de
2161 vista nosso simplesmente em relação assistência social , nós não que referendamos E nada.
2162 Comissão de Normas continua. Rodrigo: Ponto 03, correspondência do dia 24/2014 consorcio
2163 Itaocara informando sobre encerramento das atividades do posto de atendimento Social da
2164 UHE Itaocara ,mais a empresa permanecera no local com assistência social , segundo as
2165 informações do empreendedor o consorcio são formados pelas empresas Itaocara
2166 ENERGIA ILIMITADA e CEMIG requereu a ANEL uma rescisão do contrato de concessão
2167 ainda que a concessão será objeto de novo leilão durante o ano de 2014 , não tendo data
2168 prevista para se realizar , após o leilão reabriu o posto com a equipe inicial de um
2169 Assistentes sociais , um psicólogos e um advogado. Antes do encaminhamento foi explicado
2170 pra gente da comissão que uma questão técnica enquanto se faz o laudo , então , a Itaocara
2171 ela não tem o compromisso de manter um profissional de assistente social no local a gente
2172 faz um encaminhamento a parti das discussões da comissão no dia que acabar a
2173 suspensão e atividades do posto até o novo leilão com assistente social , ainda solicitar o
2174 empreendedor relatório do monitoramento da área atingida para avaliação no caso de
2175 constatação de um impacto negativo o CEAS solicitará medidas corretivas . ROBERTA: Em
2176 discursão, para aprovação, aprovado. Eu só queria fazer um sugestão para , aliás não é uma
2177 sugestão eu gostaria de solicitar que a equipe técnica do conselho , tudo que a gente
2178 deliberar que vem da comissões dessas discussões em relação a PCH eu sugiro e oriento
2179 que tire cópia e ponha dentro do processo , a gente tivemos caso que delibera as coisas
2180 aqui ai o processo anda , tem alguns problemas lá na frente e as vezes as deliberações
2181 que a gente toma aqui em relação ao processo de PCH quando chega lá na frente a
2182 gente toma outro completamente diferente , então! Eu quero pedir que tudo que a gente
2183 deliberar em relação a PCH tire copias desses encaminhamento e anexa dentro do processo
2184 ,pra gente inclusive compreender o que foi feito que ali o empreendedor está pedindo pra
2185 suspender o posto, ele está dizendo estamos acabando de acatar, está que o posto está
2186 suspenso ele vai manter , lá na frente a gente recebe um denuncia que o posto está fechado
2187 e a gente começa a discussão tudo de novo eu já passei por isto Consolação eu estou
2188 sugerindo , estou solicitando só colocar no processo pra gente lembrar essa decisões que
2189 estamos tomando aqui , que uma forma de instruir o processo também Consolação: Só
2190 tenho a esclarecer senhora presidenta, que isto a gente faz com toda correspondência que
2191 chega de usina ela fica no processo daquela usina, comparecer técnico inclusive da Rosa,
2192 sumula da reunião. ROBERTA: Então deixa eu clarear, o que eu estou falando se você não
2193 entendeu, você tem lá a correspondência e tem o parecer técnico, aqui estou pedindo a
2194 deliberação entendeu! Aqui nós vamos colocar a deliberação, você tem o parecer técnico dá
2195 pra comissão, a comissão discuti, a comissão encaminha e a gente delibera e agora a minha
2196 sugestão que tire cópia dessa liberação e coloca dentro do processo para gente compreender
2197 o processo, por isto que chama processo. Porque se não na hora que a gente estiver
2198 folheando lá , eu já vi caso aqui que a gente deliberou pela suspensão do posto teve uma
2199 denúncia, depois teve aquela confusão e este empreendimento teve três discussão aqui.
2200 Gente foi deliberado aqui que teve, acatou por decisão por suspensão e foi a discussão com
2201 todo empreendimento. Eu estou pedindo isto deixo eu tira cópia e colocar dentro do processo.
2202 RODRIGO: Ponto 04, PCH DAS AGULHAS, o empreendedor informa que o posto está
2203 funcionando temporariamente com apenas um profissional desde o dia 15 de maio de 2014

2204 devido ao pedido demissão de psicóloga. A comissão de normas fazem o encaminhamento
2205 de determina o prazo de trinta dias para a contratação de um novo psicólogo. DENISE: Eu só
2206 entender ele só comunicou? Ele deu um comunicado para colocar ciente o conselho e ele não
2207 fala inclusive de nova contratação, a gente está falando de indicativo de prazo de trinta dias
2208 RODRIGO: E disto. DENISE: E factício, vocês avaliaram. RODRIGO: Então a comissão
2209 entendeu que sim. ROBERTA: Acatado gente, aprovado? RODRIGO: Ponto 05, PCH RIO
2210 MANSO solicitação do empreendedor de prorrogação do prazo de instalação do posto de
2211 atendimento social, após o leilão para venda de energia. A comissão faz seguinte
2212 encaminhamento, encaminhar correspondência ao empreendedor informando que aguarde a
2213 resolução nº 317/2017. DENISE: Esta resolução é que autorizou. RODRIGO: Resolução e a
2214 da licença de instalação e da licença de operação, ela dá o período de trinta dias instalação
2215 do posto, então na plenária passada a gente trouxe esta discussão pra cá, a gente
2216 pretende com a comissão de normas e mais convidados em grupo fazer esta revisão da 317
2217 e 318 evitando discaste com os atingidos e também com os empreendedores com esta
2218 questões está além do conselho que a liberação da ANEL do COPOM da FIAN, então a
2219 proposta que a gente visa as resoluções para facilitar a vida do atingido e o empreendedor.
2220 ROBERTA: Clarear aqui pra ver se eu estou entendendo, na última plenária nos havia tirado
2221 que nesta plenária, já teria, eu só não estou doida gente, que em junho, a gente
2222 apresentaria é isto? em junho a gente apresentaria uma pré proposta de discursão de
2223 alteração da resolução porque nós temos vários casos, vários pedidos como do Rio
2224 Manso dizendo que tendo em vista que o empreendedor não consegue a licença na
2225 ANEL, que as vezes demora dois anos e as vezes nem acontece como a nossa resolução
2226 fala aprovado o PAS ele tem que tem 30 dias pra estalar o posto. E a gente falou para gente
2227 falou vamos abrir uma discussão, então pra gente alterar essa resolução, porque o que a
2228 gente está entendendo que esta resolução ela não está sendo, atendo a estas questões, eu me
2229 lembro que a comissão de normas, Ah! nós temos uma proposta e a gente debater, não é isto
2230 que nós estamos querendo a gente precisa aprofundar e trazer a resolução como um todo
2231 para ser alterada. A pergunta é esta que, foi RIO Manso que provocou esta discussão. A
2232 comissão de normas teve uma discussão de alteração dessa resolução? ou não!
2233 RODRIGO: Previsão disto e pra ontem, mais não tivemos não! Pela questão das outras
2234 agendas e também da complexidade do assunto e também nos vamos precisar de
2235 convidados pra aprofundar e ai a resposta é não. ROBERTA: Então pelo menos vocês
2236 fizeram um cronograma, alguma coisa quem são os convidados só pra gente entender.
2237 RODRIGO: Está no próximo ponto, posso ler? ROBERTA: Pode. RODRIGO: Ponto 06 a
2238 gente falou sobre esta revisão da 317 e 318, a gente faz o seguinte encaminhamento pra
2239 aprovação da plenária pra o futuro dos trabalhos, devido o conteúdo extenso da pauta
2240 comissão de normas deste do dia de ontem e inclui o atendimento ao empreendedor de
2241 usina a comissão agendou uma reunião extraordinária para os dias 25 e 26 das 9 horas
2242 da manhã as 17 horas, a gente faz aqui o convite aos conselheiros passados deste CEAS
2243, Marcelo Armando e márcio caldeira para apoiar as discursões e até encaminhara para os
2244 conselheiros a resoluções para avaliação e sugestão que devem ser encaminhadas o dia
2245 18 /06/2014. Este último ponto é extensivo a todos os conselheiros caso tenha alguma
2246 contribuição e sugestão, alguma crítica, reclamação e sugestão. A gente está aberto pra
2247 tentar aprimorar as resoluções, é isto. ROBERTA: Em discussão, eu queria consultar a
2248 comissão da secretaria executiva, a indicação em relação ao dois conselheiros, as
2249 condições para este conselheiros vir, todos os dois são de Belo Horizonte. CONSOLAÇÃO:
2250 Pois a gente vai ter que conversa com eles, porque ele está vindo aqui muito falando que
2251 estava com trabalho aqui, mas tem que consultar, que na verdade ele estava vindo de
2252 Congonhas, tem consulta está certa, a questão de diária. ROBERTA: Vai consultar os dois
2253 conselheiros inclusive da disponibilidade de agenda e tudo. Plano B não sendo os dois
2254 conselheiros tem mais algum convidados. A comissão participa inicia as discussões mesmo
2255 sem convidados. RODRIGO: Positivo. ROBERTA: Positivo, aprovado, mais alguma discussão
2256 gente em relação a isto, Aprovado. Comissão normas já terminou. RODRIGO: Tudo
2257 concluído, obrigada. ROBERTA: Comissão de orçamento, mais tem mais alguma questão.
2258 MILA: Não a gente só teve análise da prestação de contas ontem a próxima pauta vai ficar
2259 para próxima plenária. ROBERTA: E só uma sugestão para próxima comissão Orçamento,
2260 eu não se vocês chegaram a pensar nessa discussão junto com a comissão de apoio, por
2261 exemplo os municípios vão entrar em, preparar a lei de orçamento para 2015. Nos conselho

2262 estadual não vamos fazer nada, não vamos orientação, nada. Isto é uma pergunta que fica no
2263 ar tá gente. MILA: Tá nós vamos analisar na próxima comissão, tá a gente prepara alguma
2264 coisa. ROBERTA: Comissão de apoio. ANALIA: A comissão participou ontem o dia todo junto
2265 com reunião ampliada e com outras comissão participando da comissão , capacitação sobre
2266 ética e nós trabalhamos a apresentação para os conselheiros da proposta de capacitação
2267 das URCMAS dentro do que foi apresentado ficou a sugestão de reduzir o número de slides
2268 de 22 para 16 para redução do tempo que ontem apresentação foi ultrapassada de uma hora
2269 e a proposta e conselheiros irem pra reunião de URCMAS preparado para falar sobre união
2270 dos conselhos e fortalecimento dos conselhos municipais e ter espaço pra debate , então o
2271 que foi proposto foi isto, agora falta a comissão não tivemos espaço para unir a comissão
2272 trazer um cronograma de capacitação do eu está chegando de demanda no CEAS, pode
2273 complementar o Ronaldo. RONALDO: Na verdade foi feita esta explanação com Anália disse
2274 e colhemos alguns sugestão foi uma comissão ampliada entendendo a necessidade de agilizar os
2275 trabalhos adequar as laminas foram todos capacitados dentro de mesma linha e tenhamos
2276 uma mesma linguagem os conselheiros estaduais estarem aptos em atuar em qualquer que
2277 seja o município . E chegamos na conclusão também da necessidade de rearticulação das
2278 URCMAS haja vista de nosso estado de poder consolida este sistema único de assistência
2279 social do nosso estado. ROBERTA: Pergunta sim, a comissão de apoio não tem nenhum
2280 encaminhamento na proposta reunião que nós vamos apresenta o cronograma em cima das
2281 demandas já existente . ROBERTA: Na próxima reunião está plenária vai ter o cronograma de
2282 capacitação que será feita com as URCMAS , É isto ? RONALDO: Isto, já foi feito muito
2283 capacitação aqui para os conselheiros estaduais neste plenário já o cronograma de
2284 capacitação das URCMAS . ROBERTA: Já fez o cronograma? RONALDO: Não, será
2285 apresentado o cronograma na próxima reunião. ROBERTA: Agora as comissões esgotaram
2286 todas, Hermellis você mantém o seu aviso ou você pula .Apresentação de aquisição de
2287 alimentos do PPA , Júlio por favor . JULIO: Só pra dar uma informação dia 07 de junho o
2288 instituto estará realizando fórum regional de entidade contando com a participação dos
2289 conselheiros , do Ronaldo e do Volney e também representante do conselho do direito da
2290 criança ,estamos conversando com a participação da sociedade civil dos conselhos sobre
2291 também capacitação de recursos e os temas ligados a entidade então vai ser dia 07 na
2292 minha cidade de Manhumirim , fórum regional de entidade com o tema papel da entidade o
2293 contexto estadual ,, seria na parte da tarde de 13 ás 18 hs . HERMELLIS: A visita pelo
2294 serviço da caixa como foi proposto a duas plenárias, duas ou três não é Volney , duas.
2295 Então ontem eu estive na parte da tarde foi uma visita de mais ou menos uma hora e pouco
2296 estiveram, acompanhando comigo a Vania que estava aqui na planaria, Mais duas pessoas
2297 que é a Leticia Lima que é a coordenadora e a Luiza Lima que é a coordenadora dos próprio
2298 posto de atendimento , e então visitei todas as instalações atualmente . ROBERTA: Só para
2299 entender aqui Hermellis , nós tiramos quantas liberações de conselheiros para visitar , só
2300 você ? HEMELLIS: Foi eu e Volney : ROBERTA: E só para gente entender e eu gosta de
2301 fazer essas reflexões , porque a caixa foi chamada aqui pra fazer toda exposições aqui pra
2302 nós de todos questionamentos inclusive o senhor Volney ,seria a pessoa interessada
2303 conhecer todo o sistema e na hora que agente organiza para conhecer tudo e a gente vai
2304 com um conselheiro só. Eu estou colocando que esta decisão porque mais tarde na hora de
2305 tomar , porque na hora que a gente chama um órgão pra trabalhar todo com todas as
2306 denúncias que teve do bolsa família em relação a capacitação , ai este colegiado, que nós
2307 ficamos quase duas horas , houve vários questionamento inclusive com imposição sua , e
2308 você disse aqui em bom tom , eu preciso conhecer eu quero conhecer quero fazer parte eu
2309 quero conhecer e depois na hora de fazer a visita chega lá e vai um conselheiro só , eu acho
2310 que esta coisas a gente precisa assim , mesmo que você pudesse quando tomou esta
2311 decisões que jogasse pra mais conselheiros participar , porque um conselheiro só para
2312 participar ,porque uma visita dessa dimensão de que foi pontuado o assunto aqui. Me causa
2313 muito estranheza porque nós tivemos todo uma relatório de avaliação da capacitação da
2314 caixa de denúncia dos municípios em relação a caixa econômica , a caixa despenca de lá
2315 vem aqui, por convocação deste colegiado e aqui nós fizemos só de questionamento e
2316 aqui ficou deliberado e ela disse estou em plena disposição e que você conhece todos e uma
2317 hora a gente manda primeiro não de responsabilidade de conselheiro . Poderia muitíssimo
2318 bem, sem discussão e colocado mais conselheiros que ser toda problemática de entender e
2319 que foram pautados aqui . HERMELLIS: Atualmente neste tele serviço que existe aqui no

2320 Brasil, em Belo horizonte e um dele e existe 582 postos de atendimento que eles chama de
2321 PPA, que são as cabines, em três turnos constante no atendimento variando o atendimento
2322 para seis horas que cada u trabalhar e isto depende do s feriados e finais de semanas. A uma
2323 variação de área deste atendimento que uma das coisas que eu questionei que foi
2324 pensado aqui por causa da plenária, eles tem o script, eu acompanhei um atendimento ela
2325 colocou no viva voz e que eu presenciei foi o usuário final de família a maioria dos
2326 atendimento para saber data do pagamento , concessão de benefício ele abre o chamado ela
2327 tem o script que vem no computador que não fica no , não tive como pegar uma cópia , ela
2328 fica no sistema e ele padrão no Brasil inteiro ela tem acesso a todo o sistema para dar
2329 informação ao usuário e ali também pode ser feito tanto para o usuário ou para o gestor
2330 então esta demanda em questão lógica mesmo do sistema telefônico para direcionar o tele
2331 serviço aqui em Belo Horizonte tanto quanto de Brasília e de São Paulo . Então essa
2332 atendente no final do dia para relatório para essa coordenadoria existe uma sessão de apoio
2333 a este postos de atendimento que recebe essa demanda no final do dia e avalia todo este
2334 atendimento e além deste apoio técnico existe outra coordenadoria que valia
2335 esporadicamente os atendimentos ,eles tem lá da sessão deles acesso ao computador ao
2336 atendente e pode acompanhar com eles esporadicamente eles fazem periodicamente que
2337 não é todo dia o atendimento para esta fazendo essa avaliação . Quando se percebe que o
2338 atendente está fugindo um pouco do, protocolo as vezes fazendo este desacato ao
2339 atendente eles são chamados pra fazer este feedback até para estar aprimorando este
2340 atendimento . Existe salas especificas pra isto são três que eu vi , além das salas de
2341 capacitação e outras duas que são bem maior para fazer a capacitação continuas com estes
2342 atendentes. A relação entre gestor no MDS da caixa é tem bem feita por essa esta
2343 coordenadoria centralizadora mais e feita a nível de gestão nacional então a caixa lá em
2344 Brasília tem contato com serviço do Brasil em geral com contatos diretos em relação com
2345 gestor federal que eles pautaram também que as pessoas podem confundir eles pensam
2346 que lá e só exclusive para o bolsa família e o cadastro único ele bem mais amplo uma
2347 unidade de exclusividade do bolsa família, Então lá a questão que uns atendente estão
2348 preparados para atender esta duas demandas. ROBERTA: Cad. único e do bolsa família?
2349 HERMELLIS: Do cadúnico e do bolsa família. VOLNEY: Bom Roberta eu quero da seguinte
2350 forma realmente eu fui umas das pessoas que da caixa ontem consequentemente a senhora
2351 não estava no CEAS e conversa com a secretaria executiva foi me recomendado como a
2352 presidenta não está acho opotuno9 você está aqui para acompanhar os trabalhos do CEAS
2353 eu até me justifiquei que eu não achava importante porque por que era comissão de ética
2354 que o Rodrigo apresentou e há presenciei o relatório e depois eu coloquei um outro
2355 conselheiro que pudesse ir junto com Hermellis e ninguém se manifestou interesse então
2356 tinha poucos conselheiros aqui ontem também principalmente os governamentais não
2357 estava aqui ontem pouquíssimos estava aqui , então quero justificar a minha ausência e o
2358 meu questionamento coloquei para ela expliquei que levasse não é Hermellis em relação a
2359 script , capacitação e todas as minhas dúvidas eu pedi para que ele averiguasse e eu
2360 lamentei muito de não poder ter ido . ROBERTA: Eu queria até acrescentar por que eu fiz
2361 questão de colocar isto por que a própria casa acho que me ligo com esta observação o
2362 seguinte primeiro pelo fato de eu não estar aqui ontem , você vai me desculpar mais eu
2363 queria pedir a Consolação que não me encaminhasse nenhuma preposição na tomada de
2364 decisão para falar isto porque normalmente não participo nas decisões de comissões , não
2365 participo e a única coisa da mesa diretora que pela manhã fazendo hora eu queria pedir
2366 encarecidamente a comissão a secretaria executiva não encaminha essas decisões para
2367 tomada , segundo o fato de você optar para ficar aqui lamentando muito inclusive a
2368 estranheza da não visita sua por parte da caixa que me ligou que disse assim Roberta eu
2369 gostaria muito que o conselheiro estivesse porque ele levantou questões inclusive em
2370 relação de trabalho do pessoal do telemarketing foi debatido com muita violência eu falei eu
2371 sinto muito eu lamento vou procurar ver o que aconteceu porque nós procuramos criar
2372 todas as condições para atender para deliberação da plenária em volta a insistir o fato de eu
2373 não estar aqui ontem eu não participei da mesa diretora porque essas discursões das
2374 comissões na parte da tarde conforme organizado e volto a pedir eu quero que a comissão
2375 a secretaria executiva encaminhar para pauta para tomada de decisões sobre pena de a
2376 c gente ter este encaminhamento no meu entendimento equivocado uma vez que a caixa
2377 me liga e diz Roberta causo me estranheza uma vez que fui chamada na caixa por favor

2378 Consolação , fui chamada na caixa lá no CEAS para debate o senhor volney conselheiro
2379 falou com muita veemência pontuo vários questionamento eu me prontifiquei eu quero
2380 pedir que outros conselheiros pareça na caixa pra gente poder compreender as denúncias
2381 que vieram das capacitações compreender o papel da caixa vi como Hermellis colocou
2382 muitíssimo bem o relato dele e para gente poder ver o que de denuncia que está vindo aqui
2383 o que a gente está fazendo uma hora no afoite do debate todos os apontamentos mais na
2384 hora de verificar as questão a gente toma outra decisões porque que eu estou colocando
2385 esta questão . VOLNEIY: Só lembrando também que o primeiro a agendamento pela caixa
2386 econômica ele foi cancelado por eles mesmo, eu só quero lembrar que tem este detalhe.
2387 HERMELLIS: Eu só quero acrescentar a primeira coisa que a Vera perguntou foi na sua
2388 ausência, porque que o Volney não veio, no final ela colocou à disposição se quisesse levar
2389 mais conselheiro que eles estaria à disposição. VOLNEY: Consolação sem dá o
2390 encaminhamento eu me disponho por favor consolação eu quero outro conselheiro disponível
2391 e faço questão de ir a caixa. Algum outro conselheiro gostaria de me acompanhar? Rodrigo a
2392 gente pode. RODRIGO: Vai ser possível sim! RONALDO: Eu acompanhei esta discussão
2393 realmente na ausência da presidenta, o vice-presidente assumiu as condições dos trabalhos
2394 que mais que tenhamos respeito a caixa, eu entendo que a caixa de respeito qualquer que
2395 seja conselheiro que sai desta casa para poder fazer esta visita e uma vez que o próprio
2396 conselheiro Volney ele se sente contemplado a visita do Hermellis: quando ele passa para ele
2397 quais foram as questões então acho que houve eu não entendo nem, nenhum desinteresse
2398 da parte do nosso conselheiro e acredito que você com muita experiência traz a resposta
2399 para este colegiado do questionário . ROBERTA: Aqui eu só quero colocar claro na minhas
2400 colocações não diz que a caixa desrespeito eu disse desinteresse do conselheiro pelo Volney
2401 trazer a informação e foi colocado isto é só para gente entender os encaminhamentos.
2402 Hermellis: Na última apresentação para elas eu está ali com visão do gestor do bolsa família
2403 no município participei as capacitações, então foi importante está colocação, porque além
2404 está fazendo esta visita estava tendo a oportunidade de visão como gestor do bolsa família no
2405 meu município. ROBERTA: Vamos iniciar, o nosso convidado está aqui, eu queria Raul que
2406 você apresentasse aqui todos nós somos conselheiros Estaduais de assistência Social, qual a
2407 sua colega Adriana faz parte é conselheiro e este debate como a fazer aqui e você terá
2408 quanto tempo estimado só da sua fala, só pra gente coordenar os trabalhos. RAUL: Terei um
2409 tempo de trinta minutos. ROBERTA: A gente tem um tempo de 30 minutos depois a gente
2410 abre para debate, pode ser. RAUL: Boa tarde a todos, meu nome é Raul Machado eu sou da
2411 EMATER, e um ano e dois meses estou cedido para secretaria de agricultura do Estado, da
2412 subsecretaria agricultura familiar e fui convidado para esta assumido a função de gestor do
2413 programa aquisição de alimentos o estado de minas Gerais passou a ser entidade
2414 executora aparte de 2013, então eu fui para lá com essa função e a gente está inserida
2415 dentro da subsecretaria de agricultura familiar, a subsecretaria de agricultura familiar de
2416 organização fundiária ela tem sua organização e uma superintendência de agricultura
2417 familiar , superintendência de abastecimento e comercialização onde estou inserido e
2418 superintendência de regularização fundiária . Dentro da superintendência de agricultura
2419 familiar tem uma diretoria rural, coordenadoria de apoio as organizações familiares rurais,
2420 coordenadoria de apoio agroecologia rural que exerce a função na secretaria executiva do
2421 conselho estatual desenvolvimento rural sustentável de agricultura familiar de
2422 coordenadoria de apoio organizações familiares rurais , coordenadoria de apoio
2423 agroecologia ,coordenadoria geração de valores e geração de renda , coordenadoria de apoio
2424 urbano , coordenadoria de apoio à produção sustentável dos povos e comunidades
2425 tradicionais que Adriana coordena e responsável pela coordenadoria . Dentro da
2426 superintendência nós temos uma coordenadoria de apoio a circuitos de comercialização,
2427 coordenadoria de gestão estratégia e coordenadoria da informação coordenadoria de
2428 supervisão da gestão dos mercados livres do produtor – MLP, onde eu estou inserido
2429 coordenadoria de comercialização e acesso a mercados, a superintendência de organização
2430 fundiária, ela está dívida entre a diretoria de credito fundiário, diretoria de credito fundiário,
2431 diretoria de regularização , fundiária rural e diretoria de cidadania no campo. Esta é
2432 organização da subsecretaria da agricultura familiar dentro da secretaria estado de
2433 abastecimento, bem dentro desta coordenadoria. ROBERTA: Subsecretario Edmar caldeira?
2434 RAUL:E´ Subsecretario Edmar Caldeira, subsecretário exatamente. A subsecretaria de
2435 Estado de agricultura de 2011 ela foi dívida em duas subsecretaria. Subsecretaria de

2436 agronegócio e subsecretaria de agricultura familiar e todas informações são da secretaria da
2437 agricultura familiar. Dentro da Coordenadoria de comercialização e acesso a mercado está de
2438 inserido programa de aquisição de alimentos nos vamos falar um pouco dele agora, no qual
2439 o, estado fez a sua adesão este programa foi criado em 2013, com art. 19 da lei 10.696 houve
2440 alteração em 2012 mudando a forma de operações do programa para ser executado de
2441 forma de deferente lei pra ser executado através de lei de convenio pela companhia nacional
2442 de abastecimento da CONAB de 2012, lei 12.512 muda a forma de passou de convenio para
2443 termo de adesão, tem o decreto 7.775 fez operação deste decreto 8.026 de esta toda a
2444 legislação do programa de abastecimento de alimento, PPA . O programa de abastecimento
2445 possui duas finalidades básicas, ter acesso a alimentação e incentiva a agricultura familiar
2446 Possui duas finalidades básicas , promover acesso a alimentação incentivar a agricultura
2447 familiar serias as finalidades básicas Compra alimentos produzidos pela Agricultura Familiar,
2448 com dispensa de licitação, uma forma mais fácil de fazer aquisição pelos órgãos e os destina
2449 às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede
2450 socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.
2451 Promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos;
2452 fortalece os circuitos locais e regionais e também redes de
2453 comercialização valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e
2454 agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e
2455 estimula o associativismo, estão as finalidades e intensões de criação do programa . Para
2456 o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco
2457 modalidades diferentes modalidades, compra com doação simultânea, a modalidade que
2458 permite o estado, municípios e a própria CONAB que seja a entidade executora e conta
2459 direta executada pela CONAB , ele tem formação de estoque executada pela CONAB e
2460 incentivo e a produção e ao consumo de leite , PPA leite em minas gerais tem o nome leite
2461 pela vida e executado pelo IDENE dentro da CDOR que na realidade saiu em 2012 veio
2462 junto com a lei 2015 tem opção da compra institucional que permite que o estado órgão
2463 públicos estaduais , distritos federais e municipais possam adquirir alimentos da agricultura
2464 familiar com preço de licitação e atender as suas organizações e os setores ,que recebe
2465 alimentos e fornece as refeições . O orçamento do PPA é composto por recursos do
2466 Ministério do desenvolvimento social e combate à Fome - MDS e do Ministério do
2467 desenvolvimento e combate à fome – MDS e do Ministério do desenvolvimento Agrário -
2468 MDA, tem todo recursos para excussão do programa no país. O PAA possui dois pontos
2469 beneficiário. Beneficiário fornecedor que são os agricultores. *Beneficiários fornecedores* que
2470 são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores,
2471 extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes
2472 de quilombola rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos
2473 previstos no art. 3º da Lei nº 11.326 da agricultura familiar que caracteriza agricultura familiar
2474 a lei de 2006. Beneficiários consumidores que são os indivíduos em situação de insegurança
2475 alimentar e nutricionais e aqueles atendidos pela rede sociassistencial e pelos equipamentos
2476 de alimentação e nutrição. Os beneficiários fornecedores podem participar do PAA
2477 individualmente ou por meio de suas organizações, deste que tem em mãos aquela data que
2478 é o documento de aptidão o PRONAF, PRONAF é um programa nacional de fortalecimento
2479 de agricultura familiar, que passam para vários programas de agricultura familiar e tem que
2480 preencher os requisitos do documento, que é um documento do Ministério de
2481 desenvolvimento agraria- DAP – Documento de aptidão ao PRONAF . Para inserir nestes
2482 programas de políticas públicas adotados pra o programa adotado para o programa da
2483 agricultura familiar e temos que ADAP é um documento chave para você permite ao acesso
2484 ao agricultor ao programa. Então tanto a ADAP e o PPA é exigente para o PRONAF de
2485 alimentar escolar, dentro de outo vários programas. Então a nova legislação a lei 12.512
2486 /2011 e decreto 7.775/2012 posteriormente 8.026/2013 ele abriu a possibilidade como eu
2487 havia adiantado de execução do PAA mediante a celebração de Termo de Adesão,
2488 dispensada a celebração de convênio. Então até 2012, 2011 desta lei o programa , somente
2489 a CONAB executava em Minas gerais , apenas 22 Municípios de Minas gerais no universo de
2490 853 apenas 22 tinha convenio com MDS que era município de porte grande , município de
2491 Belo Horizonte , Contagem , Betim , Juiz de fora ,Braga este municípios tinham convênios
2492 com MDS e conseguia executar o PPA e seu território , mas com chega com esta lei
2493 trazendo o programa com execução como termo de adesão o estado de minas Gerais o

2494 governo fez adesão quando ele indicou a secretaria de agricultura entidade responsável pela
2495 execução do programa de estado de Minas Gerais e com adesão estado permitiu abrir
2496 todas as portas os municípios do estado pudesse entender e pudesse fazer a sua adesão,
2497 depois que o estado fez este termo de adesão todos os municípios do estado está apto a
2498 fazer sua adesão dentro, este novo instrumento proporciona a ampliação do programa, tem
2499 menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio
2500 do MDS, diretamente ao agricultor familiar, na época de convenio e feito o repasse do MDS
2501 para o município e o município que faz pagamento e depois prestava conta neste tremo de
2502 adesão e feito do MDS para agricultor , não passe o recursos pelo o município mais, tirou
2503 bastante a burocracia que tinha o programa então está pagamento direto do MDS para o
2504 agricultor familiar e recebe agora o seu valor por meio de cartão bancário específico, como o
2505 cartão do bolsa família , só que o cartão do PAA. A parti do momento que é autorizado o
2506 pagamento o MDS credita o valor na conta dele e ele com o cartão do PA ele vai no caixa
2507 eletrônico e saca o seu pagamento. As entidades executoras que aderirem ao Programa
2508 podem ser remuneradas também pelo Governo Federal então os municípios que o programa
2509 as metas e consegui cumprir com as metas de execução a de recurso para aquele município,
2510 para melhorar a execução e agilizar,pode ser por meio de estrutura ou central de
2511 recebimento de distribuição as vezes com veículo para ajudar na distribuição do alimento na
2512 entidades socioassistenciais . ROBERTA: A Raul: Em relação ao repasse do MDS ele pode
2513 repassar para entidade socioassistencial direto? RAUL: não, socioassistencial recebe alimento
2514 que é adquirido dentro do programa cumprido com a suas metas de execução é um meio de
2515 incentivo do Governo federal melhorar ampliar a execução. Dentro deste novo modelo de
2516 termo adesão nós temos modelo de união e estado ou distrito federal, termo de adesão o
2517 estado diretamente com a união. União estado ou distrito federal com participação
2518 administrativa indireta, sendo EMATER o órgão executor do programa do estado de Minas
2519 Gerais, nós temos união e município ou consorcio público fazendo esta adesão direta ou
2520 pura. Este modelo de adesão ele é recomendado pelo MDS para os municípios que já tinha
2521 convenio, o que entende que este município tem todo o LAN Hall do problema em
2522 entende com funciona e executa de forma dependente a relação é o município com o MDS
2523 em o União. E tem o que eu falei depois que o estado fez a sua adesão e permitiu este
2524 modelo de adesão dentro do estado de Minas Gerais, união, estado e município ou consorcio
2525 público que eles chama de adesão mista, adesão municipal mista, é o município neutro
2526 fazendo a sua primeira adesão pela primeira vez ele tem todo o apoio técnico do estado para
2527 pode executar o programa que é através da coordenadoria. São algumas etapas da
2528 execução do programa , primeiro o município faz a sua adesão ,o prefeito encaminha para o
2529 MDS oficio manifestando interesse e neste oficio indica a secretaria do município responsável
2530 pela execução do programa dentro do município e juntamente com a indicação ele manda
2531 uma ficha de indicação para o município de quem são as pessoas que vão executa o
2532 programa dentro do município , quem vai ser o gestor , o coordenador do programa , quem
2533 são técnicos e tudo vão no oficio e juntamente já encaminha um levantamento de preliminar
2534 de demandas do município onde ele já cita para o MDS s municípios já tem x números de
2535 habitantes familiares aptos a participar do programa que a pessoa adapta e tem aquele
2536 município tem a produção de tais alimentos este alimento eu tem x de produção
2537 agroecológica , orgânica eu tenho deste universo de agricultor familiar de cem por cento são
2538 mulheres dentro deste programa quarenta por cento público fornecedor seja mulher e
2539 também pelos cinco por cento da produção que vai ser adquirida dos alimentos que seja de
2540 origem de produção orgânica e agroecológica isto e uma exigência do programa , então o
2541 MDS de posse dessa documentação o município ele possa fazer a análise e aprovando
2542 da documentação das informações ele formaliza adesão do município então este pessoal
2543 que foi indicado na ficha de identificação o gestor o coordenador recebe a senha de acesso
2544 do sistema de operacionalização XPA onde insere os dados dos municípios todos este dados
2545 eu ele mandou naquela ficha quais agricultores que vão participar quais os produtos que vão
2546 ser adquirido quantidades quais as entidade socioassistenciais que vão ser beneficiada
2547 dentro do programa do município isto tudo com nome identidade CNPJ e o nome dos
2548 responsáveis CPF , da mesma forma o agricultor , com o número da DAP, nome ,CPF qual o
2549 preço que vai ser praticado na aquisição dos produtos. Isto tudo que vai ser inserido dentro do
2550 sistema, e a parti daí com adesão formalizada e os dados inserido no sistema o MDS faz a
2551 pactuação de valores, faz uma proposta de meta e valores de execução para aquele

2552 município. O município aceitando pactuado, acontece a pactuação local e daí pra frente inicia
2553 aquisição dos alimentos e inicia a execução, pagamentos dos fornecedores e for o caso apoio
2554 financeiro agricultores que havia falado anteriormente. Essas são as etapas de execução PA
2555 nos municípios neste modelo de termo de adesão. Termo de adesão tem caráter geral de
2556 pactuação em relativo ao compromisso contém informações relativas á compromisso,
2557 vigência, previsão de alteração, denuncia e revisão de aparte de recursos porque não tem
2558 parte de recurso o pagamento é feito direto ao agricultor. Entra nas informações que eu havia
2559 falado sobre os agricultores, entidades executora. Pactuação de valores e metas ,será
2560 realizado em planos operacionais anuais proposto pelo MDS pelas unidades executora a
2561 proposição e valores e metas e, município recebe o sistema ele aceita , pode haver
2562 redistribuição desses recursos em função da execução da pactuação local a inscrição dos
2563 beneficiários , consumidores aptos a receber os alimentos termo de adesão onde começa
2564 inserir este dados se eles são beneficiários , fornecedores , definição dos produtos
2565 quantidade e preços inserção dos dados no sistema e vinculação em uma proposta de
2566 participação e assinatura do termo de compromisso com os beneficiários fornecedores e
2567 beneficiários consumidores. Então o termo de compromisso dentro do programa que tanto o
2568 produtor e, as entidades consumidoras com os municípios. A entrega será realizada em
2569 estruturas públicas de recebimento de alimentos (centrais de recebimento e distribuição,
2570 pontos volantes de coleta de alimentos ou estrutura congênere a um agente público
2571 designado pelo executor para tal; Será realizado no ato do recebimento dos alimentos por
2572 meio do Termo de Recebimento e Aceitabilidade que a entidade consumidora e entidade
2573 assistencial vai assinar dizendo que recebeu e aceitou o produto nas condições que chegou.
2574 A questão do pagamento será feito pelo a gente operador do banco a parti das informações
2575 inseridas no sistema com a autorização da SESAM e, o MDS aquisição de alimento do
2576 respectivo pagamento, porém realizado por meio de organizações de fornecedores. Quais os
2577 alimentos que pode ser adquiridos no programa produtos alimentícios próprio pra consumo
2578 humano. Alimentos incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares
2579 locais podem estar “in natura” ou processados os alimentos devem ser de produção própria
2580 dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos
2581 nas normas vigentes, no caso de produto processado está de acordo com a vigilância
2582 sanitária. Gordura animal e questão sanitária do estado e do município. O termo de adesão
2583 a união o município e o estado ele caminha a ficha. Por sua intersectorialidade e abrangência,
2584 o PAA é um Programa que conta com ampla participação da sociedade civil. São instâncias
2585 de controle do PAA os conselhos de segurança alimentar e nutricional nas esferas nacional,
2586 estadual e municipal. Na hipótese de inexistência desses, os conselhos de desenvolvimento
2587 rural sustentável ou os conselhos de assistência social poderão ser responsáveis pelo
2588 acompanhamento da execução do PAA. A instância de controle social deve ser envolvida na
2589 discussão da Proposta de Participação e manifestar-se quanto à pertinência da proposta por
2590 meio de um parecer sucinto a ser transcrito para o Sistema. Então tem a página do sistema
2591 que cabe a instancia de controle social que indicado no seu parecer favorável indicado a
2592 forma que vai acontecer o controle c om os dados do responsáveis pelo aquele conselho.
2593 Sugere-se que o parecer verse quanto à ciência da instância sobre o processo de seleção
2594 das entidades aptas a receber alimentos e dos beneficiários fornecedores, bem como sobre a
2595 adequação dos produtos e preços. A instância de controle social deverá também refletir e
2596 informar como pretende fazer o acompanhamento das operações de aquisição e
2597 distribuição de alimentos. Por fim, sugere-se que ao final do cadastro do parecer no SISPA, a
2598 Instância de Controle Social confira a descrição do parecer, certificando-se que todos os
2599 elementos destacados em reunião estejam presentes no parecer sucinto. O responsável pela
2600 instância de controle social do município ou estado também receberá uma senha de acesso
2601 ao SISPA, que possibilitará que, tanto no Termo de Adesão quanto na Proposta, insira as
2602 informações desejadas no campo destinado ao seu parecer, informando se é favorável ou
2603 não, e informe qual será a forma de acompanhamento adotada. Então durante execução tem
2604 a senha de acesso onde ele pode citar MDS o que está acontecendo e está de acordo com
2605 o papel do programa e tudo mais . Ficha preliminar de demanda te4m um parte que tem
2606 informações das entidades e públicos a serem atendido e fez um levantamento das
2607 demandas com as entidades seria beneficiadas dentro do município e entidades , quantas
2608 tem dentro do município e um número de pessoas. RAUL: Pré-escola, creches. Existe uma
2609 resolução no programa. Entidade para receber os alimentos. ROBERTA: Calma depois vai

2610 abrir para debate. RAUL: São este tipo de entidades que o MDS autoriza que esteja inserida
2611 no programa com entidade a receber de alimentos. É a parte do sistema do X P A do
2612 programa que cabe o parecer do da entidade de controle social onde fala se favorável ou não
2613 de que forma que ele acha tem que haver controle do programa ou não controle social do
2614 programa . A parte de baixo são os dados responsáveis que é o presidente do conselho CPF
2615 telefone e e-mail de contato isto tudo está dentro do sistema operacionalização do programa.
2616 Declaração que o conselho também assina ,MDS se comprometendo a executar a sua função
2617 do papel dele de controle social do programa . O conselho encaminha para o MDS. Minas
2618 Gerais 2014 nós temos, 192 municípios no processo de adesão eles aparece no controle do
2619 MDS que o prefeito encaminhou a solicitação, a prestação de interesse alguns com
2620 pendência de documento.63 municípios com termo de adesão cadastrado no sistema de
2621 operacionalização do PAA – SISPAAS do 63 ,51 já estão com o termo de adesão aprovado.
2622 51 provados com valores e metas definidos pelo MDS e com recursos disponíveis para poder
2623 executar . Este é modelo de Ofício como é feito o ofício manifestando interesse. Ficha de
2624 identificação trouxe para vocês ficarem mais informalizados com questão documento pela
2625 prefeitura dados do prefeito , qual secretaria responsável , dado do titular deste órgão e
2626 substituto dele, o governador e a equipe técnica desta maneira .Tudo com nome CPF,
2627 entidade o cargo dele , data do nascimento , telefone e e-mail com todos contatos . Na ficha
2628 de levantamento de demandas os alimentos produzidos pelo público potencial tem que citar
2629 que tipo de alimento é produzidos, porcentagem orgânicos, quantos por centos que ele é
2630 produzido da forma orgânica ou agroecológica são as informações que vão. Algumas ações
2631 do governo que vieram após a subsecretaria, que é isenção do CMS do agricultor familiar no
2632 amplo do PA e do PNA . Modalidade que veio com a lei 12.512 / 2011.Modalidade de
2633 compra institucional, operacionalizado da mesma forma que vem com recurso do próprio
2634 órgão público do conselho municipal do estado Permite aos Estados, Municípios e União a
2635 aquisição de produtos da Agricultura Familiar com recursos próprios, de acordo com regras
2636 do PAA. Controle da estancias social. Este é um PAA do estado de Minas Gerais foi criado a
2637 Lei Estadual nº 20.608 está em fase a regulamentação desta lei Institui a Política Estadual de
2638 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar PAA familiar .Art. 6º - “dos recursos destinados
2639 à compra institucional de gêneros alimentícios in natura ou manufaturados, o Estado aplicará
2640 no mínimo 30% (trinta por cento) na aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou
2641 de organizações de agricultores familiares, para fins . Dentro desta lei em relação ao PA
2642 neste do estado vi em quadrar a inclusão da agricultura urbana , também caracterizado com
2643 agricultura família , trazendo para este setor produtivo , participar deste tipo de mercado. Era
2644 isto a princípio, estamos à disposição .ROBERTA: Nós vamos abrir um pouquinho agora só
2645 para gente conversar Raul, e eu estou escrita aqui a primeira. A primeira coisa que eu queria
2646 ver se era possível de vocês nos enviar aqui no CEAS a relação das entidades sócio
2647 assistenciais que recebem esse alimento. RAUL: Dos municípios que já estão executando?
2648 ROBERTA: É, a relação dos municípios bem como a das entidades que já estão recebendo
2649 RAUL: Tá! ROBERTA: Nós vamos mandar isso para você pelo e-mail tá? Pode ficar tranquilo
2650 que as questões que a gente debateu aqui com você vão ser encaminhadas oficialmente
2651 solicitando para sua coordenadoria. RAUL: Está bom! ROBERTA: Ok? Está inscrita a Anália.
2652 ANÁLIA: Raul, eu sou gestora do município de Campo Belo Minas Gerais, eu vou falar das
2653 nossas dificuldades. O município já teve a experiência em 2006 de ter o programa
2654 diretamente com o MDS recurso repassado direto pelo fundo nacional para o fundo municipal,
2655 então a gente teve a execução desse programa com inúmeras dificuldades, teria de ter uma
2656 equipe específica, tem a questão da qualidade, a mandioca que o produtor coloca escura por
2657 baixo e a melhor por cima então assim a gente teve muitas dificuldades, e aí eu como gestora
2658 nunca mais quero esse programa direto na minha secretaria certo? Nós temos banco de
2659 alimentos criado por lei, tem cozinha comunitária construída com o recurso do MDS, mas a
2660 execução não faz. Hoje o programa ele é através da associação de produtores, tem 10
2661 entidades escritas, 53 produtores da agricultura familiar enquanto o gestor da assistência
2662 social tem uma relação excelente com os agricultores familiar porque nós trabalhamos
2663 também na zona rural, vou te falar a principal dificuldade nossa, preço. O preço da CONAB é
2664 totalmente incompatível com o preço de mercado, por exemplo, um tomate a R\$ 1,83
2665 centavos enquanto no mercado está R\$ 6,00, o produtor não vai empregar então assim o
2666 presidente da associação bem como os agricultores estão se sentindo inviabilizados da
2667 execução desse programa tá? Então estou colocando aqui essas questões para refletir, lá

2668 existe o Conselho Municipal de Segurança alimentar e nós criamos em 2006 exatamente por
2669 causa desse programa e também da política de segurança alimentar, também coloco e acho
2670 que é muito trabalho, então para o município que não tem um Conselho de Segurança
2671 Alimentar você de assistência social assumir mais essa função é uma coisa bastante
2672 complicada. Outra questão que nos faz refletir, eu sou antiga na assistência social mais de 30
2673 anos nessa área e a gente já passou daquele tempo que na assistência social era doação de
2674 cesta, temos muito medo de voltar essa situação de nos CRAS as famílias irem buscar cesta
2675 de alimentos porque está colocado no CRAS como entidade recebedora, uma unidade
2676 pública, um órgão de governo, aí gostaria que esclareça isso para nós porque o máximo que
2677 a equipe do CRAS vai fazer é articular com as entidades para que elas sejam recebedoras
2678 desse alimento, se eu estiver equivocada por favor me esclareça. ROBERTA: Só um
2679 minutinho Raul, vamos pedir de 3 você anota as colocações por aí a gente acrescenta o
2680 debate pode ser? RAUL: Pode. ROBERTA: E só lembrando que a Anália colocou é que na
2681 relação que você mostrou está como entidade recebedora CRAS, então assim, a dúvida
2682 nossa é CRAS está recebendo esses alimentos? Essa é a pergunta tá? E ela está ali como
2683 entidade que está recebendo por isso estamos perguntando. RAUL: É o seguinte, como ação
2684 CRAS que foi a última colocada isso é uma decisão do MDS e não é dá gente aqui, então
2685 isso é colocado por ele dentro do município, de repente o papel as vezes da secretaria da
2686 assistência social de chegar até o gestor local e colocar essa situação para ele. ROBERTA:
2687 Só para gente confirmar porque para nós a seriedade dessa informação que você está dando,
2688 você está dizendo que é o MDS orienta que o CRAS receba alimento? RAUL: Ele não orienta
2689 que receba, ele colocou ali como uma das entidades que pode receber, esse papel ali é do
2690 MDS, eu tirei do sistema e trouxe para vocês. ROBERTA: Pronto gente, então ele está
2691 dizendo assim o que estou mostrando é um instrumental do MDS, então não tem
2692 questionamento. RAUL: Exatamente, isso que eu estou querendo dizer, agora com relação a
2693 qualidade dos alimentos é aquilo que eu falei o próprio programa traz aquele documento que
2694 fala que a entidade está aceitando alimento para as pessoas, ele pode muito bem recusar, ele
2695 não obrigado a receber. Eu quando fui coordenador aqui do programa PAA do município de
2696 Belo Horizonte nós tivemos várias situações de recusar um perito, vou citar um exemplo até
2697 um último que foi um feijão que veio do município de Casa Grande quando ele chegou a
2698 pessoa responsável pelo recebimento me ligou e falou vem cá olha o feijão que está
2699 chegando eu disse não esse feijão que foi escolhido, voltou um caminhão, então quem recebe
2700 tem a sua responsabilidade de verificar o que está sendo recebido, pesar, checar peso, “estou
2701 trazendo 500 quilos de abóbora, é 500 quilos de abóbora? Vamos pesar, tem que ser
2702 pesado”, por que no documento de recebimento ele informa qual o produto, o peso e as
2703 condições que chegou então ele assina que recebeu e aceitou, a partir do momento que
2704 aceitou fica difícil renegociar isso porque já foi aceito. DENISE: Raul, só para te ajudar com
2705 relação a CRAS e CREAS, a entidade que recebe ela não necessariamente redistribui, é isso
2706 que eu queria colocar pela experiência que a gente tem CRAS e CREAS ela recebe para o
2707 consumo das atividades internas. ROBERTA: Eu sei gente, mas ainda assim eu só queria um
2708 pouco de paciência, Adriana, por favor! Porque assim, os conselheiros vão fazer as perguntas
2709 para ele que fez a explanação, se os conselheiros entenderem que ainda assim há
2710 estranhamento esse estranhamento vai ser colocado e ser encaminhado porque vocês
2711 podem ter esse entendimento, claro, mas qualquer município lá em baixo que recebe uma
2712 lista de levantamento para eliminar de demandas que vai receber, agora de uma coisa para
2713 consumo próprio e o CRAS receber e distribuir mandioca, banana lá é o fim da meada nós
2714 sabemos disso, nós implantamos o SUAS e sabemos o que é. O estranhamento dos
2715 conselheiros e nesse aspecto entendeu? Para gente compreender o que está posto dessa
2716 ferramenta e se for fazer algum questionamento nós teremos que fazer como ele mesmo
2717 colocou diretamente ao MDS porque se é uma orientação nacional o risco que se corre para
2718 voltarmos a alguma prática que a gente está querendo combater ela está posta, até por
2719 considerar CRAS entidade. RAUL: Com relação da qualidade eu já falei com relação ao preço
2720 o programa ele é executado através do termo de adesão por Estados e Municípios e também
2721 executado pela CONAB, então quando você for ler de associação dos agricultores é via
2722 CONAB então a CONAB passar ser gestora do recurso e ela que tem todo um modelo de
2723 execução definindo os critérios e outras coisas, um deles é que ela elabora uma tabela de
2724 preço para o programa que é executado com ela, vamos dizer assim. Um modelo de termo de
2725 adesão permite a pesquisa de preço no mercado local e que se pratique o preço na média

2726 dessa pesquisa pelo menos em 3 mercados atacadista local ou regional para poder informar
2727 os preços que serão peticado no programa então tem essa diferença com relação a CONAB.
2728 Nós temos uma notícia boa é que o CONAB já está atualizando a tabela de preço dela, eu
2729 acho que vai melhorar bastante, ficou mais alguma coisa? A questão da equipe, realmente
2730 precisa de uma equipe para trabalhar no programa, por exemplo, Belo Horizonte tem uma
2731 equipe dentro da secretaria de segurança alimentar, se não tiver uma equipe para isso...
2732 ROBERTA: Júlio. Ronaldo passa esse microfone para vocês ai porque ele está aqui ocioso
2733 JÚLIO: A rede pública e privada também pode receber doação de alimentos? A rede ligada ao
2734 município e as entidades privadas também? ROBERTA: Sim gente, Júlio rede sócio
2735 assistencial é todas, ele não separa o que é pública ou privada na assistência. JÚLIO: Quem
2736 que faz esses convênios? Existe convênio quando a entidade vai receber esse alimento?
2737 Existe um cadastro na prefeitura? A última nem seria uma pergunta mas de fato que é muito
2738 estranho CRAS e CREAS receber alimentos, mas já foi contemplado isso. RAUL: Não tem
2739 convênio, a prefeitura a partir do momento que formalizou o termo de adesão com o MDS
2740 gera um documento de adesão ele é assinado pelo prefeito, pelo secretário de estado e pelo
2741 secretário nacional de segurança alimentar, ali está o que compete a cada parte na execução
2742 do programa e esse cadastro da entidade é feito pelo gestor local nesse sistema de avaliação
2743 do programa, ele entra acessa o sistema e lá tem a parte quantidade, CNPJ, endereço, nome
2744 do responsável, CPF do responsável, contato telefônico e e-mail, ele vai cadastrando de
2745 acordo com o que ele tem de demanda e de recursos e dentro da ficha já se faz a estimativa
2746 de consumo dos alimentos para ser consumido durante o ano, então baseado nesse consumo
2747 eles fazem um cálculo e define o valor e meta para aquele município, respondeu? VOLNEY:
2748 Raul pelo o que eu entendi o município ele pode um produto de outro município, te pergunto o
2749 seguinte a base desse preço é sob a tabela do CONAB? RAUL: Não, se o programa for
2750 executado por meio do termo de adesão a prefeitura como unidade executora o preço pode
2751 ser feito por meio de pesquisa no mercado local, se for peticado igual Campo Belo por meio
2752 do CONAB a entidade executora faz um projeto da associação faz uma proposta de venda e
2753 é a CONAB quem compra e quem paga. VOLNEY: Eu te pergunto então o seguinte, Belo
2754 Horizonte por exemplo vai comprar 500 quilos de abóbora como é controle desse frete do
2755 produto? RAUL: Ela vai fazer uma pesquisa de mercado e determinar o preço que será
2756 peticado entendeu? Definindo preço ela abre para negociação, ela vai fazer um edital falando
2757 estou comprando 500 quilos de abóbora pagando R\$ 1,50 o quilo o frete já está embutido, faz
2758 todo esse cálculo ai os agricultores apresentam as suas propostas de venda para o município,
2759 dentro do critério faz a seleção dos agricultores que apresentaram a proposta. ROBERTA:
2760 Pelo o que estamos entendendo essencialmente o programa de aquisição de alimento tenta
2761 romper o atravessador, ele tenta fazer uma ligação direta entre produção e quem quer
2762 adquirir no caso ou para a prefeitura, escola, quem vai consumir e ele quebra aquele
2763 atravessador que pega do produtor e coloca no mercado para vender a supermercados ou
2764 quem seja, a ideia do programa essencialmente é para romper com o atravessador agora o
2765 mais importante para gente aqui é compreender o programa, é claro que o detalhamento, o
2766 cotidiano do programa fica difícil e 30 minutos explicar aqui, agora eu vejo que esse conselho
2767 precisa se ater basicamente o seguinte nós precisamos conhecer quais são os municípios
2768 que tem o programa. RAUL: Belo Horizonte ROBERTA: Não, nós vamos mandar uma
2769 solicitação para você para saber qual a relação no Estado de Minas Gerais, nós não vamos
2770 conhecer o programa lá ponta, nós queremos ter a informação de quais municípios que tem
2771 esse programa, eu gostaria que vocês anotassem para gente poder deliberar e se isso fica
2772 bom, dentre esses municípios que tem o programa se ele tem o conselho de segurança
2773 alimentar ou se é o conselho de assistência social que delibera em cima dessas questões
2774 isso para nós também é importante, isso posto principalmente para os municípios que tem o
2775 programa e que todo o controle social for feito por meio do conselho de assistência social
2776 preciso que esse conselho estadual oriente os conselheiros municipais e assessore de forma
2777 até técnica, ver que apoio pode ser dado para os conselhos municipais no sentido de exercer
2778 o verdadeiro controle municipal, então esse é o papel nosso do conselho estadual. Outro
2779 entendimento é a gente compreender inclusive essas ferramentas que são usadas no
2780 programa, a gente fazer uma discussão, enviar uma correspondência para o MDS e fazer
2781 uma discussão inclusive na CIT para que nessas ferramentas seja clareado o que é papel de
2782 um e de outro e não colocar me pareceu pelas poucas manifestações um estranhamento, a
2783 gente não gostaria que colocasse na relação de entidade o nome CRAS e CREAS primeiro

2784 não é entidade isso para nós é um conceitual muito importante, e a outra questão informa
2785 inclusive para o controle social quais são CRAS e CREAS que estão recebendo esse tipo de
2786 alimento e de que forma estão trabalhando estes alimentos lá, se eles estiverem trabalhando
2787 por consumo próprio ótimo, se tiver fazendo sopa, um almoço, ofício de segurança alimentar,
2788 não tem problema nenhum, agora se tiver uma distribuição discriminada, sem critérios dentro
2789 do CRAS desse tipo de alimento compete ao controle social de assistência social local das
2790 conta disso e denunciar, agora para isso a gente precisa ter informação para gente passar
2791 para os conselhos municipais entendeu Raul? RAUL: Entendi. ROBERTA: Inclusive tem sido
2792 a tônica da nossa preocupação enquanto conselho estadual. A Anália levanta uma questão
2793 muito importante porque a gente sabe da demanda do trabalho do gestor por exemplo quando
2794 você fala de Belo Horizonte, Belo Horizonte tem toda uma estrutura que não se compara ao
2795 600 municípios de porte 1 que nós temos até 20 mil habitantes que pode ter um mercado de
2796 produção de agricultura mais para fazer um programa desse com um olhar que para que seja
2797 beneficiário as entidades sócio assistenciais ou até mesmo da assistência ele tem muita
2798 dificuldade por não tem um estrutura como a de Belo Horizonte, embora ele tenha um
2799 mercado de produção, agricultura familiar, mas ele não tem como administrar muitas vezes o
2800 controle. Eu estava vendo que tem uma declaração do conselho municipal de assistência
2801 social ou do controle social local e a gente sabe que os conselhos de segurança alimentar
2802 são ínfimos em relação aos de assistência social, o que parece que a maioria quem exerce o
2803 controle social nesse programa a maioria deva ser de assistência social, daí a nossa
2804 preocupação de compreender isso, ter a essa informação e assessorar os municípios lá na
2805 ponta para poder trabalhar e inclusive ajudar a vencer essas dificuldades e uma delas é a que
2806 a Anália coloca. RAUL: Roberta é isso aí, a sua colocação falando que uma das funções do
2807 programa é incentivar a agricultura familiar e mais do que isso, promover esse circuito local
2808 de comercialização no âmbito no território do município, e naquela parte do sistema ter
2809 indicado a instância do controle social dar o seu parecer com relação ao programa e mais do
2810 que isso, colocar dentro do sistema mostrar de que forma ele fará esse controle no programa
2811 do município e ter a oportunidade de apresentar para o MDS dentro do próprio sistema.
2812 ROBERTA: A nossa dificuldade é inclusive a falta de condição de acompanhar porque um dos
2813 papéis que vocês colocam é para o conselho municipal acompanhar e acompanhar significa
2814 ter um cronograma de atividade de conselheiro que muitas das vezes o conselho é paritário,
2815 então você tem a sociedade civil que não tem condições e às vezes dificulta na plenária do
2816 conselho guisar as atividades de acompanhamento. RAUL: Uma das lâminas que eu
2817 apresentei eu falei das questões que o próprio conselho indicado como instância de controle
2818 social ele terá a sua senha de acesso ao sistema podendo acessar e colocar informações que
2819 ele ache que cabe ali para o MDS, por exemplo, a questão do CRAS não está funcionando,
2820 está atrasando a distribuição dos alimentos, isso tudo pode ser denunciado ele pode fazer
2821 esse controle, essa é a parte dele ali. Então tenho realmente, eu acho que a maioria desses
2822 municípios de Minas tem muito conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável para
2823 contar como instância de controle social, eu acho que até que nos municípios onde tem o
2824 conselho municipal de desenvolvimento rural ele foi indicado. ROBERTA: Eu acho que a
2825 gente podia inverter esse movimento e fazer esse movimento para o conselho sustentável
2826 rural assumir esse papel por que de fato o conselho municipal de assistência social mesmo
2827 que você fale que tem uma senha para colocar informação e denunciar não é algo tão
2828 simples, do próprio assistente social muitas vezes eles não conseguem cumprir. RAUL: Mais
2829 ai Roberta só colocando um parênteses quero dizer o seguinte, a definição disso ela é no
2830 âmbito do município, o prefeito quando ele encaminha para o MDS sua solicitação de adesão
2831 ao programa e o MDS aceitou o manifesto dele ela já vira para ele quem é a instância que
2832 fará o controle social. ROBERTA: A diferença Cláudio só para você entender como a gente
2833 funciona dentro do sistema aqui, olha o que você colocou, o controle social ele é indicado
2834 pelo prefeito para participar do programa. Como é que no SUAS nós trabalhamos, o controle
2835 social aprova ou não o programa, a pergunta é então na hora da adesão o conselho tem o
2836 direito de dizer não queremos esse programa, debater, tem o direito?ADRIANA: É porque eu
2837 estou pedindo a fala a um tempo, eu só queria lembrar uma coisa contextualizando até a
2838 vinda do Raul, eu lembro que até quando eu recebi indicação até desse debate é que havia
2839 um entendimento no CEAS de que o CEAS devia se aproximar do CONSEA, participar de
2840 uma reunião específica para discutir mais ou entender melhor como que o conselho poderia
2841 ou não poderia o que era e o que não era, e ai um dos indicativos que a gente tirou foi será

2842 que não é interessante antes desse conselho participar de ir para uma conversa nesse
2843 sentido junto com o CONSEA se apropriar um pouco mais do tema para não chegar lá
2844 também e falar eu vim aqui para que? Eu nem sei como é que funciona e tal, então isso é
2845 uma coisa que eu queria resgatar que a gente tinha essa proposta. Da questão do CRAS e
2846 CREAS eu queria chamar atenção porque é meio perigoso quando a gente fala assim, a
2847 lâmina não está dando para ler direito, mas eu queria colocar enquanto conselheira que eu
2848 acho pertinente esclarecer a preocupação de se resgatar uma distribuição de alimento mas a
2849 gente tem que entender o seguinte está escrito ali encima informações sobre as entidades e
2850 públicos a serem atendidos em uma ficha de levantamento preliminares de demanda e ai é
2851 isso, quando a gente fala de agricultura familiar, de venda e consumo qualquer quantitativo é
2852 muito significativo, existe a diferença de preço que é importante sim a gente dizer o preço da
2853 CONAB é um problema e não é a questão desse vínculos que estamos dizendo, que é um
2854 vínculo que não vai seguir o da CONAB é o preço do mercado, mas quando você tem um
2855 CRAS e CREAS que tem o costume de fazer alguma rotina de 10 a 15 oficinas e que já tem
2856 um costume por conta disso de adquirir um número 'x' de alimento programado é isso que a
2857 gente diz, cuidado com o público local é ai que a gente tem que entender porque o que
2858 estamos vendo é o seguinte se você tem uma oficina ou alguma compra que é de aquisição
2859 de alimentos e que essa compra poder ser diretamente do PAA é isso que eu entendo que é
2860 o processo, e a outra coisa que eu acho que valoriza o programa quando você fala da
2861 dificuldade eu só queria colocar três pontos até para o Raul me ajudar. ROBERTA: Adriana é
2862 só para gente entender o CRAS E O CREAS está empatando uma discursão pra nós é
2863 extremamente rico e importante. E seguinte CRAS e CREAS não fazem compras, quem faz
2864 compra é a secretaria municipal inclusive quando nós tirando pedindo ele não é entidade ele
2865 não faz compra o CRAS E CREAS não faz compra quem faz as compras é o gestor municipal
2866 que vai fazer tudo isto que você está dizendo então quando a gente coloca nesta perspectiva
2867 nós estamos chamando atenção Raul porque é o seguinte e informação nós vamos discutir
2868 com MDS é isto que eu estou dizendo para nós é extremamente perigoso. Uma coisa você
2869 dizer assim entidade sócia assistenciais e gestor municipal para gasto nos programas e
2870 oficinas é outra coisa. ADRIANA: Porque está público entidades e público. o programa vem
2871 facilitando de compras, qualquer compra que você vai fazer com recurso público você tem
2872 que passar pelo um processo de licitação que é muito complicado. O que eu entendo que o
2873 programa tem facilitado o processo diz complica a questão da licitação então assim. Existem
2874 alimentos antes deste programa era quase impossível você comprar. Porque você vai fazer
2875 um processo de licitação tem que três orçamentos e orçamento que aparece é de outro
2876 estado. Não havia transporte com essa alimentação chegasse você não tinha acesso está
2877 alimentação, a descomplicação não o processo de licitação de você ter um alimentação
2878 mais variada não complicado. RAUL: Na questão de compra dentro do PPA quem compra os
2879 alimentos é o MDS seja primeiro no termo de adesão de município, o municípios faz o termo
2880 de adesão no sistema ou seja a CONAB pelo termo de adesão município. Paga aquele
2881 produtor, o papel da prefeitura unidade executora e receber os alimentos e destina as rede
2882 sócio assistenciais, quem faz o pagamento é o MDS. ANALIA: Eu só quero deixar registrado
2883 aqui Raul porque eu falei um pouco da dificuldade a importância deste programa pra o
2884 agricultor familiar a quantidade de família que já consignaram a se emancipar através do
2885 recebimento deste recurso de. Cinco e quinhentos já este garantido aquela produção. Então
2886 mães com radicação do trabalho infantil, hoje são produtores de doces, famílias beneficiarias
2887 do BPC, produtor de pão, merenda escolar. A gente já teve muito sucesso eu quero restar a
2888 importância dele para emancipação de muita famílias que trabalha passado. ROBERTA: Eu
2889 só quero completar aqui que Anália esta colocando volta insisti nosso o debate aqui é nesta
2890 perspectiva eu volto insistir qual é o papel deste conselho a orientação dos conselhos
2891 municipais tendo invista do controle social segunda regulamentação do MDS esta
2892 delegando este papel para os conselhos municipais. Raul a gente muitíssimo bem e Adriana
2893 todo processo que se faz para poder se simplificar ate para poder mesmo os pequenos
2894 produtores ele também tem margem de fraude exatamente por ele ser flexível dele buscar
2895 toda necessidade de quem necessita porque quando você entra no processo licitatório você
2896 do ponto de vista da administração publica é um certo controle mais rígido para você deixar
2897 que bule o processo de precisar da informação e da concorrência e não enquadra neste
2898 programa que nós queremos. Também queremos que pequeno produtor romper com o
2899 atravessador.. Agora também na medida em que você cria todas as ferramentas elas são

2900 flexíveis e você também gera se você não tiver um controle social um grupo formado para
 2901 fazer um controle disso e também tem um margem a onde vocês podem ter sérios
 2902 problemas e para que conselho exerce o controle dele precisa apoiar porque de ponta de
 2903 vista da organização do programa o MDS faz correto . Eu desenho aqui flexibilizo eu pago
 2904 tudo que vocês colocarem lá no sistema agora a gente sabe Raul que nós vivemos isto na
 2905 pela no ponto de vista do SUAS que nos conselhos são frágeis são extremamente frágeis
 2906 são vulneráveis que eles ainda não estão ponderados pra fazer tamanho controle por isto a
 2907 nossa preocupação e neste aspecto de compreender ação onde o programa esta de que
 2908 foram que daqui pode apoiar e ajudar e até mesmo Adriana do ponto de vista do CONSEAS
 2909 da nossa discursão a gente está entendendo que nem seja mesmo com o CONSEAS seja
 2910 próprio com o MDS compreender e por esta no MDS da onde a política se assistência social
 2911 tem um forte papel nisso então este papel a gente precisa discuti de clarear lá e criar
 2912 condições para os conselhos liberar este alimento. Se ficar mais um tarefa para ele que
 2913 importante claro que eu estou dizendo para população. Se falar você pode colocar no
 2914 controle, denuncia lá no sistema e do ponto de vista do conselho estadual a gente não se
 2915 apropriou eu acho importante este debate que nós provocamos com você para nós poder
 2916 compreender tudo. RAUL: O que se entende aqui Roberta aquela parte que cabe o município
 2917 órgão ou entidade do município responsável pela gestão do programa do município e muitos
 2918 estão a secretaria de assistência social é órgão responsável pela gestão do programa
 2919 ROBERTA: Isto também é importante saber. VOLVEY: Pela sua experiência a coisa está bem
 2920 amarrada, fraude que você tiveram que comunica o MDS para amarra mais o programa
 2921 como esta? Até hoje não apareceu fraude isto é normal. RAUL: Este termo de adesão Mista o
 2922 município, estado e a união ele está começando agora do ano de 2013 ele veio no final de
 2923 2011 com a lei e 2012 que o estado fez a sua adesão e 2013 abriu a sua primeira janela dos
 2924 municípios de Minas Gerais depois que o estado fez a sua adesão ,estes municípios vão
 2925 executa agora . Aqueles 22 município que trabalharam em foram de convênio este estão em
 2926 plena execução deste de 2008e 2009 que estão com PA. VONEY: Nenhuma fraude? RAUL:
 2927 que eu sei não! ADRIANA: Lembrando aqui também da questão da facilidade da aquisição.
 2928 Os dois lados que é bacana Roberta os dois lados do programa sempre que vai atender
 2929 aquele que é o consumidor e aquele que é o produtor então assim ele facilita aquisição ele
 2930 não está só facilitando só para o produtor agricultura familiar que está tendo condições de
 2931 adquirir não! Ele está ampliando a adversidade alimentação para este público que está muito
 2932 perto deste mercado de agricultor familiar que está longe de rota de comercialização dentro
 2933 d outro processo d licitação então as você tinha município de Jequitinhonha você tinha grupo
 2934 ali para uso de processo de licitação complicada nunca comia uma laranja , mamão. Então
 2935 são os dois lados que são deste processo de licitação. O CEAS, os conselhos devem se
 2936 aprimorar para conseguir atender porque são dois públicos de assistência social também o
 2937 agricultor família é entendido como um grande público da assistência social é um programa
 2938 eu vem para de um quadro de vulnerabilidade o que Anália reforça. ROBERTA: Mais alguém
 2939 gente? Raul. Quer comenta mis alguma coisa. RAUL: Não. ROBERTA: Queria te agradecer
 2940 pala prontidão , e para nós foi uma oportunidade muito grande, você vai receber uma
 2941 correspondência solicitando estas informações inclusive a gente tem uma comissão de apoio
 2942 aos conselhos municipais e esta comissão sem dúvida pode destaca informações pra os
 2943 conselhos municipais para que a gente possa acompanhar no controle deste programa
 2944 tendo em vista foi que Adriana colocou e pra nós e importante na medida que a gente faz
 2945 chegar mais próximo o produto da agricultura familiar para essa população e fazer que elas
 2946 gere renda do produto para nós é importante também , Muito Obrigado . RAUL: Eu que
 2947 agradeço a oportunidade de estar aqui e me coloco a disposição de vocês , sempre que
 2948 precisarem .

Nome	Órgão/Entidade	Assinatura
Luiza Costa Silva	SEDESE	
Daniel Fioravante Barbosa	APAE	
Shirley Aparecida Moreira da Silva	CMAS/Sarzedo	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS Juiz de Fora	
Maria Albanita Roberta de Lima	SEDESE	

Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
Fernando Rodrigues Maia	SES	
Anália Maria Ferreira	COGEMAS	
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS São Francisco de Paula	
Rodrigo dos Santos França	ASPROM	
Geisiane Lima Soares	Caritas/ BH	
Angélica de Moura Pires	SES	
Mila Magalhães Ribeiro	SEPLAG	
Júlio César de Oliveira Brum	IMSNS	
Adriana Rocha	SEAPA	
Denise Cunha	CRESS	

2949